



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

GUSTAVO CARVALHO BERNARDES

**MIGRAÇÃO E O REFÚGIO LGBTI NO BRASIL: TRAJETÓRIAS DE VIOLÊNCIA
E RESISTÊNCIA (2024 – 2025)**

BRASÍLIA, 2025

GUSTAVO CARVALHO BERNARDES

**MIGRAÇÃO E O REFÚGIO LGBTI NO BRASIL: TRAJETÓRIAS DE VIOLÊNCIA
E RESISTÊNCIA (2024 – 2025)**

Dissertação apresentada ao
Departamento de Sociologia da
Universidade de Brasília/UnB como parte
dos requisitos para a obtenção do título de
mestre

Orientadora: Professora Doutora Tânia Mara
Passarelli Tonhati

BRASÍLIA, 2025

FICHA CATALOGRÁFICA

GUSTAVO CARVALHO BERNARDES

**MIGRAÇÃO E O REFÚGIO LGBTI NO BRASIL: TRAJETÓRIAS DE VIOLÊNCIA
E RESISTÊNCIA (2024 – 2025)**

Dissertação apresentada ao
Departamento de Sociologia da
Universidade de Brasília/UnB como parte
dos requisitos para a obtenção do título de
mestre

Prof. Dra. Tânia Mara Passarelli Tonhati (UnB)

Prof. Dra. Berenice Bento (UnB)

Prof. Dr. Tibério Lima Oliveira (UnB)

Prof. Dra. Ivanilda Maria Figueiredo de Lyra Ferreira (UERJ)

Resultado: _____

Brasília, 30 de setembro de 2025

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação é sempre uma travessia, intensa, solitária em alguns momentos, mas também profundamente coletiva. Por isso, escrever agradecimentos nunca é tarefa simples: sempre paira sobre eles uma sensação de injustiça, como se nenhuma palavra fosse capaz de retribuir, com a devida medida, as contribuições concretas, afetivas e simbólicas que tornaram possível essa caminhada.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha orientadora, Tânia Mara Passarelli Tonhati, por ter sido presença firme e generosa. Sua escuta atenta, suas provocações e sua confiança foram fundamentais para que eu seguisse acreditando na relevância desta pesquisa e na potência das histórias que ela carrega. Obrigado por ter caminhado ao meu lado com rigor, sensibilidade e respeito.

Aos colegas do mestrado, que dividiram angústias, leituras, cafés e silêncios, meu muito obrigado, em especial para Cris, Philippe, Letícia, Raquel, Jussara. Nossos encontros e trocas foram essenciais para que esse percurso fosse menos solitário e mais pulsante. Aprendi imensamente com cada um de vocês.

Aos meus amigos, pelo suporte e pelo incentivo constantes ao longo de todo esse processo. Obrigado a Vivian, Vinicius Gurtler, Vinicius Lara, Tito Augusto, Simone, Sérgio, Adrianna por segurarem a minha mão quando o cansaço falou mais alto, por acreditarem em mim mesmo quando eu duvidava, e por me lembrarem da importância de celebrar cada pequena conquista. A amizade de vocês me fortaleceu mais do que posso expressar aqui.

Um agradecimento especial para o amigo e professor Tibério Oliveira que com sua experiência me socorreu em muitos momentos de aflição.

Agradeço a solidariedade e apoio do pesquisador Kayodê da Silva Silvério pelos contatos, dicas e referências que me ajudaram nesse trabalho.

Agradeço aos migrantes e refugiados LGBTI que me cederam o seu tempo e uma parte de suas trajetórias, que me emocionaram e me acolheram com carinho.

Por fim, a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a escrita desta dissertação: minha gratidão mais sincera. Sem vocês, este trabalho não existiria. Se há mérito neste texto, ele é compartilhado.

DEDICATÓRIA

À Beatriz Engel, minha mãe (in memoriam); à Ivana Bernardes, minha irmã e aos meus sobrinhos, Matheus Engel e Gabriel Engel.

RESUMO

A presente pesquisa analisa as trajetórias de violências e resistências de quatro migrantes e refugiados LGBTI, três venezuelanos e um colombiano, que chegaram ao Brasil entre 2020 e 2022. Por meio de entrevistas semiestruturadas, investigou-se como vivenciaram a sexualidade nos países de origem, enfrentaram a homotransfobia e reorganizaram suas vidas no Brasil. Os resultados mostram que a migração foi motivada pela fuga da violência e pelo desejo de liberdade, mas também foi marcada por precarização, barreiras linguísticas e desafios no trabalho. Ainda assim, o deslocamento possibilitou novas formas de pertencimento, autonomia e reconstrução subjetiva. Demonstrou-se também que, embora o Brasil reúna contradições, entre acolhimento e discriminação, ele representa para esses sujeitos um espaço de reexistência e afirmação.

Palavras-chave: migração, refúgio, LGBTI, invisibilidade, homotransfobia, resistência, direitos humanos.

ABSTRACT

This research analyzes the trajectories of violence and resistance experienced by four LGBTI migrants and refugees — three Venezuelans and one Colombian — who arrived in Brazil between 2020 and 2022. Through semi-structured interviews, it investigates how they experienced their sexuality in their countries of origin, confronted homotransphobia, and reorganized their lives in Brazil. The results show that migration was driven by both the need to escape violence and the pursuit of freedom, but it was also marked by precarious conditions, language barriers, and challenges in the labor market. Nevertheless, displacement enabled new forms of belonging, autonomy, and subjective reconstruction. The study also demonstrates that, although Brazil embodies contradictions between inclusion and discrimination, it represents for these individuals a space of re-existence and affirmation.

Keywords: migration, refuge, LGBTI, invisibility, homotransphobia, resistance, human rights.

Abreviaturas e Siglas

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

AIDS - Acquired Immune Deficiency Syndrome

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

COMIGRAR - Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia

CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

GGB – Grupo Gay da Bahia

ILGA – International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LGBTI – Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais

OBMigra – Observatório das Migrações Internacionais

ORAM - Organization for Refuge, Asylum & Migration

OSIG – Orientação sexual e identidade de gênero

OUA – Organização da Unidade Africana

SOGIE - Sexual Orientation, Gender Identity and Expression

TPI – Tribunal Penal Internacional

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 2 - ITINERÁRIO METODOLÓGICO	20
2.1. Trajetória singular, memória coletiva	21
2.2. Os caminhos traçados pelo pesquisador em busca dos pesquisados	23
2.3. Trajetórias de Vida	27
2.4. Das Entrevistas	29
2.4.1. Benitez	29
2.4.2. Carlos	30
2.4.3. Ernesto	30
2.4.4. Juan	30
CAPÍTULO 3 - FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA MIGRAÇÃO E DO REFÚGIO LGBTI.....	31
3.1. Migração e Refúgio: Gênero, Sexualidade e Interseccionalidade.....	33
3.1.1. Interseccionalidade: origem, gênero, sexualidade, raça e classe social	36
3.2. Precariedades envolvidas na Migração LGBTI.....	39
3.2.1. Precariedades associadas à Saúde.....	40
3.2.2. Precariedades associadas à Segurança	41
3.2.3. Precariedades associadas à burocracia.....	44
3.3. Invisibilidade e Reconhecimento	48
3.4. A Família Transnacional e a população LGBTI.....	50
CAPÍTULO 4 - MIGRANTES E REFUGIADOS LGBTI: POR ELES MESMOS.....	52
4.1. Vida antes da migração: contextos de origem	54
4.2. Por que o Brasil?	59
4.3. A chegada e a acolhida no Brasil	62
4.3.1. A língua e a hospitalidade.....	65
4.3.2. Trabalho e precariedade.....	69
4.3.3. Família e rede de apoio	73
4.4. Resistências e Reexistências	79
4.5. “Eu já tenho aquele poder”	82
CAPÍTULO 5 - CONCLUSÃO	84
REFERÊNCIAS.....	86
APÊNDICE.....	92

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

A migração¹ e o refúgio são fenômenos complexos que envolvem dimensões políticas, econômicas, sociais e humanitárias em escala global. Para avançar na compreensão desses processos, é fundamental definir as categorias de migrante e refugiado. O termo *migrante*, segundo Cavalcanti (2017), constitui uma categoria sociopolítica e socialmente construída, que designa indivíduos que deixam sua terra natal para viver em outro espaço social. Mais do que uma simples mudança geográfica, essa condição é atravessada por fatores econômicos, culturais, jurídicos e políticos, além de estar frequentemente associada a um imaginário coletivo que diferencia esses sujeitos dos “estrangeiros” oriundos de países economicamente mais desenvolvidos. Nessa perspectiva, o migrante ocupa uma posição paradoxal: já não pertence integralmente ao país de origem e, ao mesmo tempo, não é plenamente acolhido pelo país de destino, vivendo, portanto, em um “não lugar” (Cavalcanti, 2017). Utilizarei aqui o termo *migrante* também com base na obra de Sayad (1998), para quem essa denominação é a mais adequada, pois abrange as duas dimensões do fenômeno da mobilidade: a saída do país de origem (emigração) e a chegada ao país de destino (imigração). Segundo o autor, a palavra *migrante* traduz de maneira mais precisa essa dupla ausência — a do país de partida, que já não lhe pertence, e a do país de chegada, que nunca o acolhe plenamente.

Já o refugiado, por sua vez, pode ser definido como uma pessoa que se encontra fora de seu país de origem devido a um fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política, conforme estabelecido pela Convenção de Genebra de 1951².

Ao longo dos anos, a definição de refugiado foi ampliada por tratados regionais, como a Convenção da Organização da Unidade Africana - OUA (1969) e a Declaração de Cartagena (1984), para incluir aqueles que fogem de conflitos armados, violência generalizada, violações massivas de direitos humanos ou perturbações graves da ordem pública.

No Brasil, a Lei nº 9.474/1997, em seu artigo 1º, incorpora essa definição ampliada de refúgio. Nesse sentido, além da definição clássica da convenção de 1951, a lei brasileira reconhece como refugiado todo o indivíduo que seja obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país “devido a grave e generalizada violação de direitos humanos.”

¹ Utilizarei o termo migrante baseado na obra de Abdelmalek Sayad onde ele afirma que o termo migrante seria o termo mais adequado pois abrange as duas dimensões do fenômeno da mobilidade, a saída do país de origem (emigração) e a chegada ao país de destino (imigração). Segundo o autor, a palavra migrante traduz de maneira mais adequada essa dupla ausência, a do país de partida e a do país de chegada que nunca acolhe totalmente o migrante.

² Segundo Ramirez et al. (2017) a Convenção de Genebra surge no contexto histórico específico: as duas grandes guerras. Por isso ela estabelece um limite temporal e geográfico para o conceito de refugiado. Na ocasião se imaginava que o fenômeno do refúgio seria algo passageiro.

O Brasil a partir de 2010, recebeu um número significativo de migrantes de países como: Venezuela, Haiti, Bolívia, Colômbia e Cuba, bem como, migrantes de outras partes do mundo, incluindo Afeganistão e Angola. Segundo o Relatório de Dados Consolidados da Imigração no Brasil 2024 do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), entre 2022 e julho de 2024 os registros de residência chegaram a 481 mil migrantes regularizados (Cavalcanti, Oliveira e Silva, 2024). Nesses dois anos em meio, 139,2 mil pessoas solicitaram reconhecimento da condição de refugiado ao Brasil e 87,5 mil pessoas foram reconhecidas como refugiadas, 96% delas de nacionalidade venezuelana.

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2025), o número de pessoas deslocadas à força em todo o mundo dobrou na última década e atingiu em 2024 a expressiva marca de 123,2 milhões de pessoas refugiadas, isso representa 1 em cada 67 pessoas em todo o mundo.

É nessa realidade que estão inseridos os migrantes e refugiados dissidentes sexuais, ou seja, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais (LGBTI³). Apesar de aparentemente não se tratar de um número expressivo de casos, a proteção de pessoas LGBTI em condição de migração ou refúgio tem recebido cada vez mais atenção no Brasil e em nível internacional, justamente por ser um segmento da população que exige uma atenção muito específica das políticas de acolhimento e, embora haja um longo histórico de perseguição a essa população, os marcos normativos para garantir sua proteção são recentes e possivelmente insuficientes.

Os Princípios de Yogyakarta (2007), documento que trata da aplicação das normas de Direitos Humanos às questões de orientação sexual e identidade de gênero, afirmam a obrigação primária dos Estados de implementarem os Direitos Humanos da população LGBTI. Cada princípio, foi elaborado por uma equipe de eminentes especialistas em Direitos Humanos, e acompanhado por detalhadas recomendações aos Estados.

No que tange ao instituto do refúgio, o princípio 23 dos Princípios de Yogyakarta (2025) afirma:

Toda a pessoa tem o direito de buscar e de desfrutar de asilo em outros países para escapar de perseguição, inclusive de perseguição relacionada à orientação sexual ou identidade de gênero. [...]

Os Estados deverão:

- a) Rever, emendar e aprovar leis para assegurar que o temor fundamentado de perseguição por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero seja aceito para reconhecimento do status de refugiado e asilado;
- b) Assegurar que nenhuma política ou prática discrimine aquelas pessoas que buscam asilo na base de sua orientação sexual ou identidade de gênero;
- c) Garantir que nenhuma pessoa seja transferida, expulsa ou extraditada para qualquer estado onde essa pessoa experimente temor fundamentado de enfrentar tortura, perseguição ou qualquer outra forma de

³ Como se trata de um movimento internacional eu adotei a sigla utilizada pela International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association - ILGA (maior associação internacional LGBTI). A sigla LGBTQPN e outras variantes não são pacíficas dentro do movimento LGBTI brasileiro nem foram objeto de debate dentro dos espaços de articulação do movimento social.

tratamento ou punição cruel, desumano ou degradante, por causa da orientação sexual ou identidade de gênero daquela pessoa.

Ademais, mesmo a Convenção de Genebra de 1951 sobre o Estatuto das Pessoas Refugiadas não abordando explicitamente as perseguições por motivos de orientação sexual e/ou identidade de gênero (OSIG), a partir de posições doutrinárias e jurisprudenciais, o ACNUR publicou a Diretriz de Proteção n.º 9 (2012), abordando especificamente perseguições motivadas por questões ligadas à orientação sexual e à identidade de gênero real ou percebida⁴.

No seu item 8, a Diretriz 9 diz:

Essas Diretrizes têm por objetivo ser abrangentes e relevantes para todos os tipos de solicitação relacionada à orientação sexual e/ou identidade de gênero. Os conceitos de orientação sexual e identidade de gênero foram estabelecidos nos Princípios de Yogyakarta e essa terminologia também será utilizada nesta Diretriz. A orientação sexual diz respeito à: “capacidade de cada pessoa de sentir uma profunda atração emocional, afetiva e sexual por pessoas de um gênero diferente do seu, ou do seu mesmo gênero, ou de mais de um gênero, assim como a capacidade de manter relações íntimas e sexuais com essas pessoas” A identidade de gênero se refere à: “vivência interna e individual do gênero como tal e como cada pessoa sente internamente essa vivência, a qual pode ou não corresponder com o sexo que foi determinado no momento do nascimento, incluindo uma vivência pessoal do corpo ... e outras expressões de gênero, como roupas, o modo de falar ou de se portar (UNHCR, 2012, p. 04).

Mesmo com esses princípios e diretrizes sendo difundidos em nível internacional, o ACNUR estima que apenas 40 países do total de 193 reconhecem solicitações de refúgio, cujo fundado temor se relaciona a perseguições motivadas por orientação sexual e por identidade de gênero. Em contrapartida, segundo a *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association-* (ILGA, 2025), atualmente existem mais de 60 países que criminalizam a relação sexual consensual entre duas pessoas do mesmo sexo.

Mais recentemente, precisamente em 24 de janeiro de 2025, numa atitude inédita, o Procurador do Tribunal Penal Internacional (TPI), protocolou dois pedidos de mandados de prisão perante a Câmara Pré-Julgamento II do Tribunal Penal Internacional (TPI) alegando que no Afeganistão, mulheres, meninas e a população LGBTI estão enfrentando uma perseguição “sem precedentes, inconcebível e contínua” pelo Talibã (*Statement of [...], 2025*)³. Trata-se da primeira vez que a população LGBTI foi explicitamente mencionada em um mandado de prisão do TPI. Essa decisão abre um precedente importante no sentido de que o Tribunal poderá passar a reconhecer outros casos de violação de direitos da população LGBTI facilitando os procedimentos de refúgio para essa população.

No Brasil, a Lei Nacional do Refúgio, 9.474/97, diz que se consideram refugiadas as pessoas que fogem com receio de perseguição por sua raça, religião, nacionalidade, opiniões políticas ou filiação a certo grupo social. A partir desse último critério (grupo social), numa interpretação baseada na Convenção da ONU relativa ao Estatuto dos Refugiados, se passou a entender ser possível acolher gays, lésbicas, bissexuais,

⁴ Orientação sexual e identidade de gênero real ou percebida diz respeito a proteção dos direitos humanos que deve abranger não apenas a orientação sexual e identidade de gênero que a pessoa de fato tenha como também deve proteger aqueles que não possuem uma orientação sexual e identidade de gênero não dissidente mas que aparentam ter.

travestis, transexuais e intersexuais, por meio do refúgio. Portanto, essa população passou a poder invocar a proteção do referido Estatuto.

Mas, qual é a demanda por refúgio ou residência de pessoas LGBTI no Brasil? Não há dados quantitativos sobre a orientação sexual e/ou identidade de gênero (OSIG) dos migrantes ou refugiados no Brasil. Essa situação de invisibilidade dificulta tanto o acolhimento dessa população quanto a produção acadêmica sobre o tema e a elaboração de políticas públicas direcionadas para essa população. O apagamento de dados sobre a população LGBTI não é novidade na realidade brasileira. Essa, na verdade, é uma prática muito comum por parte do Poder Público. Trata-se, evidentemente, a uma violência estatal por omissão que causa a invisibilidade social através do apagamento estatístico dessa população.

No recente Atlas da Violência de 2023, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA a ausência de dados referentes à população LGBTI é destacada:

No Brasil, as limitações na produção de dados constituem o principal desafio técnico à implementação de políticas públicas destinadas a esta população [LGBTI]. As transformações institucionais nessa produção são bastante lentas e desiguais, seja no setor da Segurança Pública (FBSP, vários anos), seja no da Saúde, tratado no Atlas da Violência. A insuficiência de dados em torno da população LGBTQI+ indica, neste sentido, subnotificação e subqualificação do fenômeno, seja nas bases produzidas oficialmente, avaliadas em FBSP (2022; 2021; 2020; 2019), Cerqueira e Bueno (2019, 2020) e Cerqueira, Ferreira e Bueno (2021), seja nas produzidas extraoficialmente, avaliadas pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Benevides, 2022; Benevides e Nogueira, 2021; 2020; 2019) e pelo Grupo Gay da Bahia (Oliveira e Mott, 2022; 2020; Gastaldi et al., 2021; GGB, 2019)(Cerqueira, 2023, p. 60).

Além disso, reportagem publicada em 16/09/2023 o portal UOL (DIAS, 2023) abordou a questão dos refugiados LGBTI no Brasil e a ausência de dados:

O TAB ouviu ONGs e profissionais que trabalham em campo, e todos apontam um crescimento no número de refugiados LGBT+ no país, embora esses grupos passem invisíveis entre as 348.067 solicitações protocoladas na última década, segundo dados do Ministério da Justiça em 2022.

A última vez que houve algum monitoramento desse grupo foi em 2018. Àquela altura, os LGBT+ correspondiam a 369 solicitações desde 2010, segundo relatório do Conare e do Acnur (Alto-Comissionário da Nações Unidas para Refugiados).

Mais adiante a reportagem reforça a importância do tema:

Um número aparentemente pequeno, mas que é considerado, por quem trabalha no acolhimento de refugiados, como a ponta do iceberg de uma outra realidade. "Muitos dos que fogem por essas razões podem não saber que o Brasil é um país acolhedor. Podem ter receio de se expressar, ter vergonha e, por razões ligadas à parte financeira nessa comunidade, podem não apresentar elementos que indiquem que são desse recorte", explica Davide Torzilli, representante da Acnur.

Ao falar sobre o apagamento de populações subalternizadas, Spivak (2010) ensina:

É no contexto desse etnocentrismo que ele tenta tão desesperadamente degradar o Sujeito do pensamento ou conhecimento para dizer que "o pensamento é [...] a parte em branco do texto" (OG, p. 93); aquilo que é pensado, mesmo em branco, ainda está no texto e deve ser confiado ao Outro da história. Esse espaço em branco inacessível, circunscrito por um texto interpretável, é o que a crítica pós-colonial do imperialismo gostaria de ver desenvolvida, no espaço europeu, como o lugar da produção de teoria. Os críticos e intelectuais pós-coloniais podem tentar deslocar sua própria produção apenas pressupondo esse espaço em branco inscrito no texto. Tornar o pensamento ou o sujeito pensante transparente ou invisível parece, por contraste, ocultar o reconhecimento implacável do outro por assimilação (Spivak, 2010, p. 107 - 108).

A ausência de dados sobre a população LGBTI, especialmente no contexto da migração e do refúgio, pode ser compreendida como uma forma de apagamento epistemológico e político, em sintonia com a crítica pós-colonial formulada por Spivak (2010). Quando a autora afirma que "o pensamento é [...] a parte em branco do texto" e que esse espaço deve ser confiado ao Outro da história, ela denuncia o modo como os discursos dominantes, marcados pelo etnocentrismo, colonialismo e heteronormatividade, tornam invisíveis os sujeitos subalternos, negando-lhes a possibilidade de serem reconhecidos como produtores legítimos de saber.

No caso da população LGBTI, essa "parte em branco" não significa ausência total de registro, já que essas pessoas estão presentes nos sistemas administrativos e documentais. O que ocorre é a inexistência de perguntas e categorias específicas sobre identidade de gênero e orientação sexual nos instrumentos de coleta de dados, o que impede a produção de informações capazes de nomear e proteger essa população.

Além disso, muitos refugiados LGBTI não solicitam refúgio com base na perseguição por orientação sexual e/ou identidade de gênero (OSIG), buscando outras vias de regularização migratória, o que também contribui para a invisibilidade estatística. Tornar o sujeito pensante "transparente" ou "invisível", como alerta Spivak (2010), não é neutralidade, mas uma estratégia de assimilação que se manifesta tanto na omissão institucional quanto nas práticas cotidianas da burocracia, reforçando estruturas de exclusão.

Assim, a ausência de dados não é apenas uma falha técnica, mas um sintoma de um regime discursivo e administrativo que decide quem merece ser visível e documentado, e quem permanece à margem, como espectro de uma história que se prefere não registrar.

Além da ausência de dados, outra dificuldade diz respeito à integração dos migrantes e refugiados dissidentes sexuais junto ao país que os acolhe, Theodoro (2023, p. 153) destaca a continuidade da relação conflitiva com o "armário" por parte dos migrantes e refugiados: "*...há um temor no tocante à visibilidade da diferença na esfera pública, o que resulta em uma (auto)limitação da experiência de sua sexualidade*". A seguir Theodoro (2023, p.153) completa: "*Mais uma vez, é patente a complexidade da diáde revelar-ocultar constitutiva do espaço simbólico do armário. No que se refere às suas implicações à mobilidade de sujeitos LGBTQIA+, Lewis (2012) destaca que nem sempre os deslocamentos e a realocação geográfica resultam diretamente na "saída do armário"*".

Diante dessa permanência da situação de ocultação da sexualidade dissidente por parte de migrantes e refugiados, a própria população LGBTI do país que acolhe encontra dificuldades para acessar essa população o que reforça a ausência de dados a respeito de migrantes e refugiados LGBTI.

Neste sentido, a maior ou menor interação entre a população LGBTI nacional e a população LGBTI migrante ou refugiada pode depender das prioridades de cada temática para a pessoa migrante ou refugiada, alguns podem priorizar a questão econômica, o trabalho; outros podem demandar a liberdade para manifestar livremente a sua sexualidade e outros demandarão maior acesso a saúde e educação, e tudo isso envolvendo e misturando modos de vida do país de origem com hábitos do país de destino.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito ao tratamento do refugiado ou migrante pela burocracia estatal, tanto nas fronteiras quanto nos postos de controle. Por isso, analisaremos a forma como acontece esse diálogo entre o migrante/refugiado dissidente sexual e a burocracia estatal, quais são as táticas utilizadas para romper barreiras, quais os atalhos utilizados para lidar com uma burocracia as vezes tão pouco flexível.

Assim como em outros países, no Brasil o acolhimento dos refugiados e migrantes LGBTI apresenta desafios. Muitos acabam presos numa rede de relações que, muitas vezes, reproduz os preconceitos e dificuldades do seu país de origem. O acolhimento por parte da burocracia estatal brasileira por vezes é desafiador para com os migrantes, não apenas em razão da falta de estrutura adequada para acolhimento, mas também pela ausência de informações claras sobre a possibilidade de pedido de refúgio por orientação sexual, por exemplo.

Ao analisar a narrativa de uma de suas fontes Theodoro (2023) destaca o despreparo de instituições que lidam com o público migrante em fomentar um ambiente mais acolhedor e receptivo para a população LGBTI, onde se sintam seguros para compartilhar suas experiências. Além disso, Theodoro (2023) problematiza o fato de, no Brasil, ser a Polícia Federal a instituição responsável por receber as solicitações de refúgio. Explica que no contexto sociocultural de origem as instituições policiais podem ser as responsáveis por perpetrar diversas formas de violência contra a população LGBTI.

Diante das questões aqui trazidas, percebemos que a questão da migração LGBTI no Brasil é um tema de crescente importância, com enormes desafios e com implicações profundas para os direitos humanos, inclusão social e políticas públicas não apenas para os migrantes LGBTI como para a própria população LGBTI nacional.

Neste sentido, a presente pesquisa busca compreender as trajetórias de violências e resistências de quatro migrantes e refugiados LGBTI, sendo três venezuelanos e um colombiano, que vieram para o Brasil entre 2020 e 2022 e atualmente moram em Brasília e Rio de Janeiro. Explorando suas trajetórias no processo

migratório desde a saída do país de origem até a chegada e permanência no Brasil. As entrevistas realizadas me permitiram interrogar como era a vivência da sexualidade nos países de origem e como ela se (re)configura no Brasil; de que modo enfrentam a homotransfobia; como percebem a realidade brasileira em relação à população LGBTI migrante e refugiada; qual é a relação que estabelecem com o trabalho, com a família e com as redes de apoio; e como se deu o processo de adaptação linguística e cultural.

Como objetivos específicos, me proponho, a partir da trajetória de vida dos migrantes e refugiados LGBTI entrevistados, entender: 1) Como era a vida antes de migrarem para o Brasil? 2) Como experienciaram a homotransfobia? 3) Como reorganizaram a vida no novo país? 4) Como foi o desafio da língua e da hospitalidade, do trabalho e da precariedade? 5) Como acontece a relação familiar e como se construiu a rede de apoio? 6) Como se deram as resistências e reexistências? E, por fim, como se veem nessa nova vida no Brasil?

Nesta Introdução, busquei evidenciar que a migração e o refúgio de pessoas LGBTI configuram um campo atravessado por tensões políticas, jurídicas, culturais e humanitárias, marcado pela ausência de dados oficiais, pela violência institucional e pelo apagamento estatístico que reforçam a invisibilidade dessa população. Mostrei ainda que, apesar de avanços normativos internacionais, como os Princípios de Yogyakarta e a Diretriz n.º 9 do ACNUR, o reconhecimento do refúgio por orientação sexual e identidade de gênero continua limitado e desafiado pela prática cotidiana da burocracia estatal, que frequentemente reproduz violências já experimentadas nos países de origem.

Também destaquei que a experiência migratória de pessoas LGBTI não se restringe ao ato de atravessar fronteiras, mas envolve processos contínuos de ocultação e revelação da sexualidade, de enfrentamento da homotransfobia, de negociação cultural e linguística e de (re)construção de redes de apoio. É nesse contexto que se insere a presente pesquisa, voltada a compreender, por meio das trajetórias de cinco migrantes e refugiados LGBTI residentes em Brasília e no Rio de Janeiro, como essas pessoas reorganizam suas vidas no Brasil, enfrentam violências, constroem resistências e reexistências, e se relacionam com o trabalho, a família, a língua e a comunidade.

No próximo capítulo 2, tratei do itinerário metodológico da pesquisa, as dificuldades envolvidas no acesso à população, as estratégias utilizadas para acessar os migrantes e refugiados LGBTI entrevistados. Explicação do roteiro das entrevistas, assim como, descrição sobre a realização das entrevistas.

O capítulo 3 foi dedicado a revisão da literatura sobre o tema e abordei, ainda, os principais fundamentos teóricos sobre a migração e do refúgio LGBTI, apresentando as principais abordagens e conceitos relacionados ao tema. Assim, abordei questões envolvendo interseccionalidade, precariedades e

invisibilidade social, que estão diretamente relacionadas ao tema estudado e foram utilizados na análise do material empírico.

No capítulo 4, dediquei a apresentar os resultados empíricos da pesquisa. Nesse apresento as narrativas dos migrantes e refugiados LGBTI entrevistados. Essas trajetórias serão cotejadas com conceitos e bases teóricas. O capítulo apresentará a visão dos próprios migrantes e refugiados com relação questões envolvendo homotransfobia, língua e hospitalidade, resistências, trabalho, família e rede de apoio.

Esta dissertação contará, por fim, com um capítulo de considerações finais, no qual serão elencados os principais achados da pesquisa.

CAPÍTULO 2 - ITINERÁRIO METODOLÓGICO

Entre 2019 e 2020 eu coordenava um projeto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD em Boa Vista, capital do estado de Roraima. Embora o projeto não tivesse relação direta com a migração, era impossível não se deparar com a realidade de migrantes e refugiados venezuelanos na cidade. Nesse período vivendo em Boa Vista tive a oportunidade de conhecer a solidariedade de brasileiros com os migrantes, como no caso da creche oferecida pela Igreja Católica às mulheres migrantes para que elas pudessem deixar os filhos e buscar emprego; também conheci a xenofobia quando um vereador da cidade de Boa Vista propôs um projeto de lei que proibia venezuelanos de usarem os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) da cidade. Esse foi o meu primeiro contato com o tema da migração e refúgio.

Em 2022 eu fui aluno especial na disciplina de Sociologia das Migrações no Departamento de Sociologia da UnB. Aquela vivência em Boa Vista me impactou e achei que seria bom estudar o tema. Foi a primeira vez que tive contato com o tema da mobilidade humana, da migração e do refúgio na teoria. Ao final da disciplina, como um dos elementos do processo avaliativo, eu precisava escrever um artigo abordando algum dos temas discutidos no decorrer do semestre.

Ao pesquisar algum tema que relacionasse o tema dos direitos da população LGBTI e da mobilidade humana, me deparei com a questão dos refugiados e migrantes LGBTI no Brasil. Percebi que havia pouca produção acadêmica sobre o assunto e que haviam ali desafios tanto para os LGBTI refugiados e migrantes quanto para o Estado e as instituições que trabalham com a questão da migração e do refúgio.

Aos poucos fui me aprofundando na temática, lendo livros e artigos, participando de eventos e conversando informalmente com ativistas e profissionais que trabalham com migrantes e refugiados. Ao tomar maior intimidade com o tema percebi que muitas das experiências dessa população (migrantes e refugiados LGBTI) dialogavam com a minha própria história de vida: um gay que nasceu no interior do Rio Grande do Sul, que aos 7 anos mudou para uma cidade maior, Porto Alegre, onde jovem, se descobriu gay e que, depois disso, já viveu em diversas outras cidades do país.

O “não lugar” dos migrantes e refugiados, que não pertencem mais ao país de origem e que, por outro lado, não são completamente acolhidos no país de destino fala do meu próprio sentimento de inadequação dentro da família, na escola, no estágio/trabalho e na própria cidade, que não é pensada para alguém como eu. Essa coincidência de sentimentos foi o que me tornou sensível para a temática da migração e do refúgio da população LGBTI e que me levou a fazer essa pesquisa.

O principal desafio desta pesquisa consistiu em acessar uma população historicamente invisibilizada e pouco contemplada nos estudos sobre migração e refúgio: os migrantes e refugiados LGBTI. Embora a opção metodológica por uma abordagem qualitativa estivesse desde o início clara e a técnica da entrevista semiestruturada definida, a maior dificuldade que encontrei foi localizar e estabelecer contato com essa população, já que os canais institucionais tradicionais (ACNUR, CREAS Imigrantes, Aldeia SOS) mostraram-se pouco acessíveis. As instituições foram procuradas através de e-mail, whatsapp, telefone e visitas presenciais, contudo, a ACNUR não retornou os contatos, o CREAS Imigrantes não demonstrou interesse e a Aldeia SOS deu retorno apenas após o término da pesquisa.

Essa barreira evidenciou a necessidade de adotar estratégias alternativas, criativas e sensíveis à realidade social dessa população, de modo a construir relações de confiança que possibilitassem acesso às trajetórias de vida, que foram posteriormente narradas em profundidade.

Diante disso, a busca pela população sujeita dessa pesquisa, se deu por meio de aplicativos, redes sociais e eventos culturais, num movimento que exigiu um engajamento ético e relacional por parte do pesquisador. Ou seja, busquei uma abordagem de trabalho de campo que foi construída no encontro, no vínculo e na escuta. Nesse processo, a pesquisa foi se moldando à complexidade do tema: o entrelaçamento entre sexualidade dissidente e deslocamento.

A seguir, abordo o itinerário metodológico e analítico que sustenta a pesquisa sobre as trajetórias de vida dos migrantes e refugiados LGBTI entrevistados buscando compreender as múltiplas dimensões de suas vivências. A seção abaixo detalha as minhas estratégias metodológicas e as entrevistas semiestruturadas conduzidas como ferramentas centrais para acessar as trajetórias de vida dos entrevistados explorando as suas narrativas pessoais. As dificuldades em localizar e estabelecer contato com os participantes, bem como as soluções para superá-las, também são descritas, evidenciando os desafios de conduzir a pesquisa.

2.1. Trajetória singular, memória coletiva

No contexto da pesquisa, a entrevista semiestruturada se mostrou como a técnica mais adequada para captar as nuances das trajetórias dos sujeitos pesquisados, com o intuito de respeitar a densidade subjetiva e afetiva de suas narrativas. Inspirado por autores como Benjamin (2020), Bosi (2023) e Larrosa (2022), o trabalho com as trajetórias não visa apenas à coleta de informações, mas à escuta de experiências que vibram e lutam por expressão.

Parti para a pesquisa compreendendo que entrevistar não é apenas perguntar, mas criar um espaço de enunciação em que a experiência ganha forma, reverbera e se conecta com estruturas sociais mais amplas (Ferreira, 2014). A partir dessa escuta atenta e situada, foi possível compreender como esses sujeitos

constroem sentidos sobre suas experiências, atravessam fronteiras físicas e simbólicas e desenvolvem, muitas vezes até sem perceber, táticas de resistência diante da precariedade, da exclusão e do desejo de se reinventar.

Ao analisar as táticas de resistência narradas pelos entrevistados, percebi que suas trajetórias não se reduzem a uma sequência linear de fatos, mas expressam sentidos, rupturas e táticas de sobrevivência que se transformam ao longo do tempo.

Minha opção por trabalhar com o conceito de trajetória partiu justamente da convicção de que ele permite articular a experiência pessoais com processos sociais mais amplos, como indicam Foucault (2005) ao discutir as dinâmicas de poder que atravessam os corpos e Butler (2017) ao problematizar os modos de reconhecimento e inteligibilidade das identidades.

Nesse movimento, compreendi que os sujeitos não estão isolados, mas inseridos em estruturas que condicionam tanto os limites quanto as possibilidades de suas vidas. Ao escutar suas narrativas, tornou-se evidente para mim que as trajetórias revelam não apenas as marcas da exclusão, mas também os modos de resistência que produzem sujeitos em constante transformação. Nesse sentido, me apoiei nos ensinamentos de Bosi (2023) quando ela afirma que as lembranças grupais se apoiam umas nas outras formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal. Portanto, entendi que cada fala de um entrevistado reforçava a fala dos demais, dando consistência aos fatos narrados. Mesmo eventuais divergências nos relatos, revelavam peculiaridades de experiências de um ou de outro entrevistado. Bosi (2023, p. 431) reforça esse entendimento quando diz:

Imagine-se um arqueólogo querendo reconstituir, a partir de fragmentos pequenos, um vaso antigo. É preciso mais que cuidado e atenção com esses cacos; é preciso compreender o sentido que o vaso tinha para o povo a quem pertenceu.

E continua a autora:

A que função servia na vida daquelas pessoas? Temos que penetrar nas noções que as orientavam, fazer um reconhecimento de suas necessidades, ouvir o que já não é audível. Então recomporemos o vaso e conheceremos se foi doméstico, ritual, floral...

A reflexão de Bosi (2023) contribui para o entendimento da pesquisa com trajetórias de vida como um exercício de escuta, reconstrução e reconhecimento de sentidos ocultos sob camadas de silêncio e esquecimento. Ao comparar a reconstituição da memória à tarefa de um arqueólogo diante de fragmentos de um vaso antigo, a autora nos lembra que não basta apenas recolher relatos, é necessário compreender o contexto, os significados e as funções que aquelas experiências tinham para os sujeitos.

No caso desta pesquisa, que busca acessar as experiências de migrantes e refugiados LGBTI entrevistados, o esforço de escuta ganha uma densidade ainda maior: trata-se de dar forma ao que foi deslocado, calado, subalternizado ou desautorizado por estruturas sociais excludentes. As lembranças narradas nas entrevistas ultrapassam o registro das vivências individuais e se articulam como partes de uma história coletiva, na qual se repetem marcas de violência, deslocamento e resistência.

Assim, ainda que cada trajetória seja singular, os pontos de convergência revelam experiências comuns que permitem compreender não apenas biografias isoladas, mas a condição compartilhada de migrantes e refugiados LGBTI, cujas vidas se inscrevem em uma memória coletiva marcada pela luta por pertencimento, reconhecimento e sobrevivência.

Na sequência, o capítulo apresenta a evolução do recorte espacial, que inicialmente se limitava ao Distrito Federal e posteriormente pesquisando translocalmente (Distrito Federal e Rio de Janeiro), diante das barreiras impostas pela dificuldade de acesso a população e pelo receio de alguns sujeitos de participarem das entrevistas. Essa ampliação permitiu incluir uma maior diversidade de experiências qualificando meu entendimento a respeito dos desafios enfrentados por migrantes e refugiados LGBTI.

2.2. Os caminhos traçados pelo pesquisador em busca dos pesquisados

Como mencionei anteriormente, a pesquisa exigiu a técnica de entrevista semiestruturada por ser a mais adequada para captar as nuances das experiências trazidas pelos migrantes e refugiados LGBTI entrevistados. Ainda no ano de 2023, estabeleci contatos com organismos internacionais como a Agência da ONU para Refugiados - ACNUR, órgãos públicos como Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, organizações não-governamentais, como Aldeia Infantil SOS e pesquisadores buscando contatos de migrantes/refugiados LGBTI para realizar as entrevistas. Infelizmente, os 5 contatos que obtive através de pesquisadores não se dispuseram a participar das entrevistas.

As dificuldades para acessar esse grupo populacional me fizeram buscar outras maneiras de contatá-los; tendo como referência o trabalho desenvolvido por outros pesquisadores, que trabalharam com o tema, resolvi buscar migrantes e refugiados individualmente no aplicativo de relacionamento *Tinder* e na rede social Instagram. Nesse processo eu identificava o perfil de um suposto migrante no aplicativo *Tinder* e buscava pelo nome no Instagram. Identificando o perfil no Instagram eu, percebendo que se tratava de um/uma migrante, eu mandava mensagem me apresentando como pesquisador e perguntava se haveria interesse de participar de uma pesquisa.

A estratégia permitiu que eu contatasse um migrante venezuelano gay e um casal de migrantes venezuelanos gays, que residiam em Taguatinga, no Distrito Federal. Fiz um primeiro contato presencial com

o casal venezuelano e conversamos no Shopping Taguatinga, onde um deles trabalhava na lanchonete McDonald's. Eles me contaram a história deles por cerca de uma hora. A história deles era incrível, um relato de superação, sobressaltos e desafios.

Combinamos de nos reencontrarmos mais uma vez para gravarmos a entrevista, pois eu ainda não tinha um roteiro de entrevista elaborado. Certamente, esse foi um equívoco de pesquisador que estava indo a campo pela primeira vez, pois o casal, posteriormente, se mudou para Joinville, em Santa Catarina e, mesmo eu me dispondo a ir até a cidade, eles desistiram de conceder a entrevista.

Após o contato com o casal, e a recusa deles em conceder a entrevista, agendei uma entrevista com outro migrante venezuelano, que localizei através do Instagram. Nos encontramos num café em Brasília próximo ao trabalho dele e, dessa vez, eu organizei com antecedência um roteiro para a entrevista.

Ao final da entrevista pedi referências e ele sugeriu que eu fosse a uma festa de reggaeton⁵ que acontecia uma vez por mês no Centro Cultural Infínu, na Asa Sul, em Brasília. Então comecei a frequentar uma festa de reggaeton, que me foi recomendada por ele. A festa é frequentada majoritariamente por migrantes venezuelanos. Na festa encontrei outro migrante gay venezuelano, que se dispôs a me dar uma entrevista também. Encontrei com ele uns dias depois, num café próximo ao trabalho dele, na Asa Norte, em Brasília.

Apesar de ter conseguido avanços no levantamento de migrantes e refugiados LGBTI para a entrevista, o número ainda era insuficiente. Comecei então a procurar reportagens sobre os migrantes e refugiados LGBTI. Através dos nomes mencionados nas reportagens eu localizava os migrantes e refugiados no Instagram e enviava mensagem. Um deles me respondeu e consegui entrevistar, os demais, infelizmente, não responderam aos meus contatos. Aqui destaco que nenhuma das quatro mulheres lésbicas contatadas respondeu aos pedidos de entrevista.

Posteriormente, visando ainda ampliar as pessoas entrevistadas participei de uma roda de conversa entre migrantes e refugiados LGBTI durante a 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apátrida - COMIGRAR (2024). A 2ª COMIGRAR foi organizada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e aconteceu entre os dias 8 e 10 de novembro de 2024 na Universidade de Brasília (UnB). Naquela oportunidade conheci três travestis/transsexuais migrantes que moram na cidade do Rio de Janeiro e se dispuseram a me dar uma entrevista.

Em março de 2025 entrei em contato com as migrantes/refugiadas trans, que havia encontrado na COMIGRAR, mas apenas um homem trans, aceitou me conceder a entrevista. Portanto, ao final, entrevistei 3 homens cisgêneros⁶ gays venezuelanos e 1 homem trans heterossexual colombiano.

⁵ O *reggaeton* é um estilo musical que tem suas raízes na música latina e caribenha. Seu som deriva do ritmo reggae, influenciado pelo hip hop, pela salsa e pela música eletrônica.

⁶ O termo “cisgênero” é usado para definir pessoas que se identificam com o gênero que é designado no momento do nascimento.

Como mencionei anteriormente, a metodologia utilizada na pesquisa foi a qualitativa e a técnica utilizada foi a entrevista semiestruturada. O uso de entrevistas semiestruturadas revela-se particularmente conveniente para a construção de respostas às perguntas apresentadas no projeto de pesquisa, dado o caráter sensível e complexo do objeto de estudo. Através dessa técnica, busquei compreender as experiências e táticas de resistência dos entrevistados abordando questões como a dupla precariedade enfrentada por esses indivíduos devido à sua condição de migrantes e à sua identidade LGBTI.

No total foram 4 horas, 10 minutos e 31 segundos de entrevistas onde pude explorar as interações entre os migrantes e refugiados LGBTI e analisar como era a vivência da sexualidade deles nos seus países de origem (Venezuela e Colômbia) e como ela se (re)configura no Brasil; de que modo enfrentam a homotransfobia; qual é a relação que estabelecem com o trabalho, com a família e com as redes de apoio; e como se deu o processo de adaptação linguística.

As entrevistas permitiram que os entrevistados descrevessem em suas próprias palavras as suas experiências, e as formas de atuação que utilizam, o que pode revelar aspectos que outras metodologias poderiam deixar de captar. Neste sentido Benjamin (2020, p. 26) explica que *“o contador de histórias tira o que ele conta de sua própria experiência ou dá que lhe foi relatada por outros. E ele, por sua vez, o transforma em experiência para aqueles que escutam sua história”*. Portanto, os migrantes/refugiados entrevistados ao relatarem as suas experiências organizaram os eventos vividos na sua própria memória, o que permitiu com que eles compartilhassem mais facilmente as suas vivências, transformando o vivido em experiência compartilhável. Benjamin (2020) resgata o valor da narrativa como ponte entre o sujeito e a coletividade, entre o singular e o social.

Bosi (2023, p. 429) vai no mesmo sentido ao afirmar que:

Para Halbwachs, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual. O que nos parece unidade é múltiplo. [...] Para localizar uma lembrança não basta um fio de Ariadne; é preciso desenrolar fios de meadas diversas, pois ela é um ponto de encontro de vários caminhos, é um ponto complexo de convergência dos muitos planos do nosso passado (Bosi, 2023, p. 429).

A reflexão de Bosi (2023) ilumina a opção metodológica adotada nesta pesquisa, centrada na escuta atenta das trajetórias de migrantes e refugiados LGBTI. Ela destaca o quanto a memória individual é sempre um ponto de vista sobre a memória coletiva, um emaranhado de sentidos que se atualiza à medida que o sujeito se desloca, se reinsere em novos contextos e reelabora suas lembranças sob a luz do presente.

Neste sentido, ao entrevistar pessoas cujas as vidas foram marcadas por rupturas territoriais e afetivas, a pesquisa não apenas coleta dados, mas se envolve em um processo delicado de reconstrução de sentidos, onde cada relato é como um fragmento de cidade soterrada, que precisa ser escavado com cuidado, empatia e

escuta ativa. Através dessa abordagem, o experienciado ganha forma, vibração e significado, permitindo que a história narrada pelos sujeitos se torne também experiência transformadora para quem a pesquisa.

A flexibilidade oferecida pelo método de entrevistas me permitiu, enquanto pesquisador, ajustar as perguntas durante a entrevista, explorando novas informações à medida que surgiam. Isso foi extremamente útil para identificar as formas de apoio e as relações de confiança, explorar táticas de resistência e aprofundar assuntos sensíveis como as relações familiares, algo que seria difícil de captar através de questionários ou metodologias mais rígidas.

Para Larrosa (2022) a experiência não é uma realidade, uma coisa, um fato, ele diz que não se trata de algo fácil de definir ou identificar, ela não pode ser objetivada ou produzida. Para Larrosa (2022) a experiência é algo vivo que nos faz tremer, que nos faz pensar, que mexe com o emocional. E foi exatamente isso que eu senti ao ouvir os relatos dos migrantes e refugiados LGBTI entrevistados, as respostas e as descrições eram tão vívidas e emotivas, que era como se um filme passasse na minha frente no momento das entrevistas. Às vezes, eu repetia o que eles diziam para eles mesmos para ter certeza de que era aquilo que eu estava ouvindo, tamanha a surpresa diante de experiências tão impactantes.

A pesquisa baseada em entrevistas frequentemente se alinha com a teoria interpretativa, que enfatiza a compreensão do significado que os indivíduos atribuem às suas próprias experiências. A análise interpretativa é crucial para entender como os participantes percebem e dão sentido às suas vidas.

Neste trabalho foram realizadas entrevistas que permitiram que os participantes expressassem suas histórias de vida, experiências, emoções e perspectivas. No total foram entrevistados três homens cisgêneros gays, nacionalidade, em Brasília – Distrito Federal e um homem transexual heterossexual, nacionalidade, no Rio de Janeiro – RJ, no período de março de 2024 a março de 2025. Destaco que nesse trabalho usarei pseudônimos para preservar a identidade dos respondentes.

As entrevistas foram transcritas e analisadas cuidadosamente para identificar temas, padrões, significados subjacentes e *insights* importantes. A análise de conteúdo ajuda a categorizar e interpretar os dados coletados, criando conexões entre diferentes partes das histórias narradas. No momento em que comecei a desgravar as entrevistas já comecei a identificar nas falas e os temas mais relevantes. Percebi algumas contradições, bem como, as táticas de resistência que, muitas vezes não eram relatadas como sendo resistências.

Ao permitir que suas trajetórias sejam reveladas e analisadas, a pesquisa revela nuances que outras metodologias poderiam deixar a margem, oferecendo assim uma contribuição significativa para o campo de estudos sobre migração e população LGBTI . Essa técnica, ao captar a experiência vívida e os significados

atribuídos pelos próprios participantes da pesquisa, reforça o compromisso desse estudo em apresentar as trajetórias relatadas pelos entrevistados.

2.3. Trajetórias de Vida

O uso das trajetórias de vida como construtos histórico-sociais constitui método potente para a compreensão dos sujeitos em sua complexidade, pois permite entrelaçar dimensões individuais, sociais e simbólicas em um mesmo movimento analítico. Mais do que relatos isolados, essas trajetórias revelam o encadeamento de posições ocupadas ao longo do tempo nos distintos campos sociais, oferecendo ao pesquisador ferramentas para compreender transformações, rupturas e permanências na experiência dos sujeitos.

Nesse sentido, as trajetórias não apenas refletem a experiência vivida, mas também funcionam como categorias analíticas que permitem interpretar e comparar as ações dos sujeitos em confronto com normas, instituições e relações de poder. Segundo Larrosa (2022, p.43) *“A experiência seria o modo de habitar o mundo de um ser que existe, de um ser que não tem outro ser, outra essência, além da sua própria existência corporal, finita, encarnada, no tempo e no espaço, com outros”*.

Segundo Larrosa (2022), a experiência não é algo totalmente delimitado ou previsível; ela é indeterminada, marcada pelo encontro com o inesperado e pelo caráter singular de quem a vive. Essa compreensão, longe de inviabilizar a pesquisa, oferece um horizonte fértil para analisar as narrativas dos migrantes e refugiados LGBTI. Nas entrevistas realizadas, percebi que cada relato trazia nuances próprias, repletas de subjetividade, silêncios e contradições. No entanto, essa indeterminação não impede que se construam interpretações confiáveis: ao contrário, obriga o pesquisador a se abrir para os sentidos múltiplos que emergem do discurso e a reconhecer a densidade das vivências narradas.

Assim, mesmo que a experiência não se reduza a um dado objetivo, ela pode ser interpretada criticamente, evidenciando padrões recorrentes, táticas de resistência e marcas de exclusão social que atravessam os relatos individuais e apontam para processos coletivos mais amplos. Isso porque a experiência é algo que me acontece, que me forma e me transforma, ou seja, que me constitui.

Essa perspectiva é especialmente relevante em áreas como as Ciências Sociais, onde a escuta das trajetórias é indispensável para a construção de estratégias de intervenção que levem em conta os patrimônios simbólicos, os saberes e os posicionamentos dos sujeitos em suas múltiplas dimensões.

A trajetória, enquanto categoria metodológica e política, desloca o foco da ação técnica para uma prática crítica, que compreende os sujeitos como agentes de sua própria história, mesmo quando esta é marcada pela exclusão ou pela perda de referências. Ao considerar as trajetórias como instituintes e instituídas pelas

relações sociais, essa abordagem permite articular a dimensão biográfica com os processos históricos e coletivos, transformando o conhecimento sobre o outro em uma ferramenta de reconhecimento e emancipação.

Assim, ao reconstruir os itinerários de vida, o pesquisador não apenas coleta dados, mas colabora na reconstituição de sentidos, fortalecendo o vínculo entre ciência, ética e transformação social.

Benjamin (2020) ensina:

A figura do contador só adquire sua plena corporeidade se o apresentamos sob os traços de ambos. “Quem viaja muito, tem sempre muito o que contar”, diz a voz do povo, que representa o contador de histórias como aquele que vem de longe. Mas também é com prazer que ouvimos os casos daquele que ficou na sua terra, ganhando honestamente a sua vida, e conhece as suas histórias e tradições. Se quisermos apresentar esses dois grupos através de seus representantes arcaicos, um se encarna no camponês sedentário e o outro no marinheiro mercador. [...] A real extensão do reino das narrativas, em toda a sua dimensão histórica, não é pensável se não levarmos em conta a íntima interpenetração desses dois tipos arcaicos. Uma tal interpenetração foi particularmente favorecida pelas corporações de artesãos da Idade Média. O mestre sedentário e o aprendiz itinerante trabalhavam juntos no mesmo ateliê; e cada mestre fora aprendiz itinerante antes de se estabelecer em sua terra ou no estrangeiro. Se camponeses e marinheiros foram os antigos mestres da narrativa, o artesanato foi sua melhor escola. Nele, se associava o saber que vem de longe, trazido para casa por aquele que viajou muito, com o saber do passado tal como é confiado, preferencialmente, ao sedentário (Benjamin, 2020, p. 21 e 22).

Benjamin (2020), nos permite compreender as trajetórias como narrativas que entrelaçam mobilidade e imobilidade, deslocamento e enraizamento, saber de experiência feito e memória incorporada. A reflexão do autor sobre o contador de histórias, que pode tanto ser aquele que viajou e retorna com relatos de mundos distantes quanto aquele que permaneceu e conhece as histórias da terra, permite pensar os sujeitos migrantes e refugiados não apenas como corpos em trânsito, mas como narradores que carregam, reelaboram e compartilham sentidos sobre si e sobre o mundo.

No caso das pessoas migrantes e refugiadas LGBTI, suas histórias se movem entre a geografia e a subjetividade, entre os países de origem e os afetos feridos ou reconstituídos no novo país, produzindo um conhecimento híbrido, forjado no cruzamento entre o experimentado e o herdado.

Assim como o artesanato descrito por Benjamin (2020), suas trajetórias combinam o saber que vem de longe com o saber que se sedimenta no presente: experiências de ruptura, perda, reinvenção e resistência que, mais do que deslocamentos físicos, revelam processos profundos de elaboração identitária, social e política.

Mas como compreender o papel da sexualidade nessas narrativas? Foucault (2004) nos explica que a sexualidade faz parte da nossa conduta. Ele diz que a sexualidade compõe a liberdade, liberdade essa que nós mesmos criamos. Introduzir a sexualidade como dimensão constitutiva da subjetividade e, sobretudo, como

expressão de liberdade e criação permite uma inflexão fundamental na análise das trajetórias de migrantes e refugiados LGBTI.

Quando afirma que “o sexo não é uma fatalidade, mas uma possibilidade de aceder a uma vida criativa”, Foucault (2004) desloca o olhar da sexualidade como marca de vulnerabilidade para compreendê-la como campo de invenção de si, de reinvenção das relações e de produção de novos modos de existência.

Nesse sentido, considerada nas trajetórias de vida de migrantes e refugiados LGBTI, a sexualidade emerge como a dimensão que impulsiona a migração, o fio condutor de rupturas e recomeços, sendo atravessada tanto por normas que regulam os corpos quanto por experiências que desafiam essas normas.

Assim, as trajetórias narradas por migrantes e refugiados LGBTI são também trajetórias sexuais e afetivas, nas quais o desejo não é apenas vivenciado, mas constantemente recriado diante das contingências impostas pelo deslocamento, pela exclusão e pela busca por reconhecimento.

O que se vê, portanto, é que, através do exercício da liberdade sexual e afetiva, muitas dessas pessoas não apenas se deslocam no espaço, mas também instauram novas formas de vida, práticas dissidentes que revelam a potência de uma subjetividade que resiste e se reinventa no encontro entre o passado e o futuro.

2.4. Das Entrevistas

As entrevistas foram realizadas no período de março de 2024 e março de 2025, sendo que duas foram presenciais e duas foram realizadas de maneira remota através do *google meet*.

Dos 4 entrevistados 3 eram homens cisgêneros gays e 1 era homem transexual heterossexual, 3 entrevistados moravam no Distrito Federal e um morava no Rio de Janeiro. No momento das entrevistas todos estavam trabalhando e apenas um tinha o ensino superior completo concluído na Venezuela. As idades variavam entre 28 e 40 anos e apenas um informou que mantinha contato permanente com a família.

2.4.1. Benitez

Jovem gay venezuelano de 28 anos, trabalha numa empresa terceirizada de um banco público, mudou para o Brasil com apoio de familiares que já viviam em Brasília – DF. Após chegar ao Brasil trouxe a mãe e a irmã com quem tem um relacionamento bem próximo.

Durante a entrevista Benitez disse que nunca havia sofrido xenofobia no Brasil, contudo, após eu desligar o gravador me relatou um caso de discriminação que estava vivenciando no trabalho.

2.4.2. Carlos

Carlos é venezuelano, tem 38 anos e veio encontrar o namorado também venezuelano que já havia migrado para o Brasil. Hoje tem um novo namorado e trouxe o irmão da Venezuela que mora com ele. Carlos mora em Brasília e tem um bom trabalho na área financeira.

2.4.3. Ernesto

Homem transexual colombiano de 40 anos, ainda jovem foi morar com a mãe que havia migrado para a Flórida nos Estados Unidos. Na Flórida se reconheceu enquanto mulher lésbica e conheceu um brasileiro que falava muito bem do Brasil. Como não gostava da vida que levava nos EUA, Ernesto migrou para o Brasil e desembarcou na cidade de São Paulo, contudo, logo depois foi morar no Rio de Janeiro.

Ernesto enfrentou dificuldades para conseguir um emprego em razão da sua orientação sexual mas, depois, conseguiu um emprego pois outra menina lésbica fazia a seleção e deu uma oportunidade para ele.

Ernesto fez a sua transição de gênero no Brasil, conheceu sua companheira e adotou a família dela como sua família. Hoje é participa de uma ONG para migrantes e refugiados LGBTI.

2.4.4. Juan

Juan tem 37 anos é venezuelano e formado em letras, tem um irmão que mora em Goiás mas não se relaciona com esse irmão pois, segundo Juan, o irmão e a esposa são fundamentalistas religiosos.

Juan trabalha num café da Asa Norte em Brasília, fala inglês, espanhol e português e tem vontade de validar o seu diploma para trabalhar na sua área.

O conjunto das entrevistas evidencia a diversidade de trajetórias vividas por migrantes e refugiados LGBTI no Brasil, revelando tanto elementos em comum quanto singularidades marcadas por gênero, orientação sexual, nacionalidade e redes de apoio. Ainda que todos tenham conseguido inserção no mercado de trabalho, as narrativas mostram que essa conquista não se deu sem obstáculos, seja pela precariedade inicial, pela discriminação velada ou pela necessidade de depender de vínculos familiares e afetivos para se estabelecer. Além disso, as histórias apontam para tensões entre pertencimento e exclusão, demonstrando como o deslocamento geográfico se entrelaça a processos subjetivos de reconhecimento, resistência e reinvenção. Essas experiências fornecem a base empírica para a análise que se seguirá, na qual buscarei compreender de que maneira os entrevistados constroem sentidos sobre suas vidas em meio às condições sociais, políticas e culturais que atravessam suas trajetórias.

CAPÍTULO 3 - FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA MIGRAÇÃO E DO REFÚGIO LGBTI

Dada a crescente relevância da migração e do refúgio de pessoas LGBTI nas últimas décadas, os países têm sido seguidamente confrontados com as particularidades e as precariedades específicas dessa população. Sobre a relevância do tema no âmbito internacional, Andrade (2020) escreveu (tradução nossa):

Uma das razões pelas quais OSIG começou a ser mais debatido no âmbito do asilo foi porque os direitos de lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexuais (LGBTI) estavam sendo cada vez mais discutidos internacionalmente. Em outras palavras, a "agenda internacional LGBTI" estava crescendo naquela época, defendendo que os direitos LGBTI são direitos humanos. Em 2007, por exemplo, um grupo de especialistas redigiu os Princípios de Yogyakarta sobre a Aplicação da Lei Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero (2007). O Princípio 23 tratava do "direito de buscar asilo" (Andrade, 2020, p. 81).

Portanto, este capítulo tem por objetivo realizar uma revisão da literatura existente sobre o tema da migração LGBTI e abordar os principais fundamentos teóricos que sustentam a análise das trajetórias e resistências vivenciadas pelos migrantes e refugiados LGBTI entrevistados para essa dissertação.

É importante que se diga de início que existe pouca literatura acerca do tema migração e refúgio de pessoas por orientação sexual e/ou identidade de gênero (OSIG) diversa. Trata-se de um fenômeno percebido recentemente e que se refere a uma população muito particular, com demandas específicas e ainda muito invisibilizada. Acrescente-se a isso, o fato de que trataremos aqui de vivências muito recente no hemisfério sul e que, portanto, há menos estudos sobre o tema, em países como o Brasil.

Em seu artigo Murray (2020) nos conta que desde os anos 1990, o Canadá tem aceitado pedidos de refúgio com base na orientação sexual ou identidade de gênero (OSIG), reconhecendo que esses grupos sociais sofrem perseguição nos seus países de origem. Ou seja, existe uma demanda por refúgio LGBTI a mais tempo no hemisfério norte, logo, existem mais estudos sobre o fenômeno na América do Norte e na Europa do que em países do hemisfério sul.

Essa demanda por refúgio nos países do hemisfério norte não é casual. As condições sociais e econômicas impactam nessa decisão. Outra questão que influencia, por óbvio, é que o reconhecimento dos direitos da população LGBTI, que foram reconhecidos primeiramente nos países do hemisfério norte onde vimos também o surgimento do movimento LGBTI moderno com a Revolta de Stonewall em 1969 nos EUA, a primeira Parada do Orgulho LGBTI, em Nova Iorque em 1970, em 1972 tivemos a primeira Parada do Orgulho LGBTI de Londres.

Em 1973, a homossexualidade foi retirada do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) elaborado pela Associação Psiquiátrica Americana, com sede em Washington, DC. Além disso, já na década de 1980, a Dinamarca foi o primeiro país a permitir a união civil entre casais do mesmo

sexo, em 1989. A Noruega, a Suécia e a Islândia seguiram a Dinamarca, legalizando a união civil em 1993, 1995 e 1996, respectivamente.

Por outro lado, é importante destacar que nos últimos 50 anos, o movimento LGBTI alcançou avanços significativos em nível mundial, transformando direitos humanos e sociais em várias partes do mundo. Entre as principais conquistas, destaca-se a descriminalização da homossexualidade em muitos países, incluindo a Índia e Botsuana, revertendo legislações coloniais discriminatórias.

Além disso, o casamento igualitário foi legalizado em mais de 30 nações, sendo a Tailândia a mais recente em janeiro de 2025. Outro aspecto a ser considerado foi a aprovação de legislações antidiscriminatórias e o reconhecimento da identidade de gênero em países como Argentina, que aprovou uma das leis mais progressistas em 2012, também simbolizam avanços importantes.

Apesar desses progressos, a luta por igualdade continua, especialmente em regiões onde a discriminação e a violência contra a população LGBTI permanecem endêmicas.

Todo esse resgate histórico nos permite demonstrar que o fenômeno da migração LGBTI para o Norte Global dialoga com o reconhecimento precoce de direitos nessa região do globo e que, por isso, faz sentido pensar a existência de maior produção teórica a respeito do assunto nesses países. No Brasil, como se trata de um fenômeno mais recente e ainda um tanto invisibilizado (sem dados), existem menos estudos abordando essa temática.

Reforçando esse entendimento, Yarwood (2022) afirma que (em tradução nossa):

[...] há uma escassez de dados que limita inferências globalmente relevantes. [...] Os artigos identificados não cobriram todas as rotas migratórias; **menos pesquisas foram identificadas no Sul da Ásia, Australásia e América do Sul** (grifei). É necessária mais pesquisa para delinear nuances relacionadas a diferentes contextos (Yarwood et al, 2022, p. 16)⁷.

Ainda nesse sentido, destaco a afirmação de Andrade (2020), em tradução livre:

Duas das estudiosas pioneiras que, desde meados da década de 1990, escreveram extensivamente sobre essas questões foram Nicole LaViolette (1996a, 1996b, 1997), no Canadá, e Jenni Millbank (1995, 2002), na Austrália. Pelo fato de o status de refugiado por razões de orientação sexual e identidade de gênero (OSIG) ter sido inicialmente reivindicado e concedido no Norte Global, é compreensível que essa área de conhecimento foi estudada principalmente nesses países, especialmente no mundo de língua inglesa, como Estados Unidos, Canadá e Austrália. Nos anos 2000, mais atenção foi dada ao asilo baseado em OSIG (orientação sexual e identidade de gênero). Em 2002, o ACNUR lançou duas Diretrizes de Proteção Internacional, uma sobre perseguição relacionada ao gênero (ACNUR, 2002a) e outra sobre pertencimento a um GSE (grupo social específico) (ACNUR, 2002b). Ambas abordaram requerentes de asilo OSIG (Andrade, 2020, p. 80 e 81).

⁷ *The paucity of data limits globally relevant inference. [...] The articles identified did not cover all migration pathways: less research was identified from South Asia, Australasia and South America. More research is required to delineate nuances related to different settings.*

Adelman (2012, p. 52) nos ensina que o “cosmopolitismo” é uma forma moderna de apreciar e consumir, é a capacidade de navegar a diversidade humana e perceber seus sentidos, o que até recentemente era um privilégio do capital e era um capital cultural reservado a poucos membros da elite. Segundo a autora,

[...] estes cosmopolitismos estão atrelados, de diversas formas, aos processos das novas diásporas, que agem particularmente como mecanismos que espalham os habitantes do Sul global ao redor do planeta, por vezes em situações de fuga.

Ou em outras situações em busca de uma vida melhor, trata-se do cosmopolitismo popular.

A ideia de cosmopolitismo popular nos parece fazer sentido nesse debate a respeito da migração e refúgio LGBTI, pois permite compreender como indivíduos oriundos de contextos subalternos, frequentemente marginalizados em seus países de origem, interagem com os espaços globais de maneira a reconfigurar suas identidades e possibilidades de existência.

Essas dinâmicas são intensificadas pelas novas tecnologias, que permitem acessar informações de diversos países e meios de transportes mais rápidos e acessíveis que não apenas ampliam as formas de pertencimento e conexão, mas também transformam a percepção de mobilidade, seja em busca de segurança, liberdade para o exercício da sexualidade ou melhores condições de vida.

Assim, o cosmopolitismo popular emerge como uma ferramenta teórica valiosa para analisar como essas populações negociam sua presença em cenários globalizados, muitas vezes desafiando as hierarquias de poder e exclusão previamente associadas à ideia de cosmopolitismo elitizado. A seguir, trataremos de alguns temas que serão abordados no âmbito desta dissertação com os respectivos fundamentos teóricos que os embasam.

3.1. Migração e Refúgio: Gênero, Sexualidade e Interseccionalidade

A interseção entre migração, refúgio, orientação sexual e identidade de gênero é marcada por particularidades que diferenciam essa população de outros grupos migrantes. Conforme destacado por Theodoro (2023, p. 26), a invisibilidade acadêmica e institucional sobre as experiências de migrantes e refugiados LGBTI é um reflexo de dinâmicas de poder, que perpetuam normas cisheteronormativas nos âmbitos sociais, jurídicos e culturais.

Para Appadurai (2009, p. 41), é possível compreender como os corpos migrantes, especialmente aqueles marcados por dissidências de gênero e sexualidade, se tornam alvo privilegiado de múltiplas ansiedades sociais, políticas e culturais. Como afirma o autor,

[...] as minorias são o mais baixo ponto de ignição para uma série de incertezas que servem de mediadores entre a vida cotidiana e um pano de fundo global que muda rapidamente.

Para o autor, portanto, as minorias “*criam incertezas sobre o “eu nacional”*”, sobre a cidadania por causa das suas ambivalências. Os movimentos dessas minorias “*são uma ameaça para o policiamento das fronteiras [...] Seu estilo de vida é um modo fácil de deslocar as tensões amplamente espalhadas pela sociedade*”.

Como destaca Theodoro (2023, p. 27), essa população é constantemente apagada ou marginalizada tanto nas produções acadêmicas quanto nas políticas públicas, o que revela o incômodo que sua existência provoca em estruturas moldadas pela cisheteronormatividade. Ao ocupar um lugar de alteridade múltipla, sexual, de gênero, racial e nacional, essas pessoas escancaram as fragilidades de um sistema, que insiste em definir pertencimentos por normas fixas, ignorando as complexidades das vidas em trânsito.

Nesse contexto, pensar as experiências de migrantes e refugiados LGBTI exige um olhar interseccional e atento às formas pelas quais o poder opera para silenciar, controlar e excluir aqueles que não se encaixam nas categorias hegemônicas de reconhecimento e proteção.

O gay, a lésbica, a travesti, os/as transexuais já se percebem desde cedo como refugiados, como estrangeiros dentro da própria casa. Desde muito cedo, já começam a perceber a sua diferença, não percebem as coisas da mesma forma, o desejo não é aquele esperado, o gestual não é o adequado, o tom de voz soa estranho. Rapidamente, notam que não conseguem corresponder às expectativas da família e, por não conseguirem corresponder a essas expectativas, sentem que não estão seguros dentro do próprio lar.

Borrillo (2010, p. 40) explica que diferente de outras formas de violência a homofobia visa indivíduos isolados e não grupos já constituídos como minorias. Segundo o autor:

O homossexual sofre sozinho o ostracismo associado à sua homossexualidade, sem qualquer apoio das pessoas à sua volta e, muitas vezes, em um ambiente familiar também hostil. Ele é mais facilmente vítima de uma aversão a si mesmo e de uma violência interiorizada, suscetíveis de leva-lo até o suicídio (2010, p. 40).

Em seguida e concomitantemente surge o desafio da socialização, primeiramente na escola, onde logo são percebidos como diferentes e desviantes da norma social vigente. A vivência do *bullying*, muitas vezes, passa a ser cotidiana e mostra aos LGBTI, desde cedo, que eles não pertencem àquele ambiente e que a escola não é um espaço seguro. Muitos acabam por abandonar o ambiente escolar, outros resistem utilizando estratégias de adequação.

O anonimato e a solidão são seguidamente o refúgio da população LGBTI. O sentimento de vigilância e a necessidade de permanente autocontrole leva a um esgotamento físico e mental que faz com que o menino gay ou a menina lésbica optem pela “segurança” da solidão. Talvez esse refúgio na solidão e no anonimato se equipare a vida num campo de refugiados, onde o refugiado gay precisa continuar ocultando a sua orientação

sexual ou identidade de gênero, pois não se sente seguro por estar em meio aos seus compatriotas, que muitas vezes reproduzem a violência homotransfóbica da qual ele está fugindo.

A LGBTIfobia pode ser caracterizada como a atitude de hostilidade e ódio contra a população LGBTI. Como vimos acima, ela está presente desde as fases iniciais do desenvolvimento da criança LGBTI. Essa hostilidade tem como causa a ordem sexual socialmente estabelecida onde homens e mulheres têm papéis definidos.

Borrillo (2010, p. 30) afirma que a justificativa para os papéis atribuídos a homens e mulheres encontra-se na naturalização da diferença entre os dois sexos, a ordem “natural” dos sexos, segundo o autor, determina uma ordem social em que o feminino deve complementar o masculino através da subordinação psicológica e cultural. Portanto, o sexismo é uma ideologia que organiza as relações entre os sexos, no qual o masculino caracteriza-se por sua vinculação ao universo exterior e político, enquanto o feminino remete a intimidade e a tudo que se refere à vida doméstica.

Para Borrillo (2010, p. 30):

[...] essa ordem sexual, ou seja, o sexismo, implica tanto a subordinação do feminino ao masculino quanto a hierarquização das sexualidades, fundamento da homofobia; por conseguinte, a evocação constante da superioridade biológica e moral dos comportamentos heterossexuais faz parte de uma estratégia política de construção da normalidade sexual (Borrillo, 2010, p. 30):

Outra autora que devemos nos referenciar quando abordamos a questão de gênero e sexualidade é Butler (2019). Sobre a temática ela afirma:

A categoria “sexo” é, desde o início, normativa; é o que Foucault chamou de “ideal regulatório”. Nesse sentido, então, “sexo” não só funciona como norma, mas também é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, ou seja, cuja força regulatória é evidenciada como um tipo de poder produtivo, um poder de produzir – demarcar, circular, diferenciar – os corpos que controla. Assim, “sexo” é um ideal regulatório cuja materialização se impõe e se realiza (ou fracassa em se realizar) por meio de certas práticas altamente reguladas. Em outras palavras, “sexo” é um constructo ideal forçosamente materializado ao longo do tempo. Não se trata de um simples fato ou uma condição estática do corpo, mas de um processo no qual normas regulatórias materializam o “sexo” e alcançam essa materialização com uma reiteração forçada dessas normas. Que essa reiteração seja necessária é um sinal de que a materialização nunca está completa, de que os corpos nunca estão suficientemente completos, de que os corpos nunca cumprem completamente as normas pelas quais se impõe sua materialização.[...] Mas como, então, a noção de performatividade de gênero se relaciona com essa concepção de materialização? Em primeiro lugar, a performatividade deve ser entendida não como um “ato” singular ou deliberado, mas como uma prática reiterativa e citacional por meio da qual o discurso produz os efeitos daquilo que nomeia. O que espero que fique claro no que se segue é que as normas regulatórias do “sexo” trabalham de forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual (Butler, 2019, p. 15 e 16, Kindle).

Para Butler, existem normas regulatórias do sexo que materializam os corpos, o sexo dos corpos e a diferença sexual a serviço do imperativo heterossexual. Portanto, o corpo desviante que não respeita essas normas regulatórias é severamente vigiado e punido. Essa vigilância e punição ocorre em todas as esferas da sociedade, na família, na escola, no posto de saúde, no posto de polícia, no campo de refugiados, etc.

Além disso, a “correção” para os “desviantes” pode ocorrer tanto por parte do Poder Público quanto por qualquer outra pessoa. Pode ser o colega de escola que se acha no direito de “enquadrar” violentamente o colega “viadinho”, pode ser a professora que se omite diante da violência física ou verbal, pode ser o padre/pastor que faz o sermão homofóbico, pode ser o médico, pode ser um chefe no ambiente de trabalho, entre outros.

É essa complexidade que deve ser considerada quando tratamos da migração ou refúgio LGBTI. A questão da migração motivada pela OSIG, segundo França et al. (2020), envolve questões que vão além da simples aceitação do estrangeiro no território, é preciso pensar nos espaços de trânsito e de acolhidas temporárias, como por exemplo, os campos de refugiados, ou centros de acolhida humanitária.

É preciso considerar as especificidades de saúde dessa população, tanto a física quanto a mental, conforme destaca Yarwood et al. (2022). É preciso considerar que essa população pode necessitar de receitas médicas para hormonioterapia, a necessidade de tratamento para HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis, bem como a atenção a eventuais transtornos mentais, afinal, pode haver sequelas decorrentes da convivência constante com o preconceito e a discriminação.

Além disso, é fundamental abordar as questões relacionadas à inserção laboral e cultural. Migrantes e refugiados LGBTI frequentemente enfrentam barreiras significativas no acesso ao mercado de trabalho e à integração cultural, que são essenciais para garantir sua autonomia, dignidade e inclusão social, conforme destaca França et al. (2020). Mas trataremos dessas questões com maior profundidade no decorrer desse estudo.

3.1.1. Interseccionalidade: origem, gênero, sexualidade, raça e classe social

A interseccionalidade foi conceituada por Crenshaw (2002), uma professora universitária e ativista americana, no final dos anos 1980. Ela o define como uma forma como diferentes identidades sociais, como raça, gênero, classe, e orientação sexual, se interseccionam e se sobrepõem, criando hierarquias sociais e experiências múltiplas de opressão e discriminação.

Crenshaw argumentou que as abordagens tradicionais de direitos civis e feminismo, muitas vezes, falham em abordar as formas como essas diferentes identidades se combinam para moldar as experiências das pessoas. Nesse sentido, a autora Bilge (2009) afirma que,

[...] a interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir

dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (Bilge, 2009, p. 70).

No contexto dos migrantes e refugiados LGBTI, a interseccionalidade é crucial para entender as múltiplas camadas de discriminação, que essa população enfrenta. Além das dificuldades geralmente enfrentadas por todos os migrantes e refugiados, como os perigos nos deslocamentos, regularização, as barreiras linguísticas, inserção laboral, reconhecimento escolar e profissional e o acesso a serviços como saúde, educação e assistência social, aqueles que são dissidentes sexuais podem enfrentar discriminações adicionais.

Aqui quero observar que há divergências acadêmicas quanto ao conceito de interseccionalidade criado por Crenshaw. Brevemente: as críticas avaliam que o conceito coloca muito destaque em eixos classificatórios e desconsiderando a experiência; e outro aspecto seria a fixação das relações de poder. Apesar das críticas creio que o instrumento da interseccionalidade ainda é útil e fértil nesse contexto, uma vez que determinadas ferramentas teóricas adquirem novos significados e diferentes usos no decorrer da sua utilização.

A título de exemplo, lembremos da intersecção entre a discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero e a condição sorológica positiva para o vírus HIV é muito comum e é decorrente da associação entre AIDS e homossexualidade, que historicamente foi construída no imaginário social. Lembremos, ainda, que a AIDS surge na década de 1980 como a “peste gay” e, embora esse rótulo já tenha sido desmentido pela ciência, o estigma persiste na sociedade como um fragmento desse passado não muito distante. Esta dinâmica discriminatória combinada dá origem a situações de precariedade e violência experimentadas pela população LGBTI em quase todo o mundo e agrava, muitas vezes, a situação de saúde das pessoas vivendo com HIV.

Para Appadurai (2009, p. 41) é difícil saber quem poderá ser o alvo minoritário, o autor diz que em alguns casos a resposta é óbvia, em outros casos nem tanto. Ele ensina que as minorias não nascem, mas são construídas em termos históricos:

É através de escolhas e estratégias específicas, muitas vezes feitas pelas elites dos estados ou por líderes políticos, que determinados grupos, que ficam invisíveis, são transformados em visíveis como minorias contra as quais podem-se desencadear campanhas caluniosas que levam a explosões de etnocídio (Appadurai, 2009, p. 41).

Por fim, o autor encerra sua reflexão dizendo que não são as minorias que produzem a violência, mas, ao contrário, a violência é quem requer as minorias.

Essa questão nos oferece uma chave importante para refletir sobre os mecanismos pelos quais certos corpos e identidades passam a ser vistos como “problemas” sociais. Ao afirmar que as minorias não nascem,

mas são historicamente produzidas, Appadurai (2009) desloca o olhar da suposta essência das diferenças para os dispositivos políticos e simbólicos que fabricam ameaças.

No contexto dos migrantes e refugiados LGBTI, essa produção da diferença se agrava quando orientações sexuais dissidentes, identidades de gênero não normativas, origem nacional, raça e condições de saúde são articuladas como representações de perigo, desvio ou desordem. A interseccionalidade, como nos lembra Bilge (2009), permite justamente captar essas interações complexas e simultâneas na constituição das desigualdades. Assim, mais do que reconhecer múltiplas opressões, trata-se de compreender como essas categorias se coproduzem em um campo político que elege certas vidas como indignas de serem vividas ou reconhecidas. Nesse cenário, a crítica ao essencialismo identitário e ao uso dos marcadores de diferença deve caminhar lado a lado com a compreensão das estratégias de poder que transformam essas marcas em dispositivos de exclusão, como também propõe Foucault (2005).

A leitura atenta das experiências dos sujeitos desta pesquisa evidencia essa lógica: a condição de migrante LGBTI não é apenas uma junção de categorias, mas uma posição produzida por múltiplos atravessamentos históricos, institucionais e discursivos e, portanto, atravessada por formas de resistência igualmente complexas. A compreensão do migrante ou refugiado como uma figura homogênea, desprovida de especificidades, gera uma invisibilidade com efeitos práticos e simbólicos profundos. Essa visão universalizante, ao ignorar que cada trajetória é atravessada por barreiras distintas, dificulta a compreensão das complexas dinâmicas que envolvem a migração, especialmente nos contextos sociais, familiares e políticos em que esses sujeitos estão inseridos.

Quando as políticas públicas, as pesquisas acadêmicas ou as práticas institucionais ignoram essas especificidades, reproduzem, em regra, uma lógica cisheteronormativa que torna invisíveis os sofrimentos, as táticas de resistência e as necessidades desses sujeitos. Tal invisibilização, como alertam autores como Bilge (2009) e Appadurai (2009), reforça dinâmicas de exclusão e violência que se justificam justamente na produção de minorias como problema. Portanto, analisar os migrantes e refugiados LGBTI com trajetórias marcadas por complexas articulações de opressão, é um passo fundamental para romper com abordagens reducionistas e avançar na construção de respostas políticas mais justas.

Nesse sentido, a recusa em reconhecer a pluralidade que atravessa a figura do migrante ou refugiado, tratando-o como sujeito universal e desprovido de marcadores, como orientação sexual ou identidade de gênero, constitui um esforço de “purificação” identitária que busca silenciar ou eliminar aquilo que foge à norma. Essa operação simbólica tem efeitos concretos: produz exclusões, nega direitos, dificulta o acesso a políticas públicas e apaga táticas cotidianas de resistência. Reconhecer a complexidade dessas experiências é, portanto, uma tarefa ética e política além de um imperativo para qualquer análise comprometida com a justiça social e a dignidade das vidas migrantes dissidentes. Nesse sentido, destacamos:

O status minoritário reflete interseções de gênero, orientação sexual, raça e status como migrante forçado. O modelo destaca como essas individualidades afetam a percepção e a experiência do estresse externo ou interno e, subsequentemente, como isso impacta os resultados de saúde mental. A capacidade de enfrentamento e o apoio social em níveis individual e comunitário são vistos como fatores mediadores importantes para os resultados de saúde. [...] Vários estudos discutiram a interseção entre o status de OSIG e a raça, relacionando-o ao abuso por parte de moradores locais. Os indivíduos enfatizaram o efeito agravado de ser tanto refugiado quanto uma minoria sexual, com xenofobia significativa na África do Sul e racismo na Itália e Alemanha. (Yarwood et al, 2022, p. 02 e 10)

O trecho destacado acima evidencia as múltiplas camadas de discriminação enfrentadas pelos migrantes e refugiados LGBTI, que experimentam um contínuo de exclusão, desde o contexto familiar até os espaços institucionais e sociais. Essa trajetória é marcada por normas regulatórias, que materializam corpos e identidades em consonância com um imperativo heteronormativo, excluindo e punindo os que desviam desses padrões. A articulação de preconceitos, como homofobia, racismo e sexismo, amplificam a precariedade da população migrante, criando uma realidade de solidão e anonimato que lembra os “não-lugares” descritos por Augé (2010).

Assim, torna-se imperativo considerar a interseccionalidade das opressões e vivências, articulando essas dimensões à questão migratória, de modo a possibilitar um acolhimento mais individualizado e atento às demandas relacionadas à saúde, segurança, moradia e demais aspectos relacionados a mobilidade humana.

3.2. Precariedades envolvidas na Migração LGBTI

Segundo Andrade (2020) e Murray (2020) os migrantes e refugiados LGBTI enfrentam riscos acentuados devido à discriminação e a violência, tanto em seus países de origem quanto durante o trânsito e no país de destino. França et al. (2020) indica que a criminalização da orientação sexual e de gênero em muitos países contribui para a necessidade de deslocamento forçado dessa população. Durante o trânsito, esses indivíduos estão frequentemente expostos a situações de abuso, exploração e violência sexual, agravadas pela invisibilidade de suas necessidades específicas.

Na última década, barreiras crescentes aos fluxos migratórios foram impostas por meio de securitização, confinamento forçado em acampamentos e políticas para externalizar fronteiras ou criminalizar aqueles que tentam atravessar fronteiras de forma irregular. Essas restrições aumentam o risco de exploração de migrantes forçados por contrabandistas que oferecem passagem. Comparados às populações migrantes em geral, migrantes com OSIG diversa estão frequentemente em risco adicional de abuso, discriminação ou acesso reduzido a serviços durante o trânsito devido à sua identidade, tanto por parte de migrantes forçados cisgêneros e heteronormativos, quanto de autoridades ou locais, especialmente se sua identidade for inadvertidamente revelada. Menores com OSIG diversa também podem enfrentar vulnerabilidades adicionais. A pequena literatura sobre migrantes forçados com SOGIE sugere que esses indivíduos provavelmente necessitam de serviços personalizados para suas necessidades de saúde reprodutiva, saúde mental ou cuidados com HIV, além de apoio habitacional especial. (Yarwood et al, 2022, p. 02)

Diante dos desafios enfrentados por migrantes e refugiados LGBTI durante todas as etapas de sua jornada, fica evidente a necessidade de uma abordagem abrangente e inclusiva que considere suas especificidades. A criminalização da orientação sexual e identidade de gênero, somada às barreiras migratórias

e à invisibilidade institucional, agrava as condições de precariedade e expõe essa população a riscos desproporcionais de violência, exploração e negligência.

Estudos como os de Yarwood et al. (2022) destacam a urgência de desenvolver políticas e serviços personalizados que incluam apoio habitacional seguro, acesso a cuidados de saúde mental e física e estratégias que combatam a discriminação sistêmica. Assim, é essencial que os sistemas de acolhimento reconheçam e respondam às complexas intersecções de opressão enfrentadas por essas pessoas, promovendo uma acolhida digna e respeitosa que priorize sua segurança e bem-estar. Abaixo abordaremos algumas das precariedades enfrentadas pela população LGBTI migrante, mais ressaltadas pela literatura que aborda o tema.

3.2.1. Precariedades associadas à Saúde

No caso dos migrantes e refugiados LGBTI, a literatura aponta para a existência de barreiras no acesso a serviços de saúde, especialmente aqueles voltados à saúde mental e sexual. Miskolci et al (2022) destaca que abordar a saúde coletiva da população LGBTI é urgente e envolve reconhecer que há necessidades específicas desse segmento. Os autores ressaltam ainda que estudos reconhecem que a população LGBTI tem frequentemente sua saúde mental abalada pelos efeitos constantes da exposição ao preconceito e a discriminação.

A partir desses apontamentos, podemos concluir que a interseccionalidade entre a orientação sexual e/ou identidade de gênero e a situação de migrante ou refugiado pode agravar a saúde mental dessa população posto que além das violências decorrentes dessa dimensão sexual e de gênero se acrescenta os preconceitos e discriminações decorrentes da própria condição de migrante ou refugiado. Portanto, podemos afirmar que a depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático são prevalentes entre esses migrantes e refugiados dissidentes sexuais e que, há, sem dúvida, demandas específicas dessa população, uma vez que estão em situação de maior precariedade e tal situação deveria levar a oferta de serviços mais direcionados. Nesse sentido, destacamos (em tradução nossa):

Há evidências que sugerem que pessoas com diversidade de OSIG (orientação sexual, identidade ou expressão de gênero) que foram forçadas a deixar suas casas podem já apresentar sintomas de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e podem ter uma maior prevalência de doenças mentais em comparação com migrantes forçados sem diversidade de OSIG. Embora ainda não suficientemente estudado, relatórios indicam que as necessidades de grupos móveis com diversidade de OSIG não são gerenciadas de forma holística por provedores de serviços e organizações humanitárias. No entanto, por meio de nossa pesquisa, identificamos vários conjuntos de diretrizes para operações de serviços (Yarwood et al, 2022, p. 2).

A partir do exposto, é possível perceber que a saúde física e mental da população LGBTI migrante e refugiada deve ser um ponto de atenção, embora haja poucos estudos a respeito, é possível concluir que se faz necessária uma abordagem multidisciplinar por organizações humanitárias e prestadores de serviços,

considerando a interseccionalidade entre orientação sexual/identidade de gêneros e a situação de migração e refúgio.

Yarwood (2022, p. 02) refere que (em tradução nossa):

[...] o discurso emergente sugere uma abordagem interseccional para considerar a interação entre fatores como idade, deficiência, etnia e status socioeconômico, que podem agravar a marginalização associada à identidade minoritária.⁸

Portanto, pensar ações voltadas a essa população exige mais do que a simples inclusão nominal da sigla LGBTI: é preciso escutar, compreender e atender às experiências singulares que atravessam esses corpos em movimento. A saúde, portanto, deve ser compreendida não apenas como ausência de doenças, mas como bem-estar integral — o que pressupõe dignidade, acolhimento, proteção social e reconhecimento.

3.2.2. Precariedades associadas à Segurança

Outro aspecto é a questão da segurança dos migrantes e refugiados com OSIG diversa. A exposição desses migrantes a discriminação, ao assédio e a violência pode ocorrer tanto no deslocamento para o país de destino quanto em espaços, que teoricamente seriam seguros como alojamentos e espaços de acolhimento. Destaca Yarwood (2022) (em tradução livre):

Dez estudos relataram que outros refugiados e migrantes submeteram os participantes a abusos ou discriminação relacionados ao seu status de OSIG diversa, provenientes da mesma ou de diferentes nacionalidades. A discriminação ocorreu em contextos de acampamentos na Europa e em Bangladesh, em ambientes urbanos na África do Sul, Turquia ou Uganda, ou ambos no Quênia. Os participantes relataram perigo associado a serem alojados com compatriotas, temendo agressão sexual, isolamento social, e que esses medos ou abusos foram a causa de pensamentos suicidas para alguns (Yarwood et al, 2022, p. 10).

Quanto a questão dos alojamentos Yarwood (2022, p.10) ensina que,

[...] questões relacionadas ao alojamento foram levantadas em diversas narrativas, com indivíduos frequentemente relatando não se sentirem seguros em seus alojamentos.

Garantir a segurança de migrantes e refugiados dissidentes sexuais em alojamentos ou em outros espaços coletivos é uma questão básica, quando lidamos com uma população que é frequentemente alvo de violência, perseguições e discriminações. A mensagem que os serviços de acolhimento passam para migrantes com OSIG diversa, quando oferecem um espaço de acolhimento inseguro é de que não existe um lugar no mundo para aquela pessoa. As consequências para esse tipo de mensagem podem ser graves.

Aqui quero destacar que a violência contra a população LGBTI não se restringe ao contexto migratório é uma realidade demonstrada através de dados. A violência contra a população LGBTI permanece

⁸ *emerging discourse suggests that addressing forced migration for those with diverse SOGIE requires an intersectional approach to consider the interaction between factors such as age, disability, ethnicity and socio-economic status that might compound marginalisation associated with their minority identity*

alarmante tanto no Brasil quanto no cenário internacional. No Brasil, em 2024, foram registradas 291 mortes violentas motivadas por LGBTIfobia, representando um aumento de mais de 8% em relação ao ano anterior. Desse total, 239 foram homicídios, 30 latrocínios e 18 suicídios. A maioria das vítimas tinham entre 19 e 45 anos, com destaque para travestis e mulheres trans, cuja média de idade ao morrer foi de apenas 24 anos (GOMES, 2025). Além das mortes, o Atlas da Violência apontou um crescimento de 39,4% nas agressões contra pessoas LGBTI entre 2021 e 2022, quase um caso por hora. Jovens, negros e homossexuais são os mais afetados, e homens são responsáveis por 70,9% dos casos (BALBI, 2024).

Globalmente, de acordo com dados de 2023, a criminalização da homossexualidade persiste em 70 países, com punições que variam de multas e prisão até a pena de morte em nações como Irã, Arábia Saudita e Nigéria. Essas legislações não apenas violam os direitos humanos, mas também contribuem para a marginalização e violência contra a população LGBTI (MENNITTI, 2023).

Nesse contexto, a segurança de migrantes e refugiados LGBTI deve ser uma preocupação urgente e muitas vezes negligenciada nos debates sobre acolhimento e direitos humanos. Como mostram os dados apresentados e os estudos de Yarwood (2022), esses sujeitos enfrentam riscos não apenas durante os trajetos migratórios, mas também nos próprios espaços destinados ao seu acolhimento. Quando são obrigados a compartilhar alojamentos com compatriotas ou indivíduos que reproduzem os mesmos sistemas de opressão que os expulsaram de seus países, como o machismo, a LGBTIfobia e o fundamentalismo religioso, muitos relatam medo constante, isolamento e até pensamentos suicidas.

Assim, reconhecer a especificidade das violências enfrentadas por migrantes e refugiados LGBTI é fundamental para construir políticas de acolhimento verdadeiramente inclusivas, que assegurem não apenas teto e documentação, mas também dignidade, respeito e proteção. Além do risco de sofrerem violência por parte de outros migrantes e refugiados, os migrantes dissidentes sexuais também podem ser vítimas de violência por parte de autoridades. Nesse sentido, destacamos (em tradução nossa):

As autoridades também foram uma fonte significativa de assédio e abuso. Na Europa e na África do Sul, oficiais de imigração foram relatados como agressores, enquanto, em outras narrativas, a polícia foi amplamente implicada. Isso foi relatado por homens gays na Maurítânia, que sofreram agressões sexuais, e em três estudos mexicanos, que mencionaram insultos relacionados ao status de OSIG nas ruas e roubos de dinheiro e pertences. No Leste da África, migrantes forçados relataram comportamentos abusivos quando foram presos no Quênia, e ameaças frequentes, incluindo, em um caso, agressão sexual pela polícia em Uganda (Yarwood et al, 2022, p. 10).

A *Organization for Refuge, Asylum & Migration (ORAM)* em seu projeto *Blind Alleys: The Unseen Struggles of Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender and Intersex Urban Refugees in Mexico, Uganda and South Africa* (2013), ao tratar dos refugiados e migrantes LGBTI na África do Sul, destaca (em tradução nossa):

Embora a maioria dos entrevistados tenha relatado sofrer assédio devido à sua nacionalidade, alguns envolvidos na pesquisa indicaram que também ocorre discriminação atribuível à homofobia ou transfobia no Departamento de Assuntos Internos. Um defensor relatou ter testemunhado práticas

homofóbicas entre os oficiais, como "colocar [um refugiado gay do Congo] na fila com as mulheres" com a intenção de assediá-lo.⁹ (Organization for Refuge, Asylum & Migration - ORAM, 2013, p. 11)

A mesma organização, além de relatar no mesmo documento casos de extorsão nos serviços de atendimento aos refugiados, também relatou a prática de refugiados de esconder a sua orientação sexual devido ao comportamento homofóbico dos agentes públicos na África do Sul (em tradução nossa):

Embora vários refugiados entrevistados tenham afirmado que a xenofobia era a principal motivação para esses abusos, alguns sentiram que precisavam esconder sua identidade sexual e/ou de gênero para evitar mais discriminação. Por exemplo, um refugiado gay queniano esconde sua identidade porque "alguém [lhe] deu o conselho de simplesmente não dizer que é gay." Ele acredita que "se dissesse que era gay, não conseguiria asilo." Por isso, ele disse às autoridades que fugiu de seu país "por causa da violência pós-eleitoral." [...] Um refugiado gay ugandense também não revelou sua orientação sexual a "um oficial do Departamento de Assuntos Internos, a um segurança ou às outras pessoas com quem [ele estava] na fila." Um defensor do ACMS confirma essa atitude, afirmando: "Os oficiais de determinação de status às vezes respondem com comentários xenofóbicos ou homofóbicos, então as pessoas acabam não querendo divulgar informações adicionais e não se sentem confortáveis para revelar essas informações."¹⁰ (Organization for Refuge, Asylum & Migration - ORAM, 2013, p. 11)

A agressão por parte de autoridades é muito danosa para a população LGBTI migrante ou refugiada e compromete a confiança no sistema de acolhimento dessas pessoas. A situação pode ser ainda pior no caso de impunidade desses agentes do Estado. Nesse caso, o migrante LGBTI poderá entender que esse tipo de violência é tolerado e socialmente aceito. Além das agressões por autoridades e outros migrantes, os migrantes e refugiados LGBTI ainda se deparam com a violência oriunda dos próprios residentes locais. Alguns passam a sentir uma enorme insegurança a ponto de ocultarem novamente a sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Neste aspecto da segurança ou da insegurança de migrantes e refugiados dissidentes sexuais percebemos que a intersecção da imagem do migrante somada a figura do "pervertido sexual" reforça na mentalidade dos grupos sociais a imagem de um intruso ameaçador que precisa ser enfrentado. Nesse sentido, destaca, Mbembe (2018):

A percepção da existência do Outro como um atentado contra minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria meu potencial de vida e segurança, é este, penso eu, um dos muitos imaginários de soberania, característico tanto da primeira quanto da última modernidade (Mbembe, 2018, p. 10. Edição do Kindle).

⁹ While most interviewees reported suffering such harassment due to their nationality, a few stakeholders reported that discrimination attributable to homophobia or transfobia also occurs at the Department of Home Affairs. One advocate reported witnessing homophobic practices among the officers such as "put[ting] [a gay refugee from Congo] in the queue with the females" with the intention of harassing him.

¹⁰ While several refugee interviewees stated that xenophobia was the primary motivation for such abuse, some felt they had to hide their sexual and/or gender identity in order to avoid further discrimination. For example, a Kenyan gay refugee hides his identity because "somebody gave [him] the advice just not say you're gay." He believes, "if I said that I was gay, I would not get asylum." Therefore, he told authorities that he ran away from his country "because of post-election violence." A Ugandan gay refugee also did not disclose his sexual orientation to "a Department of Home Affairs official, a security guard, or Other people that [he was] standing with. Na advocate at ACMS confirms this attitude by saying, "Status determination officers sometimes respond with xenophobic comments, or with homophobic comments, so people then don't really [want to] disclose additional information and are not very comfortable disclosing that information.

A violência enfrentada por migrantes e refugiados com OSIG diversa muitas vezes leva ao isolamento social. O medo de ter a orientação sexual descoberta pelas pessoas com quem convive ou com quem precisa conviver, pois muitas vezes dividem o mesmo abrigo. Isso leva a um sentimento de inadequação, que passa a uma auto-exclusão de espaços comunitários e religiosos. Nesse sentido destacamos (em tradução nossa):

Refugiados com OSIG diversa frequentemente escondem sua orientação sexual caso vivam entre outros refugiados que sejam homofóbicos ou transfóbicos. Um homem gay afirmou que “é muito perigoso estar cercado por... pessoas congolezas” porque outros refugiados congolezes “exportam a homofobia do Congo para a África do Sul.” Ele relatou ter sido atacado por um congolês em um clube após expressar que gostava dele. Outro homem gay relatou ter sido espancado por dois outros refugiados congolezes. Uma mulher transgênero foi atacada e roubada por um estrangeiro que a chamou de "cachorro" e disse: "Você acha que é uma mulher?"¹¹ (Organization for Refuge, Asylum & Migration - ORAM, 2013, p. 12).

Diante disso, é urgente abordar as múltiplas dimensões de insegurança enfrentadas pelos migrantes e refugiados com diversidade de OSIG. Tratamos aqui de violências que se manifestam em diversos espaços e perpetradas das mais diversas formas e por diferentes atores, seja por meio de violência de outros migrantes, abuso de autoridades ou hostilidade de residentes locais. Os migrantes e refugiados LGBTI vivem sob um risco maior que os demais migrantes e refugiados e isso pode reforçar a sua marginalização e agravar as condições de precariedade. A interseccionalidade de preconceitos, onde a figura do migrante se soma ao estigma de “pervertido sexual”, perpetua uma narrativa excludente que os posiciona como intrusos perigosos, justificando, na mentalidade coletiva, a violência contra eles.

Essa realidade exige não apenas ações imediatas de proteção e acolhimento, mas também esforços mais amplos para desconstruir imaginários que naturalizam a exclusão desses migrantes em muitos sentidos. O reconhecimento das especificidades dessa população é fundamental para garantir a segurança e a dignidade desses sujeitos, promovendo políticas inclusivas e efetivas, que combatam as raízes da violência e discriminação.

3.2.3. Precariedades associadas à burocracia

A burocracia é outro desafio para a população LGBTI migrante ou refugiada. Além de ter que lidar, muitas vezes, com a violência física praticada por autoridades, também é preciso passar muitas vezes por um longo, doloroso e desconhecido processo burocrático visando a solicitação de refúgio, asilo ou a residência permanente.

As pesquisas têm chamado a atenção para um sistema de gestão de populações imigrantes/refugiadas que combina dispositivos de detenção e controle com políticas humanitárias discricionárias e restritas (Fassin, 2011). De maneira geral, as pesquisas observam a manutenção de políticas securitárias

¹¹ SGN refugees often hide their sexual orientation if they live among other refugees who are homophobic or transphobic. A gay man stated that “it is very dangerous to be surrounded by... Congolese people” because other Congolese refugees “export homophobia from Congo to South Africa.” He reported being attacked by a Congolese man at a club after expressing that he liked him. Another gay man stated that he had been beaten-up by two other Congolese refugees.¹⁰⁴ A transgender woman was attacked and robbed by a Foreigner who had called her a dog and told her, “You think you’re a woman?”

relacionadas aos deslocamentos e que resultam, no que concerne a “LGBTI”, na persistência da perspectiva de comprovação da identidade sexual dos solicitantes. Ainda que por parte de agentes de proteção e nos documentos internacionais seja possível verificar em muitos casos a preocupação com o resguardo da “intimidade” do solicitante, a composição de uma narrativa considerada plausível acaba por supor certa estabilidade em termos da trajetória afetivo-sexual dos sujeitos (França et al, 2020, p. 52).

Percebemos que a lógica que regula os deslocamentos de pessoas não é a mesma lógica que permite a livre circulação de dinheiro, bens e mercadorias. Atualmente, a lógica para as migrações tem sido a lógica do controle intenso e de campo de concentração, resultando em pessoas aglomeradas e desesperadas para cruzar fronteiras em busca de sobrevivência.

O ser humano sempre circulou pelo mundo em busca de melhores condições de vida. Neste sentido, as barreiras criadas pelos estados visando impedir ou dificultar a circulação de pessoas que buscam melhores condições de vida representam a negação de um direito natural. O conceito de direitos naturais, que remonta a pensadores como John Locke e outros filósofos iluministas, sustenta que todo ser humano possui direitos inalienáveis por sua própria condição humana, como o direito à vida, à liberdade e à busca pela felicidade.

Sob essa ótica, a livre circulação pode ser entendida como uma expressão do direito à liberdade, intrinsecamente ligado à busca por melhores condições de vida e dignidade. Quando Estados ou sistemas globais impõem barreiras à mobilidade, restringindo o acesso a oportunidades e a condições de segurança, privam as pessoas de um direito fundamental de melhorar sua existência.

Essa questão se alinha a uma visão ética e humanista, frequentemente discutida no âmbito dos direitos humanos contemporâneos. No entanto, há tensões práticas entre esse entendimento e as realidades de soberania estatal, controle de fronteiras e regulamentação de fluxos migratórios. Esses conflitos levantam debates sobre como equilibrar o reconhecimento de direitos naturais com as estruturas políticas e econômicas dos Estados modernos.

Esse controle migratório não se limita aos países do Norte Global. No Brasil, por exemplo, a Portaria Interministerial MJSP/MRE n.º 51, de 27 de dezembro de 2024, introduziu restrições significativas à concessão de vistos temporários de acolhida humanitária para migrantes haitianos. A normativa condiciona a emissão desses vistos à existência de capacidade de abrigo e inserção socioeconômica, a ser garantida por ONGs que mantenham acordo de cooperação com o país. Embora apresentada como uma medida de gestão migratória, essa regulamentação dificulta ainda mais o ingresso documentado de haitianos no Brasil, ampliando a precariedade dessa população e elevando o risco de situações de exploração laboral, incluindo o trabalho escravo.

Esse tipo de normativa restritiva inicialmente parece não afetar diretamente a população LGBTI migrante ou refugiada, contudo, quando pensamos na dificuldade de uma pessoa travesti ou transexual

conseguir emprego ou acessar abrigos, que respeitem sua identidade de gênero, torna-se evidente que tais restrições impactam desproporcionalmente grupos já marginalizados. A exigência de garantias prévias para inserção socioeconômica ignora a realidade de discriminação enfrentada por migrantes LGBTI, que muitas vezes são rejeitados por redes de apoio tradicionais, enfrentam barreiras nos processos de seleção e sofrem discriminação em espaços de acolhimento.

Assim, políticas migratórias restritivas não apenas limitam a regularização documental dessa e outras populações, mas também aprofundam sua exclusão social, tornando sua sobrevivência ainda mais precarizada. Destaco abaixo um trecho da referida normativa ministerial:

Art. 3º A concessão do visto temporário estará sujeita à existência de capacidade de abrigamento e à inserção socioeconômica dos imigrantes por Organizações da Sociedade Civil com as quais a União tenha celebrado Acordo de Cooperação, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, em edital de seleção promovido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. § 1º O edital mencionado no caput definirá as atribuições e responsabilidades do Poder Público e das organizações da sociedade civil que participarem do processo de seleção, bem como estabelecerá a dinâmica de monitoramento do cumprimento dos compromissos, incluindo a obrigatoriedade de comunicar aos órgãos competentes a saída dos imigrantes do território nacional. § 2º O visto temporário a que se refere o caput somente poderá ser processado após avaliação do perfil individual e da capacidade de abrigamento e inserção socioeconômica dos imigrantes por cada organização da sociedade civil habilitada. § 3º Quando identificados indivíduos aptos à acolhida humanitária, o Ministério da Justiça e Segurança Pública encaminhará ao Ministério das Relações Exteriores uma comunicação contendo a lista nominal daqueles que serão entrevistados e, após o cumprimento das exigências e os parâmetros estabelecidos nesta Portaria Interministerial, poderá ser expedido o visto temporário a que se refere o caput. (Brasil, 2024, p. 02).

A biopolítica, conceito central na obra de Foucault (2005), revela como o poder moderno regula a vida, administrando populações por meio de mecanismos sutis e abrangentes de controle. Em contextos migratórios, essa lógica se manifesta em sistemas, que combinam dispositivos de segurança e políticas humanitárias discricionárias, resultando em processos marcados pelo controle burocrático e pela vigilância constante. Para a população LGBTI migrante ou refugiada, essa gestão se traduz em práticas que exigem, muitas vezes, a comprovação de identidades sexuais estáveis e narrativas coerentes, mesmo que tais exigências violem sua intimidade e subjetividade. Conforme Foucault (2010):

Às sociedades de segurança que se estabelecem toleram toda uma série de comportamentos diferentes, variados, desviantes, antagonistas uns com os outros; é verdade, de que estes se achem em um certo envelope que eliminará coisas, pessoas, comportamentos considerados acidentais e perigosos. Essa delimitação do 'acidente perigoso' pertence efetivamente ao poder. Mas, nesse envelope, há uma margem de manobra e um pluralismo tolerados infinitamente mais do que nos totalitarismos. É um poder mais hábil, mais sutil do que o do totalitarismo (Foucault, 2010, p. 173 e 174).

Portanto, o conceito de biopolítica de Foucault (2010) se refere ao uso do poder estatal para controlar e disciplinar a vida dos indivíduos, tanto em nível coletivo quanto individual. Essa forma de poder envolve a regulação dos corpos e dos processos biológicos, incluindo nascimentos, mortes, doenças e saúde, e tem como objetivo maximizar a produtividade e o controle social. A biopolítica está relacionada à emergência do Estado

moderno e do capitalismo, que exigem a gestão e a regulação da vida humana para garantir a eficácia da economia e a estabilidade política.

Os Estados criam muros virtuais e físicos, que são erguidos na intenção de “proteger” seus cidadãos daqueles que muitas vezes são taxados de invasores, intrusos, dando uma conotação de guerra para um deslocamento, que visa simplesmente a sobrevivência. Nesse sentido:

As pessoas usam estereótipos com o objetivo de estruturar os impulsos sensoriais que elas recebem. Há um problema se as autoridades de refúgio entendem, por exemplo, que todos os homens gays do Iraque são afeminados; ou que todas as lésbicas de Serra Leoa deveriam saber que é crime no seu país manter relações entre pessoas do mesmo sexo; ou que homens gays do Egito não familiarizados com o melhor bar gay da Irlanda não são oficialmente gays; ou que uma mulher casada com um homem e que já possui um filho não pode ser lésbica ou bissexual. Apesar de não haver uma solução pronta de como evitar estereótipos, é importante que autoridades que trabalham com refúgio entendam que o ser humano é inerentemente predisposto a confiar em estereótipos em sua prática e que, por isso, é preciso estar atento, ao analisar um caso, aos estereótipos nos quais se acredita, bem como se deve estar aberto a questionar os estereótipos que se costuma usar (Jansen; Spijkerboer, 2018, p.121).

Muitas vezes é exigido que o status de homossexual esteja necessariamente ligado ao ato homossexual, ou seja, que tenha sido preso fazendo sexo com outra pessoa do mesmo sexo, ou ainda, que o indivíduo seja militante LGBTI. Esse mesmo tipo de exigência não é feita, por exemplo, para o refúgio motivado por religião. Não se exige que a pessoa frequente a igreja ou a sinagoga para comprovar o status de refugiado por motivação religiosa. Aqui destaco (em tradução nossa):

Ao explorar a jornada do requerente de refúgio SOGIE [Sexual Orientation, Gender Identity and Expression] no aparato de determinação de refúgio canadense, percebi que o requerente precisa aprender relativamente rápido como se identificar como um tipo específico de pessoa “lésbica, gay, bissexual ou transgênero”, para tentar garantir que o adjudicador do IRB os considere “crédíveis”, ou seja, que eles são quem dizem ser (isto é, que realmente são gays, lésbicas, bissexuais ou transgêneros) e que seu temor de perseguição é bem fundamentado[...] O componente da narrativa pessoal no *Personal Information Form* (PIF) gerava muita discussão e ansiedade entre os requerentes de refúgio, à medida que eles aprendiam que esse era um elemento central na avaliação de sua “credibilidade” por um adjudicador do IRB. Embora os requerentes fossem informados pelo IRB de que o PIF era “onde você conta sua história”, eles também eram orientados por membros de grupos de apoio a procurar um advogado “para ajudá-los a contar sua história” (Murray, 2020, p.72).

A análise das precariedades associadas à burocracia evidencia como os sistemas de controle migratório operam de forma a intensificar as dificuldades enfrentadas pela população LGBTI migrante ou refugiada. A exigência de comprovações subjetivas, a aplicação de estereótipos e a patologização de identidades sexuais e de gênero revelam um aparato estatal que muitas vezes negligencia a dignidade e os direitos dessa população.

Nos países, a gestão burocrática frequentemente transforma processos de asilo em verdadeiros testes de conformidade cultural, ignorando a complexidade das trajetórias individuais e perpetuando desigualdades estruturais. Assim, a burocracia deixa de ser apenas um meio para a regularização documental e torna-se mais um mecanismo de exclusão e marginalização, reforçando a necessidade de práticas mais inclusivas e sensíveis para garantir proteção efetiva aos solicitantes de refúgio por orientação sexual e identidade de gênero.

Farah (2024) destaca o ritual de desnudamento forçado pelo qual os migrantes passam no Estado moderno, ou seja, onde não é permitido ao migrante preservar uma cultura própria ou professar uma religião diferente daquela professada pela “família nacional”, pois isso o coloca em conflito com o Estado que o acolhe. Portanto, do migrante se espera, segundo o autor, a completa nudez, ou um novo nascimento e que todo o seu passado seja abandonado. Esse tipo de exigência significa a desumanização da pessoa migrante, pois o Estado exige que esses sujeitos deixem para trás suas histórias, suas marcas culturais e suas subjetividades dissidentes para então serem “admitidos” como vidas passíveis de proteção.

Bento (2018), ao propor o conceito de *necrobiopoder*, evidencia que, no contexto brasileiro, as fronteiras entre o “fazer viver” e o “deixar morrer”, descritas por Foucault, não se separam de forma estanque. O Estado não apenas se abstém de proteger determinadas vidas, mas age de modo ativo na produção de zonas de morte, estabelecendo políticas de *fazer morrer*. Essa articulação entre biopolítica e necropolítica traduz a gestão desigual da humanidade, em que alguns corpos são reconhecidos como dignos de cuidado, enquanto outros são sistematicamente descartáveis. O necrobiopoder, nesse sentido, opera como tecnologia de governo que simultaneamente promove e elimina vidas, demarcando quem pode habitar o Estado-nação e quem deve ser excluído de sua promessa de cidadania. A partir dessa leitura, é possível compreender como o Estado constrói cotidianamente hierarquias de humanidade que atravessam marcadores de raça, gênero, sexualidade e classe, reproduzindo uma política de extermínio simbólico e material dos corpos abjetos.

Ao final, o que está em disputa não é apenas a permissão de atravessar fronteiras físicas, mas a possibilidade de existir com dignidade em territórios onde ainda se exige que se prove, incessantemente, quem se é. Frente a esse cenário, torna-se urgente atentar para essas lógicas excludentes e repensar os sistemas de acolhimento com base em práticas éticas, sensíveis e interseccionais, que reconheçam a complexidade das trajetórias de migrantes e refugiados LGBTI sem reduzi-las a narrativas enquadráveis ou identidades fixas.

3.3. Invisibilidade e Reconhecimento

Quando me propus a trabalhar com grupos sociais minoritários o primeiro problema com o qual me deparei foi com a ausência de dados. Trata-se do maior desafio para um pesquisador, uma vez que não temos referências quantitativas e poucas referências de estudos qualitativos sobre a população que estou investigando e, portanto, tornou-se difícil dimensionar suas vivências sociais e reconhecer suas especificidades.

Por óbvio, se trata de uma questão complexa, pois envolve tanto os tabus relacionados à sexualidade, quanto a definir algo tão fluido quanto a sexualidade humana. Além disso, capacitar um agente público para questionar sobre práticas ou identidades sexuais no Brasil sempre foi um desafio. Até 2022, por exemplo, o IBGE não havia conseguido incluir a questão da orientação sexual e da identidade de gênero no questionário do Censo.

Nesse contexto, é possível recorrer ao conceito de governamentalidade, elaborado por Foucault (2023), para compreender como o Estado escolhe quais sujeitos merecem reconhecimento, cuidado e proteção.

A governamentalidade diz respeito às formas pelas quais os governos conduzem as condutas das populações, regulando suas vidas por meio de saberes, estatísticas e dispositivos normativos. O Estado moderno, segundo Foucault, administra a vida por meio de classificações e intervenções que estabelecem quais vidas são “legítimas” e quais permanecem fora do campo da visibilidade e da proteção. Assim, os sujeitos que escapam às normas cisheterossexuais e aos padrões nacionais e produtivos, como os migrantes e refugiados LGBTI, tendem a não ser considerados plenamente reconhecíveis, ficando fora das políticas públicas e das estatísticas oficiais. Isso demonstra que a produção de dados não é neutra, mas parte de um processo político que define quais vidas importam e merecem ser contabilizadas.

Essa lógica seletiva de visibilidade nos ajuda a compreender o apagamento da população LGBTI migrante e refugiada: eles ocupam uma zona de indeterminação, onde seus direitos são constantemente colocados em suspensão. Essa “zona cinzenta” marca o incômodo político que certos corpos provocam ao desafiar as fronteiras entre cidadania e humanidade, entre pertencimento e exclusão.

Appadurai (2009) explica que as minorias são uma categoria social e demográfica recente e que elas geram novas demandas sobre direitos (humanos ou não), sobre cidadania, sobre fazer parte ou não, sobre a titularidade de direitos concedidos pelo Estado. Portanto, as minorias representam um desafio atual para os Estados modernos, pois pertencem a uma área cinzenta e incômoda situada entre os cidadãos e a humanidade em geral. Por isso, elas são o primeiro alvo em casos de limpeza ou marginalização. Elas representam aquele segmento da população que geralmente leva a culpa por eventuais problemas econômicos ou políticos como vemos atualmente com a população trans nos Estados Unidos, governado por Donald Trump¹².

Theodoro (2023) cita Gonzáles Martín (2018) quando ele afirma que a invisibilidade estrutural acerca da temática do refúgio LGBTI (em âmbito social, político, institucional, midiático, acadêmico, etc.) também é uma realidade no contexto espanhol, refletindo nos procedimentos burocráticos e no próprio direito à proteção internacional. O autor destaca que a) a maioria das/os migrantes LGBTI que solicitam refúgio na Espanha ficam sabendo sobre essa possibilidade por meio de outras pessoas; b) em raras ocasiões são informadas/os sobre a viabilidade de receber assistência jurídica durante o processo; e c) que essa desinformação e falta de suporte ao solicitante de refúgio LGBTI são recorrentes. O autor conclui que se pode considerar que essa invisibilidade compromete o exercício de cidadania e a garantia de direitos. Essa falta de

¹² Presidente dos Estados Unidos da América em primeiro mandato no período de 2017 a 2021 e empossado para um segundo mandato em 20 de janeiro de 2025.

comunicação percebida pelo autor ocorre também no Brasil, conforme veremos nos relatos que analisaremos adiante no Capítulo 4.

No entanto, antes de ir para o capítulo empírico, é preciso entender um último ponto que foi analisado nas entrevistas, a importância de pensar a ideia de família transnacional para os migrantes e refugiados LGBTI.

3.4. A Família Transnacional e a população LGBTI

O conceito de família transnacional emergiu nos anos 1990 a partir dos debates sobre migração e transnacionalismo, sobretudo com as formulações de Schiller, Basch e Blanc (1992), que introduziram a ideia de “transmigrantes” para designar sujeitos cujas vidas e identidades estão ancoradas em mais de um Estado-nação. Nesse contexto, Bryceson e Vuorela (2002) propuseram a noção de família transnacional como aquela cujos membros vivem separados por fronteiras nacionais, mas mantêm laços afetivos, econômicos e simbólicos que criam um senso de pertencimento coletivo.

O conceito desloca a compreensão da família enquanto unidade territorial e nuclear para um arranjo fluido, estruturado por práticas de comunicação, remessas, estratégias de cuidado e narrativas de pertencimento. Baldassar (2017) diz que o conceito de família transnacional se refere ao modo como os membros familiares “deixados para trás” mantem vínculos e um sentimento de identidade familiar mesmo com a distância.

No Brasil, autores como Machado, Kebbe e Silva (2008) destacam que a noção de família transnacional deve ser compreendida não como uma tipologia fixa, mas como um princípio relacional, em que os vínculos familiares são recriados a despeito da dispersão espacial. Esses autores ressaltam que a família transnacional não é apenas efeito da globalização econômica, mas também da capacidade dos sujeitos em elaborar sentidos de continuidade familiar frente à distância geográfica. O envio de remessas, o uso de tecnologias de comunicação e as práticas de sociabilidade à distância compõem mecanismos de manutenção dessa unidade simbólica e emocional

Já Yamamoto (2008) mostra, a partir do caso das famílias brasileiras no Japão, como a transnacionalidade familiar articula estratégias econômicas, educacionais e afetivas, em que crianças e jovens assumem centralidade na definição de projetos migratórios. Essas experiências indicam que a família transnacional não se dissolve com a dispersão, mas se reorganiza continuamente em torno de valores de solidariedade, cooperação. Assim, o conceito de família transnacional revela tanto a plasticidade das formas familiares contemporâneas quanto a tensão entre mobilidade e pertencimento, deslocando a análise da família para além das fronteiras territoriais

Embora o conceito de família transnacional tenha sido fundamental para compreender as dinâmicas contemporâneas de cuidado, pertencimento e solidariedade para além das fronteiras, sua aplicação à realidade de imigrantes e refugiados LGBTI demanda problematizações específicas. Como evidenciam os relatos analisados, em que a homotransfobia familiar frequentemente rompe os vínculos de confiança e apoio, colocando em xeque a ideia de continuidade e reciprocidade que sustenta o conceito clássico.

Para muitos desses sujeitos, a família de origem não representa um núcleo de proteção, mas sim um espaço de rejeição e violência simbólica, religiosa e moral. Nesse contexto, a noção de família transnacional se fragiliza, revelando seus limites diante de identidades dissidentes: os laços afetivos e de pertencimento muitas vezes não se mantêm através da biologia ou do parentesco formal, mas emergem em redes alternativas de apoio como amigos, parceiros, coletivos e organizações LGBTI que assumem, de fato, o papel de “famílias escolhidas”. Assim, problematizar o conceito a partir da homotransfobia familiar é reconhecer que, para migrantes LGBTI, a família transnacional pode significar tanto continuidade quanto ruptura, desafiando a visão heteronormativa e as vezes até romântica presente em grande parte da literatura.

Segundo Theodoro (2023) a instituição familiar¹³ é responsável pela transmissão de um conjunto de valores, representações e comportamentos, que normalmente prescrevem normas de experimentar o gênero e a sexualidade pautada na cisheteronormatividade. Por isso, o lar, enquanto o espaço privado, pode espelhar preconceitos e discriminações existentes em uma conjuntura sociocultural determinada, acarretando, no caso dos sujeitos LGBTI, um quadro de LGBTfobia familiar.

Através dessa perspectiva trazida por Theodoro (2023) podemos compreender que o espaço familiar pode ser violento, discriminatório e preconceituoso para a população LGBTI. Muitas vezes pode ser justamente essa falta de acolhimento em casa o fator que impulsiona a migração ou o refúgio de dissidentes sexuais. Nesse sentido, Theodoro (2023, p. 192) ao relatar o caso de uma trans brasileira entrevistada por ele, afirma como a família pode ser o fator de impulsionar a migração,

[...] a transfobia perpetrada pela própria família a leva a sair de casa (ainda menor de idade), o que a faz passar por outras situações de vulnerabilidade e implica em sua futura decisão de deixar o Brasil e se mudar para a Espanha.

Nesse sentido, quando analisamos a categoria “família transnacional” a partir das experiências de migrantes e refugiados LGBTI, torna-se necessário relativizar a centralidade que esse conceito tem para esse grupo.

Se, em muitos casos, as famílias constituem redes de apoio fundamentais para a circulação de recursos, remessas, afetos e estratégias de sobrevivência, para sujeitos LGBTI elas podem operar também

¹³ A ideia de família é muito ampla, existem inúmeros arranjos de família na nossa sociedade. Nessa pesquisa, eu considero família como o grupo social primário formado por maio de laços afetivos, subjetivos, psicológicos e legais.

como espaços de rejeição e violência. A ideia de família transnacional, portanto, revela uma limitação analítica quando aplicada a contextos em que o núcleo familiar é marcado pela homofobia e transfobia, sendo não um espaço de acolhimento, mas o ponto de origem da ruptura que impulsiona a migração ou o refúgio. Ruptura essa que pode se transformar em um estado perene.

Como mostram os relatos analisados por Theodoro (2023), o lar pode ser o primeiro território de exclusão, e sua reprodução em escala transnacional não significa apoio, mas prolongamento do controle moral e da violência simbólica e física. Desse modo, pensar a família transnacional a partir da perspectiva LGBTI implica reconhecer que, em vez de constituir um recurso, a família pode ser o obstáculo inicial, exigindo que novas redes de amizade, coletivos, organizações da sociedade civil e outros migrantes, assumam o papel de suporte e proteção que a instituição familiar não desempenha.

Dessa forma, ao problematizar a categoria de família transnacional sob a perspectiva das experiências de migrantes e refugiados LGBTI, percebemos que a centralidade da família como espaço de apoio não pode ser assumida de maneira universal. Muitas vezes, como vimos, é justamente a violência simbólica, moral e física do núcleo familiar que impulsiona a decisão de migrar ou buscar refúgio, deslocando para outras redes de suporte e pertencimento.

Essa constatação problematiza a literatura clássica sobre famílias transnacionais e abre caminho para escutar diretamente as trajetórias desses sujeitos, que narram, em primeira pessoa, como constroem novas formas de existir e resistir em contextos de mobilidade. É a partir dessas vozes que avançamos para capítulo seguinte, para a apresentação das experiências de vida dos migrantes e refugiados entrevistados nesta pesquisa.

CAPÍTULO 4 - MIGRANTES E REFUGIADOS LGBTI: POR ELES MESMOS

Ao abordar as trajetórias de migrantes e refugiados LGBTI, parti da ideia de que os sujeitos não estão simplesmente localizados em posições sociais fixas, mas sim inseridos em processos dinâmicos de deslocamento, mudança, que expressam tanto suas agências quanto os limites impostos pelas estruturas sociais. Foucault (2023) nos permite ampliar a compreensão das trajetórias ao reconhecer que as populações não são estáticas, mas submetidas a processos contínuos de transformação e deslocamento que operam em articulação com dinâmicas econômicas, políticas e sociais. Assim sendo, ao afirmar que a população tem suas “próprias leis de transformação”, Foucault nos convida a olhar para os fluxos migratórios e as experiências de mobilidade como fenômenos estruturados por lógicas que excedem as vontades individuais.

No caso dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa, suas trajetórias são atravessadas por essa “naturalidade intrínseca”, que afeta a população como um todo, deslocamentos forçados, dificuldades no acesso a trabalho e direitos, variações nos níveis de reconhecimento e pertencimento, que os situam em posições de constante negociação entre movimento e estagnação. Assim, ao pensar a trajetória como conceito analítico, torna-se fundamental considerá-la não apenas como escolha pessoal, mas como produto de jogos de poder, políticas de gestão da vida e estratégias de controle que organizam a mobilidade como uma tecnologia de governo das populações.

Os relatos orais são valorizados nas ciências sociais pois revelam não apenas comportamentos e valores, mas também emoções. Eles vão além da frieza dos dados estatísticos, manifestam a humanidade por trás dos números. Percebemos isso no relato de Carlos¹⁴ quando relata o momento em que atravessou a fronteira da Venezuela com o Brasil pelo meio da selva:

A gente resolveu passar pelo mato, pela selva [a fronteira com o Brasil havia sido fechada por militares venezuelanos] E a gente demorou quase 5 horas passando pelo mato, com quase 100 pessoas sendo guiadas por um cara que sabia o caminho, era mateiro. Eu andava com pessoas idosas, tinha crianças, mulheres que estavam grávidas. Agora, por exemplo, eu consigo falar rindo. E até durante essa trajetória que eu fiz tudo sempre rindo. Sabe, eu não sei se era por choque ou trauma, sei lá. Mas o meu jeito de conseguir sobreviver, me manter nessa situação era rindo. E aí meus amigos diziam, nossa, tu está ficando louco, vai pirar, tá pirando aqui. Ai amigo, sabe uma coisa? É o seguinte, a gente já passou por tantas situações, sabe isso daqui a gente vai morrer ou vai seguir, vai seguir em frente. Pronto, acabou (Carlos, homem cisgênero, gay e venezuelano).

Carlos nos dá uma ideia do pânico sentido por ele por estar perdido em meio a uma selva, tentando chegar a um país desconhecido, sendo que já havia deixado tudo o que tinha para trás, ou seja, quando já não tinha mais para onde voltar, era, nas palavras dele: “*morrer ou seguir*”. Percebemos que ele diz que ria em

¹⁴ Nome fictício

meio a uma situação difícil, mas diz não entender aquele riso, em meio ao medo de estar perdido, em meio a selva e dependendo de uma pessoa desconhecida para atravessá-la em segurança.

Esse é um exemplo de experiência que também foi relatado por outros migrantes entrevistados. O “*morrer ou seguir*” é uma das experiências que acompanham os sujeitos entrevistados ao longo da vida, e que veio à tona durante a pesquisa. Inicialmente, os pedi para contar sobre a sua vida antes de migrarem para o Brasil, depois pedi que relatassem o processo de decisão de cruzarem a fronteira e de buscarem uma nova vida, e que descrevessem a vida no Brasil, as dificuldades que enfrentaram e as surpresas positivas e negativas com as quais foram confrontados quando se depararam com uma nova cultura.

Ao analisar as entrevistas dos migrantes e refugiados LGBTI do presente estudo, percebi que a partir do exercício livre da sexualidade no Brasil, muitos passaram a se dar conta da opressão em que viviam e se libertam de antigas amarras morais. Foi a partir dessa compreensão que analisei os relatos e as trajetórias dessa população.

4.1. Vida antes da migração: contextos de origem

Antes de aprofundar a análise das trajetórias de migrantes e refugiados LGBTI no Brasil, é importante apresentar brevemente aspectos de suas vidas nos países de origem. Essa contextualização permite compreender não apenas os fatores que motivaram o deslocamento, mas também os cenários sociais, econômicos e afetivos que marcaram suas experiências antes da migração.

Benitez, viveu na Venezuela, no estado de Zulia, uma região costeira próxima ao mar do Caribe, conhecida pelo Lago de Maracaibo. Lá, cursava faculdade de jornalismo em uma instituição pública reconhecida, mas enfrentava dificuldades devido às instabilidades políticas e às manifestações que afetavam o cotidiano acadêmico. Embora já percebesse sua orientação sexual, não se assumia plenamente, pois vivia em um contexto social marcado por forte preconceito contra pessoas LGBTI. A decisão de migrar foi motivada principalmente pela crise política e econômica, além da oportunidade de ter familiares já estabelecidos em Brasília, que facilitaram sua chegada ao Brasil

Juan também viveu na Venezuela, onde saiu de casa ainda jovem, aos 19 anos, após assumir sua homossexualidade para a mãe. Estudou inicialmente Letras e depois Ciências Sociais, chegando a atuar em movimentos políticos e em ativismo LGBTI em uma universidade jesuíta, o que evidenciava a contradição entre seu engajamento e o ambiente conservador em que vivia. Apesar de não relatar discriminação direta, reconhecia que a hostilidade era maior contra pessoas mais afeminadas e que o cenário do país, marcado por crise econômica e repressão, limitava suas perspectivas. Depois de concluir a graduação, enfrentou

dificuldades para se sustentar e decidiu migrar em 2022, ingressando no Brasil por Pacaraima, onde passou pela Operação Acolhida

Ernesto nasceu na Colômbia, onde viveu até os 17 anos, antes de migrar para os Estados Unidos, estabelecendo-se na Flórida por mais de uma década. A vida em Miami, apesar de oferecer maior liberdade em relação à vivência da sexualidade, foi marcada por um cotidiano centrado no trabalho, sem espaço para sociabilidade mais ampla, o que o levou a buscar novos horizontes. No Brasil, encontrou um ambiente mais acolhedor e decidiu permanecer, inclusive iniciando aqui seu processo de transição de gênero. Sua decisão de migrar esteve associada tanto ao cansaço do estilo de vida norte-americano quanto ao desejo de viver em um país que, segundo sua percepção, oferecia maior abertura para relações humanas e para a vivência da diversidade

Carlos cresceu na Venezuela em um ambiente profundamente machista, onde assumir-se gay implicava riscos de violência, perseguição e rejeição familiar. Mesmo com o apoio inicial da mãe, enfrentou hostilidade de parte da família e chegou a presenciar amigos agredidos após se assumirem publicamente. Trabalhou em diferentes estados do país, mas vivia sob constante vigilância e medo, o que o levou inclusive a duas tentativas de suicídio. Sua saída para o Brasil não foi planejada, mas sim uma oportunidade surgida a partir de um relacionamento. Decidiu atravessar a fronteira em condições adversas, motivado pela necessidade de escapar da precariedade econômica e da violência homofóbica que marcavam sua vida na Venezuela.

E, a partir desses contextos de origem, marcados por precariedade econômica, vigilância familiar e comunitária, e diferentes gradações de repressão moral e estatal, já é possível entrever um padrão que atravessa as quatro histórias: a homotransfobia não aparece apenas como pano de fundo, mas como princípio organizador das experiências e das escolhas. É sobre essa chave que avanço agora: mostrar como, antes mesmo da travessia, sexualidade e identidade de gênero foram sendo produzidas e capturadas por normas e instituições, convertendo medo, silêncio e táticas de autopreservação em motivos efetivos de deslocamento.

Com essa moldura, passo a analisar a homotransfobia como vetor da migração, articulando as narrativas e examinando de que modo o preconceito e a discriminação incidem na decisão de partir e nas formas de habitar o Brasil. Mais do que um fator isolado, ela se manifestava em múltiplas dimensões: familiar, comunitária, religiosa e estatal. As narrativas apontam que, antes de migrarem, a sexualidade e a identidade de gênero eram reguladas por normas sociais rígidas que transformavam esses sujeitos em alvos preferenciais da violência e da exclusão.

Ainda que a homotransfobia nem sempre figure como causa explícita da migração ou do refúgio entre os entrevistados, ela atravessa de forma contundente suas experiências, tanto nos países de origem, quanto no caminho, na chegada ao Brasil e no processo de inclusão na sociedade. Os relatos feitos pelos migrantes e

refugiados LGBTI entrevistados revelam que a sua orientação sexual e a identidade de gênero dissidentes operam como marcadores sociais, que condicionam o acesso a direitos, a sociabilidades e à própria possibilidade de existência digna no país de origem. Carlos relata:

[Quando] eu decidi falar [que era gay] para algumas pessoas da minha família, as pessoas mais próximas com quem eu cresci, eles me deram as costas, entendeu? Eles ficaram bem longe de mim e eu senti na própria carne o que sentiram várias pessoas que eu já conhecia e que haviam se assumido para o mundo, né? Digamos assim, no meu país é assim (Carlos, homem cisgênero, gay e venezuelano).

A homotransfobia, conforme percebemos no depoimento de Carlos, não se limita a atos explícitos de violência. Ela se manifesta em estruturas familiares repressoras, na invisibilidade institucional e na cultura social do escárnio.

Juan, por exemplo, relata ter saído de casa aos 19 anos, após “contar para a mãe” que era homossexual. A aparente aceitação familiar rapidamente deu lugar a tensões cotidianas e à necessidade de autonomia precoce:

Então, eu moro sozinho desde que eu tinha 19 anos. Eu saí de casa por ser homossexual. Sim, eu contei para a minha mãe que gostava de homens. Ela aceitou, bem entre aspas. Mas a gente começou a ter alguns problemas. Eu estava começando a fazer faculdade. Comecei a fazer faculdade de educação em língua e literatura. Primeiro em uma universidade pública. Só que nesse momento a gente estava tendo problemas políticos no país, que eram protestos e tudo isso. Aí eu mudei de cidade para ficar mais perto da faculdade, consegui uma bolsa para estudar ciências sociais numa faculdade privada (Juan, homem cisgênero, gay e venezuelano).

Outro migrante, ao falar sobre a sua relação distante com a mãe também pode nos ajudar a compreender seu deslocamento para o Brasil. Ele deixou sua mãe e irmãos na Flórida e se mudou sozinho para o Brasil. A relação com a mãe é relatada abaixo:

A minha mãe não [sobre visitar a mãe na Flórida]. O meu relacionamento com minha mãe é um pouco complexo. [...] Acho que ela não teve escolha, né? [sobre a transição de gênero] Porque como ela nunca atende o telefone, então ela... nesses dias, né, que teve uma ligação coletiva, assim, com os membros da família. Ela viu que estava tudo diferente. Então ela teve que aceitar, né? Vai fazer o quê? Já foi feito. Porque ela não atende [o telefone]. Ela não gosta de tecnologia, então ela odeia celular, WhatsApp, essas coisas. Ela quase nunca usa. Então a minha relação com ela é mais por causa disso. Como ela não usa celular, então a gente se fala de tempos em tempos. Passam anos que a gente não se fala (Ernesto, homem transexual, heterossexual, colombiano).

Como relatado pelos entrevistados, pode-se observar que a migração e o refúgio dessas pessoas LGBTI para o Brasil, guardam semelhanças significativas com os deslocamentos internos de LGBTI brasileiros, que deixam suas cidades pequenas, interioranas em direção a grandes centros urbanos. Em ambos os casos, o deslocamento territorial está atravessado, ainda que nem sempre de forma explícita, pela busca de condições mais seguras e livres para a vivência da sexualidade e das identidades dissidentes.

Green (2019) ensina como, ao longo do século XX, muitos homens homossexuais migraram para cidades como Rio de Janeiro e São Paulo não apenas em busca de oportunidades econômicas, mas sobretudo

por entenderem esses centros como espaços de maior anonimato, experimentação e liberdade sexual. Essa “invisibilidade estratégica” possibilitada pelas grandes cidades, nas quais o indivíduo não está submetido à vigilância familiar ou comunitária, é um fator recorrente também nas trajetórias dos migrantes e refugiados LGBTI entrevistados para essa pesquisa. Já que esses vieram de países marcados por forte repressão sexual, religiosa ou estatal.

Assim, tanto na migração interna quanto na internacional coincidem no desejo de escapar das normatividades sufocantes de seus contextos de origem. Como diz Green (2019):

[...], as correntes migratórias de homossexuais masculinos do Nordeste para o Rio e São Paulo, ou do campo para a cidade, desafiam o modelo padrão apresentado por sociólogos e historiadores, segundo o qual as pessoas dependem essencialmente de laços familiares para mudar-se de uma área do Brasil para outra. Para muitos jovens que fugiram do controle e da condenação da família, dos parentes e de uma cidade pequena em busca do anonimato das metrópoles, a amizade baseada numa identidade compartilhada e em experiências eróticas similares propiciou laços mais fortes que os sanguíneos. [...] No decorrer do século XX, literalmente centenas de milhares de homens jovens que se conscientizaram de seus desejos e fantasias sexuais por outros homens deixaram suas famílias e amigos nas cidades do interior e migraram para a capital de seu estado, ou mudaram-se para o Rio de Janeiro ou São Paulo (Green, 2019, p. 44-45).

Portanto, embora muitas vezes o motivo da migração ou do refúgio não seja explicitado como sendo decorrente da orientação sexual e/ou identidade de gênero dissidente, por não se sentirem seguros, seja no país de origem, seja no país de destino, a OSIG tem um papel determinante no processo decisório.

Foucault (2005) nos ensina que o poder fala da sexualidade e para a sexualidade: ela diz menos respeito a uma esfera privada e mais a um campo permanentemente regulado por discursos sociais, jurídicos, médicos e religiosos. No caso de Carlos, essa lógica se torna evidente quando ele relata:

Então, eu assumi para minha família, mas só para os meus pais, o restante da minha família soube que eu sou gay, mas não por mim. Souberam pelas minhas postagens, depois. Mas assim, antigamente, não só meus pais mesmo. Eu estou no Brasil faz seis anos e é o seguinte, naquela época a Venezuela era um país extremamente machista. E naquela época eu tinha vários amigos que eles se abriram, saíram do closet [sair do armário é uma expressão utilizada pela população LGBTI para se referir ao processo de se assumir publicamente como gay, lésbica, etc.], né? Só que daí eles foram espancados. Eu já conheci várias pessoas que sofreram agressão e violência referente a isso (Carlos, homem cisgênero, gay e venezuelano).

Mais adiante ele continua:

Teve uma vez que eu saí de uma boate e uns policiais me pegaram. Eu tinha um ex-namorado e ele ficou bêbado e saiu da boate. Eu fui atrás dele, eu era bem trouxa naquela época. Ele fez um barraco na rua e os policiais pegaram a gente. Eles não bateram na gente, graças a deus! Mas falaram assim: ah, vocês são viados, vocês sabem que a gente pode levar vocês. Aí quando eu falei que meu pai era da polícia um deles me insultou, falou assim: porra, você é uma vergonha para o seu pai! Seu pai é polícia, um trabalho de homem e tal. Daí eu percebi que o policial estava gostando do meu celular e eu subornei o policial para ele me soltar. Eu falei para ele: vamos fazer o seguinte, eu vejo que você está gostando do meu celular, solta a gente e eu vou te dar o meu celular. Então eu passei a senha do celular e ele nos soltou, mas falou: voltem novamente para o seu buraco!

Eu não tinha muitos amigos gays no meu país. Eu acredito que eu fiz mais amizade da comunidade (gay) foi aqui no Brasil. No meu país eu tentava me afastar. Não por questão de preconceito da minha parte mas, porque eu tinha muito medo, sabe? Porque eu tinha um amigo que ele era bem, bem, bem, bem afeminado. Muito! Eu amo ele. Sério! Amo muito o fato de ele ser como ele é. Eu acho ele maravilhoso. Ele brilha, tem um brilho maravilhoso. Só que ele não se controla. Ele não se controla de jeito nenhum. E ele gritava na rua sem se importar. E um dia eu me lembro que ele chegou todo roxo e falei: amiga, o que aconteceu foi o teu padrasto? E ele falou para mim que foi numa festa. Ele foi para um bairro e apareceram uns caras. Entraram na festa, que era uma festa gay, e começaram a bater em todo mundo. Pelo fato de que eles eram gays (Carlos, homem cisgênero, gay e venezuelano).

Os relatos de Carlos evidenciam o quanto a homofobia perpassa sua trajetória de vida, constituindo-se como um vetor estruturante de sua subjetividade, de suas decisões e de sua forma de habitar o mundo. Sua experiência não se limita à rejeição familiar, mas se estende ao medo constante de violência, à repressão emocional e até ao contato direto com instituições governamentais, como a polícia, marcadas por discursos e práticas de desprezo e humilhação. Esse contexto social de opressão expulsa a população LGBTI de seus locais de moradia mesmo que essa justificativa não seja explicitada como causa do deslocamento.

A violência simbólica vivida no seio familiar e a violência institucional sofrida nas ruas e nas abordagens policiais moldaram uma percepção de mundo pautada na autopreservação e na constante vigilância de si, elementos típicos de uma subjetividade que se constitui sob a ameaça do controle social, como analisa Foucault (2005).

A entrega do celular ao policial, como estratégia de sobrevivência, simboliza não apenas a brutalidade do contexto de origem, mas também a forma como corpos dissidentes são condicionados a negociar sua existência em ambientes hostis. Esses episódios não são isolados, mas ilustram a persistência de um regime de poder que produz e gerencia a sexualidade como perigo, como anomalia, como algo a ser contido.

Carlos, como muitos outros sujeitos LGBTI em situação de migração, carrega nos gestos e nas palavras as marcas de uma resistência silenciosa, ao mesmo tempo em que evidencia a urgência de políticas de acolhimento sensíveis a essas marcas do passado e às possibilidades de reinvenção no presente.

Benitez, por sua vez, afirma que em seu país há muito preconceito e que ele vai além da comunidade LGBTI e que hoje, no Brasil, ele tem muito mais liberdade:

Na Venezuela eu não era assumido. Não era medo mas, era uma coisa confusa. É porque lá tem muito preconceito ainda com LGBTI, sabe? Então, era uma coisa que tinha gente meio que percebia, mas ignorava. Como outras que a gente percebia e falava mal. Mas lá tem muito preconceito. Lá na Venezuela as pessoas são ainda um pouco mais fechadas. Realmente eles têm muito preconceito. Não é só com a comunidade LGBTI. Isso são várias coisas que o povo lá tem muito preconceito. [...] Eu me assumi com minha mãe. Quando a gente morava lá, ela sabia. Porém, eu não tinha a liberdade que eu tenho hoje em dia a independência e tudo mais (Benitez, homem cisgênero, gay, venezuelano).

Ernesto, homem trans colombiano, relata:

Na realidade, eu não me identificava como nada [lésbica ou homem trans], porque naquela época era terrível, era muito ruim. Você apanhava, então era... Eu era só a pessoa que tirava notas boas na escola. E era isso (Ernesto, homem transexual, heterossexual, colombiano).

Mas adiante Ernesto complementa:

Xenofobia? Não. Acho que pra mim foi mais a discriminação por ser lésbica na época. Foi muito difícil no início assim, especialmente para trabalho, pra encontrar, pra conseguir uma vaga era bem difícil. Eu não conseguia um emprego, assim, o emprego que eu queria não conseguia. Eu consegui outros empregos assim que me aceitassem. Tipo restaurante na cozinha do restaurante onde as pessoas não te veem, te jogam lá (Ernesto, homem transexual, heterossexual, colombiano).

A fala de Benitez revela que o silêncio sobre a sua orientação sexual já acontecia na Venezuela. Ele reforça a fala dos demais entrevistados sobre o ambiente extremamente homofóbico em que viviam no seu país de origem.

Ernesto, por sua vez, além de reforçar que vivia num ambiente preconceituoso na Colômbia relata a discriminação que viveu no Brasil ao buscar trabalho. Ou seja, embora haja um sentimento de maior liberdade no Brasil, os entrevistados também enfrentam a discriminação no país que escolheram morar. Então por que escolheram o Brasil?

4.2. Por que o Brasil?

O fenômeno da migração e do refúgio LGBTI para o Brasil não pode ser explicado apenas pela ideia de um destino seguro, já que o país apresenta índices alarmantes de violência homotransfóbica. Nesse sentido, a resposta para minha pergunta, “Por que o Brasil? ”, durante as entrevistas com migrantes e refugiados, revela múltiplos fatores envolvidos na decisão de migrar.

Inicialmente devemos considerar a questão da proximidade geográfica com o Brasil, o acesso a um país fronteiriço é mais facilitado; além disso, devemos considerar também o fato da proximidade cultural, isso também facilita a integração.

Mas para além dessas questões mais objetivas, podemos também considerar o possível desconhecimento a respeito da situação da população LGBTI no Brasil, ou mesmo, que a situação da população LGBTI no Brasil não seja tão ruim quanto a da população LGBTI na Venezuela e na Colômbia; ou, por fim, pelo fato de o Brasil representar um distanciamento maior do controle familiar e comunitário sobre a sexualidade desses migrantes e refugiados LGBTI. Podemos perceber este último aspecto pela fala de Carlos:

Então não foi uma escolha, entendeu? [Vir para o Brasil] Não foi uma escolha para mim. Eu penso assim. Foi uma oportunidade. Eu gosto de ver desse jeito porque eu tinha escolha para três países. Na verdade, era Colômbia, Brasil, que na verdade não estava nos meus planos, e o Equador. Naquela época, eu tinha família que estava morando no Equador e na Colômbia. Aqui no Brasil não tinha ninguém. Só que assim volta novamente a história dos ex-namorados, né? (Carlos, homem cisgênero, gay e venezuelano).

Quando eu cheguei aqui, teve aquela questão. Só que daí o meu ex chegou e eu falei Não, ele é meu namorado, entendeu? Aí, depois que a gente fez, a gente começou a andar de mãos dadas. A gente se beijava na frente das pessoas. E a gente dormia junto. Dormia abraçado, entendeu? Na rua, né? Quando a gente tava morando na rua, teve um momento que a gente como que não se importou, sabe? Porque a gente falou foi: Olha, tem muita coisa acontecendo. Tem. Mas a gente está no Brasil, a gente não tem ninguém aqui que venha para criticar para nós, que seja a família, entendeu? Então, por que eu tenho que me reprimir? (Carlos, homem cisgênero, gay e venezuelano).

O fato de Carlos optar por um país onde não contava com apoio familiar, mas onde vivia um ex-namorado, sugere que o afastamento da família não foi apenas circunstancial, mas parte de uma estratégia subjetiva de busca por autonomia e liberdade.

Tal dinâmica remete ao que Green (2019) identificou nas migrações internas de homens gays brasileiros ao longo do século XX, que se deslocavam de pequenas cidades para grandes centros urbanos não apenas em busca de oportunidades econômicas, mas também como forma de escapar da vigilância moral e familiar e experimentar novas formas de viver sua sexualidade.

Quanto a questão da homotransfobia no Brasil, precisamos considerar a possibilidade de que os altos índices de violência LGBTIfóbica registrados no país não necessariamente indiquem uma realidade mais violenta em comparação a países vizinhos, mas possam refletir a presença de um movimento social mais atuante, articulado e dinâmico.

Esse controle social mais presente e articulado no Brasil talvez tenha contribuído significativamente para o monitoramento e a denúncia das violências sofridas pela população LGBTI, promovendo maior visibilidade pública e incidência política sobre o tema. Atualmente, o Brasil conta com dois canais institucionais para o recebimento de denúncias: o Disque 100, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que acolhe denúncias de violações de direitos humanos, incluindo as cometidas contra pessoas LGBTI em geral; e o Ligue 180, voltado à proteção de mulheres, inclusive lésbicas, bissexuais e mulheres trans.

Além desses canais governamentais, organizações da sociedade civil desempenham papel fundamental na produção e sistematização de dados sobre violência LGBTIfóbica, como o Instituto Patrícia Galvão, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA e o Grupo Gay da Bahia - GGB.

Nesse contexto, parece razoável supor que a maior visibilidade da violência no Brasil decorre não apenas de sua ocorrência, mas da capacidade mais estruturada de sua denúncia e registro. Isso pode contribuir para uma sensação ampliada de insegurança entre as pessoas LGBTI, ao passo que, em outros países, onde tais mecanismos são incipientes ou inexistentes, a subnotificação mascara a magnitude da violência vivenciada cotidianamente. Abaixo apresento os relatos que demonstram a opinião dos entrevistados a respeito do Brasil:

Eu era uma pessoa assumida, eu não tinha nenhum problema de falar que era homossexual no meu país, na minha cidade. E as pessoas sabiam, me conheciam, que eu era ativista, sim. Eu tampouco me sentia muito seguro, né? E aqui eu sinto um pouco mais de segurança. A primeira vez que foi uma parada foi aqui mesmo. Minha primeira parada foi em Brasília. A primeira parada gay que eu fui aqui foi em julho. Na verdade, foi em agosto. Foi a primeira parada que eu fui. Eu nunca tinha ido na minha vida. E imagina, eu achei maravilhoso. E acho maravilhoso que qualquer tipo de pessoa possa ser livre. Sabe, acho uma coisa muito, muito, muito legal. Estavam tentando fazer uma parada da minha cidade. E no Twitter e no Instagram eram só comentários ruins. Críticas, críticas. Muito ruins. Muito católico todo esse negócio. Um pequeno grupo de pessoas conseguiram fazer a parada. Mas diga. Como que é a primeira parada da minha cidade? Nossa! Porque a grande parada é em Caracas, na capital, né? Na capital. Mas ainda assim também é um problema (Juan, homem cisgênero, gay e venezuelano).

Mais adiante ele continua:

O tratamento para SIDA é uma coisa muito cara [na Venezuela]. É uma coisa que você precisa pagar em dólares. É muito caro conseguir remédios para o negócio da SIDA. É muito caro, muito, muito caro. Ou mesmo exames para você saber se está positivo ou negativo. É uma coisa cara. A gente não tem acesso a essas coisas, Então, pelo simples e simples fato de a gente ter acesso a essas coisas aqui [no Brasil], a gente percebe, a gente sente um pouco mais de liberdade, né? Então é engraçado porque essa liberdade, pelo menos de ter saído de alguma balada. De conhecer pessoas. De saber que a gente tem que cuidar. E toda essa coisa. Eu não tive essa liberdade de meu país porque a gente estava muito preocupada em estudar. Muito preocupada. É onde eu vou conseguir o dinheiro para comer. Porque era uma coisa muito difícil. E a gente não tem como se distrair. Então são esses tipos de coisas que talvez, talvez sejam pequenas, mas faz muita diferença (Juan, homem cisgênero, gay e venezuelano).

Ernesto segue na mesma linha:

Os brasileiros são incríveis. Vocês são muito amigáveis, de verdade. Ai foi fácil. Especialmente aqui no Rio, que as pessoas gostam de conversar bastante e eu também. Então, pra mim foi fácil fazer amizades, foi mais fácil. Essa parte de ter amigos migrantes eu não tive. Só agora. Agora, de uns dois anos para cá. Hoje em dia, por incrível que pareça, meus melhores amigos agora estão na ONG [Movimento]. Eu tenho a chance de poder falar em espanhol que antes eu não falo assim. Eu não falava o idioma mesmo. Ficava só falando português. E assim, essa coisa de. Essa coisa cultural também. Se tiver mais colombianos, a gente consegue se identificar mais (Ernesto, homem transexual, heterossexual, colombiano).

Carlos reforça:

Eu posso dizer que eu dou graças a Deus que assim, aqui no Brasil, eu posso contar quantas vezes eu sofri atos de xenofobia, só duas vezes e todas foram aqui em Brasília. As duas vezes foram aqui em Brasília e se aconteceram outras vezes, eu nem percebi. Porque assim, eu sou uma pessoa que eu não ligo, sabe? É claro que eu me importo. Porque assim eu não posso permitir certas situações, porque, independentemente se não me afete, vai afetar outras pessoas. Então tem que defender essa parte. Mas tem momentos que eu tipo nem ligo, sabe? Ou dou uma resposta o mais educado possível, porque eu não vou retornar à mesma. O mesmo ódio que eles estão me dando. Eu não vou retornar a mesma coisa. Eu não gosto. Mas assim, em Boa Vista eu senti mais foi homofobia, não xenofobia. Principalmente, mais que tudo, pela minha própria comunidade venezuelana, do meu próprio país (Carlos, homem cisgênero, gay e venezuelano).

A partir do que vimos até aqui, é possível afirmar que, apesar das contradições e dos desafios persistentes, o Brasil ainda representa, para muitos migrantes e refugiados LGBTI, um espaço concreto de maior liberdade e reconhecimento. Essa percepção não se baseia em uma idealização do país, mas na comparação direta com as restrições vividas nos contextos de origem, onde a homofobia e a transfobia operam de maneira mais explícita, e o acesso a direitos básicos, como saúde, sociabilidade e segurança, é limitado.

A possibilidade de participar de uma Parada do Orgulho, de acessar tratamento gratuito para o HIV, de estabelecer laços de amizade e de sentir-se acolhido por parte da população local é frequentemente vivida como um ganho concreto de cidadania sexual.

Ainda que a violência LGBTifóbica permaneça como uma realidade incontornável, o Brasil oferece, a muitos desses sujeitos, experiências inéditas de visibilidade, pertencimento e dignidade, reforçando a importância de políticas públicas interseccionais e de redes de acolhimento que reconheçam e fortaleçam essas trajetórias de resistência.

4.3. A chegada e a acolhida no Brasil

Se a decisão de migrar para o Brasil esteve permeada por expectativas de liberdade e segurança, o momento da chegada representou para os entrevistados um novo campo de desafios. As primeiras experiências de acolhimento, atravessadas por procedimentos burocráticos e institucionais, revelam como a orientação sexual e a identidade de gênero se tornaram elementos delicados de enunciação. O encontro com formulários, entrevistas e filas específicas exigiu dos migrantes escolhas difíceis, em meio ao medo da rejeição e às lembranças de violências anteriores. Os relatos trazidos permitem vislumbrar a intensidade desse processo, no qual a esperança de recomeço se entrelaça ao receio de exposição e ao silêncio como estratégia de sobrevivência.

Carlos relata o difícil processo de falar sobre a sua orientação sexual na chegada ao Brasil:

Fiquei quase uma semana dormindo na rua, aguardando ser atendido para o que seria o cadastro do CPF, entendeu? Como a gente era novo, tivemos sorte. Eu não sei se posso dizer sorte mesmo. No dia seguinte, os novos foram levados para outra barraca onde estava a área de saúde. Psicólogos, pediatria e tudo demais, né? Aí uma psicóloga chegou para mim e ela se identificou para mim. Ela falou: olha, vocês são da Venezuela e tals, você gostaria de falar um pouco? Foi a minha primeira entrevista lá, entendeu? E aí ela falou para mim, Você se sente bem? Como foi a trajetória? E tal? Aí contei. Ela me deu uma folha para preencher. Só que tinha uma parte. Uma seção da folha. Um parágrafo que dizia: você se identifica como LGBT? Eu não conseguia mexer e preencher essa parte. Aí eu comecei a tremer. Eu não vou mentir. Comecei a tremer, tremer muito, porque eu já tinha ouvido dizer... No meu país tem um mal conceito do Brasil. Infelizmente, tem muito mal conceito. E eu acho que é também aquela questão de vários países que tem aquele conceito ruim um do outro. Mas no meu país tinham muito mal conceito do Brasil referente a doenças a comunidade LGBT, né? Aqui no meu país tem um preconceito horrível com o Brasil (Carlos, homem cisgênero, gay e venezuelano).

Em seu relato, Juan¹⁵ também aborda a mesma dificuldade de falar a sua orientação sexual na entrada no Brasil:

Eu não procurei trabalho em Boa Vista porque não dava conta. Você procurar emprego não é um bom negócio por causa da interiorização. Você precisava ficar dentro de abrigo. Marcar lugar. Marcar que você tava aí nas camas. Porque tipo, em algum momento podiam te chamar. Eu ia perder minha chance de embarcar se estivesse trabalhando, sabe? Eu até pensei fazer o processo de interiorização por trabalho, tipo, para São Paulo ou para Santa Catarina. Mas eu já não podia porque estava por um processo de reunião por família. Então, o que acontecia, tinham as filas: as filas de mulheres; filas de

¹⁵ Nome fictício.

mulheres com filhos; filhas de homens com filhos; filhas de pessoas LGBT; e filhas de homens solteiros. Mas eu não tive a valentia de entrar nessa fila de LGBT. Não entrei porque eu ainda sentia um medo de mim mesmo (Juan, homem cisgênero, gay e venezuelano).

A invisibilidade institucional e política contribui diretamente para o silenciamento dos sujeitos LGBTI, que, ao não se reconhecerem nos discursos e nas políticas de acolhimento, acabam por ocultar sua orientação sexual e identidade de gênero no momento da chegada. O medo da rejeição, da revitimização ou da incompreensão faz com que muitos optem por ocupar as categorias mais “aceitáveis” ou neutras, como “migrante econômico” ou “refugiado político”, abrindo mão, ao menos inicialmente, da possibilidade de narrar integralmente sua trajetória. Tal apagamento reitera a marginalização desses corpos dissidentes, mesmo em contextos que se pretendem acolhedores, e fragiliza o acesso a políticas públicas específicas e a redes de apoio comunitárias que poderiam fortalecer sua integração e bem-estar. Nesse sentido, como afirma Obst:

Muitas vezes as organizações de defesa dos direitos dos migrantes e dos *queer* tem ignorado uma a outra e, portanto, pode-se dizer que um padrão similar ocorre na academia. O foco tradicional nos estudos de migração girou ao redor de decisões de custo-benefício no âmbito dos quadros *push-pull* e ignorou a sexualidade e o gênero para além do papel das mulheres heterossexuais. Da mesma forma, estudos de sexualidade têm negligenciado as experiências dos migrantes *queer*. *A migração queer* oferece a oportunidade de abordar essa questão sob uma nova lente. Mai e King (2009) argumentam que a sexualidade deve ser considerada transversal na investigação. No entanto, muitas vezes é deixada de lado, como se os imigrantes não fossem autorizados a ter uma sexualidade. “[...] defendemos [...] uma ‘virada sexual’ nos estudos de migração. Nós sentimos que isso precisa ser reconhecido, que, além de sua função comum como trabalhadores deslocados dentro da economia global capitalista, e além de seu destino de vítima como os refugiados que fogem da guerra e da perseguição, os imigrantes e outras ‘pessoas em movimento’ são seres de expressão sexual, que querem expressar, o que lhes foram negados os meios para expressar, suas identidades sexuais” (Obst, 2017, p.582).

O medo de Carlos e o silêncio de Juan sobre suas sexualidades na entrada no Brasil revela não apenas que as experiências negativas anteriores a respeito de sua orientação sexual haviam sido traumáticas, como também se referem ao receio sobre a recepção no Brasil. Os relatos ilustram, de forma inequívoca, os efeitos concretos da invisibilização institucional das trajetórias LGBTI nos processos migratórios. Ou seja, não basta que num determinado formulário conste a pergunta sobre a orientação sexual e/ou identidade de gênero é preciso informações sobre os direitos dessa população e que há uma disposição institucional para a acolhida, um sistema de confiança e segurança.

Portanto, essa invisibilidade, reforçada pela omissão de políticas específicas e pelo apagamento da sexualidade nos discursos de acolhimento, contribui para que muitos sujeitos LGBTI ocultem sua orientação sexual ou identidade de gênero ao ingressarem no país de destino.

O medo de serem julgados, excluídos ou mesmo punidos reaparece como uma marca internalizada de experiências anteriores de violência e rejeição, produzindo um estado constante de alerta. A questão da acolhida, portanto, não se limita ao oferecimento de abrigo ou documentação: ela envolve também a criação de espaços simbólicos e materiais onde essas subjetividades possam se reconhecer, se expressar e existir com dignidade. Como revela a seguir o relato de Carlos:

Uma vez uma missionária da Igreja Católica me falou, porque ela soube que eu ia para o Brasil, né? E ela sabia que eu era gay. E ela falou: Você sabe que o Brasil é o inferno para os gays, né? Falou para mim desse jeito. E eu não estava nem aí. Só que eu me lembrei disso na hora de preencher o formulário. Foi um monte de coisa, sabe? Muitos gatilhos de lembranças e coisas. Aí eu pensei: para que estão me perguntando se eu sou gay? Será que eles vão me prender? Será que eles vão me levar preso? Será que... Nossa! E eu não tenho família, não tenho isso, Não tenho outro não. E comecei a tremer, porque eu comecei a ter todos esses pensamentos. Daí eu ia começar a chorar. Não chorei porque dá trabalho para eu chorar, mas eu fico tremendo, muito nervoso. E aí a psicóloga chegou para mim e falou: você está bem? Eu disse: estou. Ela disse: você não está bem. O que está acontecendo? Sou psicóloga. E ela tinha um broche de apoio a comunidade LGBT. E ela me falou assim: você está bem? Eu disse: não. O que tá acontecendo? Aí ela viu a minha folha e ela me perguntou: porque você não preencheu isso aqui? Se você não é gay, não tem nenhum problema. Só fala que eu sou cisgênero. Eu sou homem, cis e tal. Só que naquela época não sabia esses termos também, não é? E ela falou para mim: você é gay? Quando ela perguntou isso, isso mexeu comigo. E aí foi que eu comecei a chorar. Porque eu falei para ela: por favor, que ninguém saiba. Ninguém, nenhuma das pessoas que estão comigo sabem que eu sou gay. Nem os meus amigos que eu fiz agora. Eles não sabem que eu sou gay. Porque nesse momento eles também não tinham falado para mim que eram um casal gay. Eles também estavam com aquela expressão de macho. Porque eram dois, dois senhores da terceira idade de 50 e poucos anos, todos mais velhos. Eram velhos. Eles tinham muitos anos juntos. Entendeu? Bem, bem, machos. Aí, quando ela perguntou se eu era gay e eu falei essas coisas ela disse: vem cá. Ela me levou para o escritório dentro do posto de triagem. E ela me sentou ali. Aí ela falou assim: vem cá, você sabe que no Brasil existe uma lei que protege a comunidade LGBT? Existe isso. E ela começou a explicar para mim um monte de coisas. Ela explicou também aquela questão daquele preconceito referente que o Brasil é o ninho do AIDS. Imagina esse pensamento existia no meu país (Carlos, homem cisgênero, gay e venezuelano).

O broche de apoio a comunidade LGBTI utilizado pela profissional que acolheu Carlos no acolhimento inicial fez a diferença para que ele sentisse confiança e pudesse falar sobre a sua orientação sexual com ela. Naquele momento, um pequeno símbolo, permitiu que o migrante LGBTI e a profissional, falou com ele em espanhol permitiu uma aproximação entre ambos. Essa questão da língua aprofundarei mais adiante neste capítulo. Além disso, havia um fundado receio por parte de Carlos de que a revelação da sua orientação sexual pela profissional fizesse com que ele perdesse o único vínculo afetivo, que ele mantinha e que eram os amigos, que ele fez durante a sua jornada desde a Venezuela.

Foucault (2005) diz que a sexualidade não é apenas um dado biológico ou psíquico, mas uma construção histórica e política, profundamente marcada pelas relações de poder. Quando ele analisa os mecanismos pelos quais os discursos sobre o sexo foram disciplinarizados e medicalizados, ele nos revela como determinadas formas de sexualidade foram silenciadas, estigmatizadas e, ao mesmo tempo, tornadas objeto de saber e controle.

Nesse sentido, os deslocamentos, internos ou transnacionais, de pessoas LGBTI podem ser interpretados como práticas de resistência a essas formas de poder que territorializam os corpos e os desejos. Diz Foucault (2005):

[...] estamos em uma sociedade do “sexo”, ou melhor, “de sexualidade”: os mecanismos do poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada. Saúde, progeneridade, raça, futuro da espécie, vitalidade do corpo social, o poder fala da sexualidade e para a sexualidade; O que determina a sua importância não é tanto a sua raridade ou precariedade quanto a sua insistência, sua presença insidiosa, o fato de ser, em toda a parte, provocada e temida. O poder a esboça, suscita-a e dela se serve como um sentido

proliferante de que sempre é preciso retomar o controle para que não escape; ela é um efeito com valor de sentido (Foucault, 2005, p. 138).

As falas trazidas neste item evidenciam que a chegada ao Brasil não pode ser compreendida apenas como uma etapa administrativa de registro e acolhida. Para os migrantes e refugiados LGBTI, ela se configura como um momento de negociação identitária, em que o silêncio e o medo dividem espaço com os primeiros sinais de reconhecimento e confiança. A acolhida, portanto, não se reduz à disponibilização de serviços básicos, mas envolve também a criação de condições que permitam a expressão da sexualidade e das identidades dissidentes com dignidade. Os relatos apresentados aqui preparam o terreno para refletirmos, adiante, sobre como esses sujeitos vivenciam a integração no país e as marcas que carregam de seus contextos de origem.

4.3.1. A língua e a hospitalidade

Além da LGBTIfobia, outra questão que sempre permeou os relatos de migrantes e refugiados LGBTI da pesquisa foi a questão do idioma. Os entrevistados demonstraram nas suas falas uma urgência em aprender a língua portuguesa. Seja para conseguir rapidamente um emprego ou mesmo para entender as orientações nos espaços de acolhida. Essa sempre foi uma questão central, como podemos perceber a seguir:

Na fronteira, em Roraima, eles só perguntaram uma coisa que até hoje eu não lembro. Não entendi. Não sei o que eles falaram. Eu só falei que sim. E eles falaram: tá bom. Aí me deixaram (Benitez, homem cisgênero, gay, venezuelano).

Nos primeiros meses eu não procurei trabalho, tipo, fiquei um ou dois meses estudando português. O básico pelo menos, né? Pelo menos falar: oi, tudo bem? E aí, beleza? Eu achei muito fácil aprender o idioma, mas ainda não falo perfeitamente. Eu tô sentindo muito bem, então ainda muitos erros de português, mas eu consegui me comunicar que era o que na época e hoje em dia é o que mais importa, entendeu? (Benitez, homem cisgênero, gay, venezuelano).

Depois eu percebi que para aprender mesmo o idioma eu precisava conviver com as pessoas. Aí eu fiz amizade com um menino brasileiro. Ele me falou que ele trabalhava na padaria Pão Dourado. Que ele conseguia arranjar um emprego para mim. Porque ficar dependendo dos meus tios não dava, né? E aí ele arrumou uma vaga para mim e eu comecei a trabalhar aqui no Brasil como operador de caixa. Foi meu primeiro emprego aqui na Pão Dourado. Aí eu fiquei quase um ano lá e foi aí que eu consegui me adaptar. Eu consegui conversar. Consegui aprender palavras novas. E também eu ficava muitos finais de semana bebendo com minhas amigas que eu fiz lá perto. Hoje esse menino que arrumou o emprego para mim é meu melhor amigo. Ele me ensinou português e eu ensinava um pouco de espanhol para ele (Benitez, homem cisgênero, gay, venezuelano).

Sim, eu achei que o pessoal da saúde eles não tem paciência para os estrangeiros, especificamente para as pessoas que não sabem se expressar, não sabem falar. Minha mãe hoje em dia tem muita dificuldade nisso. Ela não fala direito o português. Porque o servidor fica sem paciência. Aí acaba que trata mal o paciente (Benitez, homem cisgênero, gay, venezuelano).

Já Ernesto, preferiu procurar um curso de português para estrangeiros:

Ah, vai, vai, vai, vai escutando portunhol, vai usando portunhol. Mas me ajudou. Sabe o que me ajudou muito? Aqui no Rio tem um curso da UERJ. É um curso de português para estrangeiros. Eu fiz esse curso. Eu comecei o curso. Eu não terminei ele porque eu comecei a trabalhar. Eu soube dele porque eu pesquisei na internet, se encontrava algo de graça. Foi muito, muito legal (Ernesto, homem transexual, heterossexual, colombiano).

Esses relatos evidenciam que o idioma, mais do que um simples instrumento de comunicação, é um elemento central na experiência migratória, operando como chave de acesso ao trabalho, à educação, à saúde e às interações sociais cotidianas. No entanto, a língua também se mostra como um território simbólico de pertencimento e reconhecimento. Aprender o português, nesse contexto, é não apenas uma necessidade prática, mas um gesto de inserção cultural e de afirmação de si diante de um novo mundo.

A busca ativa por cursos, como o da UERJ, e o esforço para se comunicar mesmo com dificuldades revelam a disposição desses sujeitos em se integrarem, mas também apontam para a importância de políticas públicas de acolhimento linguístico. A questão etária também aparece como um componente de dificuldade na fala de Benitez, quando ele diz da dificuldade da mãe com o novo idioma.

Ao refletirem sobre língua de acolhimento, Barbosa et al (2017) destacam que aprender um novo idioma é adentrar-se a outras mentalidades e, sobretudo, colocar em xeque certezas e capacidades de interpretar e de compreender outras dimensões simbólicas diferentes das que estão relacionadas com a língua-cultura que falamos e na qual circulamos. Portanto, aprender uma nova língua-cultura não se restringe a adquirir vocabulário ou regras gramaticais, mas implica um mergulho profundo em outros modos de pensar, sentir e estar no mundo. Trata-se de um processo que desestabiliza referências previamente internalizadas, colocando em dúvida certezas, hábitos interpretativos e estruturas de significação que organizam nossa experiência cotidiana. Nesse sentido, aprender uma nova língua é também enfrentar deslocamentos subjetivos, éticos e afetivos, pois exige a abertura a outras formas de construção simbólica da realidade, muitas vezes em tensão com aquelas que nos constituíram.

O processo de aprendizagem linguística torna-se também um exercício de escuta, alteridade e reinvenção, especialmente potente para sujeitos migrantes e refugiados LGBTI, cujas trajetórias, já se encontram atravessadas por múltiplos deslocamentos e por questões identitárias.

Ademais, quando falamos de língua e acolhimento devemos sempre levar em consideração as especificidades da população migrante, que dispõe de pouco tempo para aprender um novo idioma e se inserir na nova cultura. E, esse desafio, pode ser duplicado para a população migrante ou refugiada LGBTI, que além de aprender a língua-cultura do país que acolhe, ainda deve aprender a linguagem-cultura da própria população LGBTI local, que muitas vezes se utiliza do Pajubá¹⁶ como forma de comunicação e pode ter formas de se relacionar afetivo-sexualmente diferente da população LGBTI do país de origem. Benitez externaliza essas dificuldades de relacionamento:

¹⁶ Pajubá é uma linguagem dialetizada e cifrada, utilizada principalmente pela comunidade LGBTI no Brasil, especialmente por mulheres trans e travestis. É um dialeto caracterizado por um vocabulário próprio, que inclui gírias, palavras e expressões de origem africana (como iorubá e nagô) e da cultura queer.

Eu tenho dificuldade de me relacionar com o pessoal LGBT aqui porque o pessoal aqui é meio ignorante, mal educado, às vezes tem uma competência entre eles mesmo, que eu acho absurda, entendeu? Tipo assim, tem gente que aparenta ser uma coisa que também não é. Então, assim, são vários fatores. Mas sim, eu sou uma pessoa muito legal, me considero uma pessoa legal, gosto de socializar e tal. Até certo ponto, quando vejo que a pessoa toma uma atitude que não é adequada, não é legal e eu já fico afastado. Então, talvez por isso esse tipo de você se conheça muito bem como é um ambiente LGBT, né? Então, assim, nem preciso falar muito sobre... É com mais competência, mais status. Acho que é uma coisa de querer parecer o que não é (Benitez, homem cisgênero, gay, venezuelano).

Benitez revela no seu relato que, para além das dificuldades linguísticas e culturais típicas do processo migratório, ele enfrenta também barreiras de integração dentro da própria população LGBTI local. Sua fala sugere um sentimento de frustração e desconforto com as dinâmicas de sociabilidade, que percebe no ambiente LGBTI brasileiro, mencionando comportamentos que julga como pouco autênticos ou marcados por competição e aparência. Essa percepção pode evidenciar tanto a presença de tensões internas na população, como também o impacto das expectativas e experiências prévias de Benitez em relação à sua vivência LGBTI na Venezuela. Seu depoimento nos lembra que o acolhimento e a inclusão não se restringem à aceitação institucional ou cultural mais ampla, mas também dependem da construção de espaços de pertencimento e respeito dentro dos próprios grupos que, à primeira vista, poderiam ser mais acolhedores.

Também não se pode descartar a possibilidade dessa dificuldade de relacionamento relatada por Benitez decorrer de uma homofobia internalizada, uma vez que gays e lésbicas não estão imunes aos sentimentos homofóbicos presentes na sociedade. Para Borrillo (2010), numa sociedade em que os ideais de natureza sexual e afetiva são construídos com base na superioridade psicológica e cultural da heterossexualidade, parece difícil esquivar os conflitos interiores resultantes de uma não adequação a tais valores. Portanto, gays e lésbicas mergulhados em um ambiente homofóbico ou lesbofóbico também podem desenvolver sentimentos de rejeição a homossexualidade atribuindo e generalizando aspectos negativos a essa população.

Nesse sentido, essa concepção da língua como espaço de acolhimento e de mediação ganha contornos ainda mais complexos no caso de migrantes e refugiados LGBTI, que, além do desafio de aprender a língua oficial do país, precisam também navegar pelas nuances de uma língua cultural" interna à própria população LGBTI local como no caso do Pajubá, mencionado anteriormente. A adaptação não se limita, portanto, ao aprendizado técnico da gramática ou do vocabulário, mas se estende à capacidade de captar códigos afetivos, éticos e identitários que moldam a vida social no novo território. Essa dupla imersão linguística e cultural exige uma escuta atenta por parte de professores, profissionais e instituições, que devem se atentar não apenas para as dificuldades cognitivas e práticas dos estudantes, mas também para os atravessamentos subjetivos e políticos que marcam suas trajetórias.

Dessa forma, pensar a língua como acolhimento implica reconhecer o lugar da afetividade, da alteridade e da escuta atenta no processo de ensinar e aprender, sobretudo quando se trata de sujeitos que vivem à margem das normatividades sociais e institucionais. Nesse sentido destaco o ensinamento de Barbosa e São Bernardo (2017):

[...] ao falarmos em *língua de acolhimento*, referimo-nos ao prisma emocional e subjetivo da aprendizagem dessa nova língua, sem perder de vista a relação conflituosa que se apresenta no contato inicial do imigrante com a sociedade acolhedora. [...] Sob esse ponto de vista, destacamos que esse conceito reconhece sentimentos de rejeição ou descaso do(a) aprendente em relação à aquisição dessa nova língua que não foi escolhida por ele(a). Nessa perspectiva, *língua de acolhimento*, propõe uma revisão sobre o papel e a formação do(a) professor(a) que atua nesse contexto, pois ele(a) pode: i) amenizar o conflito inicial entre aprendente e língua; e ii) estabelecer as condições necessárias para que esse aprendente comece a vê-la e a interpreta-la como elemento de mediação entre ele(a) e a sociedade anfitriã. {...} Além disso, consideramos fundamental a percepção dessa *língua de acolhimento* como aliada no processo de adaptação e de pertencimento da pessoa que aprende ao novo ambiente, que não é, inicialmente, o seu lugar, a sua casa. [...] Referimo-nos especialmente às ações de *aceitar, atender e ouvir*, nas quais é possível antever que a língua que acolhe é a mesma que abriga e protege (Barbosa et al. 2017, p.436).

A reflexão de Barbosa et al (2017) oferece uma visão humanizada do processo de aprendizagem da língua para sujeitos migrantes e refugiados, ressaltando a importância de reconhecer o caráter emocional e subjetivo dessa experiência. Essa abordagem destaca a necessidade de que o ensino de uma nova língua não seja apenas instrumental, mas envolva acolhimento, cuidado e mediação cultural, permitindo que a pessoa migrante se sinta, ainda que temporariamente, “em casa”.

Contudo, esse movimento de acolhimento não se esgota na linguagem verbal ou na mediação institucional. Ele também se articula com um horizonte mais amplo de hospitalidade, no qual o encontro com o outro, a escuta e a abertura para a diferença ultrapassam a palavra dita e escrita, englobando o corpo, os gestos, os símbolos e a cultura.

Além disso, é fundamental reconhecer que a hospitalidade não se dá apenas pela linguagem verbal, mas também por gestos, olhares e sinais de reconhecimento, como o broche da psicóloga no relato de Carlos, que falam diretamente às subjetividades desses corpos dissidentes e migrantes. Nesse sentido, o idioma, enquanto prática e símbolo, está profundamente entrelaçado à experiência de pertencimento, à construção de redes de afeto e à afirmação de uma cidadania que ultrapassa o jurídico e se inscreve no cotidiano vivido.

Falar a mesma língua é não apenas uma operação linguística – existe aí algo do *ethos* em geral. Seja dito de passagem: sem falar a mesma língua nacional, qualquer um pode me parecer menos “estrangeiro” se ele partilha comigo uma cultura – por exemplo, um modo de vida ligado a uma certa cultura, etc. – que tal ou qual concidadão ou compatriota pertencente ao que se chamava ainda ontem (mas não se deve abandonar muito rápido essa linguagem, mesmo que ela exija uma certa vigilância crítica) uma outra “classe social”. Sob determinados aspectos, posso ter mais em comum com um burguês intelectual palestino, cuja língua eu não falo, do que com determinado francês que, por tal ou qual razão social, econômica ou outra, me parecerá, sob tal ou qual relação, mais estrangeiro. Inversamente, se se toma a língua no sentido estrito, que não recobre a nacionalidade, um burguês intelectual israelense me será mais estrangeiro do que um operário suíço, um camponês belga, um boxeador quebecquense ou um policial francês. Essa questão da língua num sentido que dizemos

estreito, a saber, idioma discursivo que não é coextensivo à cidadania (grosso modo, aqui franceses e quebecuenses, ali ingleses e americanos, podem falar a mesma língua), nós a encontraremos sempre de mil maneiras implicada na experiência da hospitalidade. O convite, a acolhida, o asilo, o albergamento passam pela língua ou pelo endereçamento ao outro. Como diz Lévinas, de um outro ponto de vista, a língua é hospitalidade (Derrida, 2003, p. 115 – 117).

Portanto hospitalidade e a língua ampliam a concepção de acolhimento, sugerindo que “a língua é hospitalidade” e que o ato de receber o outro envolve não apenas compreender ou ensinar a sua língua, mas também compartilhar um espaço simbólico e afetivo onde o acolhimento se faz possível, mesmo diante da diferença. A língua em sentido amplo, como propõe Derrida (2003), não é apenas um código de comunicação ou um sistema gramatical compartilhado — ela é também um espaço ético de relação, um terreno simbólico onde se joga a possibilidade da hospitalidade.

Quando Derrida (2003) afirma que “a língua é hospitalidade”, ele amplia o entendimento do idioma como um mero instrumento técnico e o inscreve na dimensão do corpo, da cultura e das experiências compartilhadas. Quantas pessoas não já se sentiram estrangeiras dentro do próprio país. Poderíamos pensar, por exemplo, caso de perseguidos políticos no período da ditadura militar, entre outros.

Essa perspectiva é especialmente potente quando aplicada às trajetórias de migrantes e refugiados LGBTI, para os quais a língua, muitas vezes desconhecida, se torna barreira e possibilidade, exclusão e acolhimento. Os relatos colhidos na pesquisa mostraram que, ao chegar ao Brasil, muitos desses sujeitos enfrentaram não apenas as dificuldades com a língua portuguesa em sua dimensão formal, mas também o estranhamento cultural, afetivo e corporal que atravessa o processo de inserção em um novo país.

Por fim, o broche de apoio a população LGBTI visto por Carlos na lapela da roupa da psicóloga que lhe atendeu, abriu para ele a possibilidade de comunicação, que antes parecia inviável. É dessa linguagem do acolhimento que vai além do idioma a que nos referimos.

4.3.2. Trabalho e precariedade

A ética protestante do trabalho, termo criado por Weber (2004) para se referir a motivação social e psicológica para o trabalho, diz respeito a primazia do trabalho como dever moral. A ética do trabalho foi considerada, pela sociedade industrial, como algo indispensável para a modernização da sociedade.

Os princípios definidores da ética do trabalho seriam: a) busca individual pelo sucesso; b) capacidade e desejo de postergar prazeres imediatos com objetivo de acumular virtudes e dinheiro (gratificação adiada); c) aceitação e concordância de uma obrigação moral em trabalhar diligentemente e disciplinadamente independente de quão duro ou penoso seja este trabalho; d) obediência e sensação de dever para com as ordens justas do patrão; e) centralidade do trabalho: a importância do trabalho, na vida como um todo, como uma

fonte de significado e de valorização pessoal. A versão brasileira da ética protestante, por sua vez, é a ética do provedor da família somada a relação entre trabalho e cidadania.

Hoje, embora essa ética ainda resista, passamos por uma transformação no mundo do trabalho. O fato amplamente divulgado pelos meios de comunicação de que “ser CLT”¹⁷ virou um xingamento entre jovens nas redes sociais revela as transformações desse código moral do trabalho contemporâneo. Nesse sentido destaca Nardi (2006):

Nos países de capitalismo avançado, os estudos referentes às transformações do código moral contemporâneo apontam para uma série de consequências ligadas ao aumento do individualismo, à frouxidão do laço social, à criação de uma cultura do narcisismo (Lasch, 1990), à perspectiva de uma sociedade de incertezas (Beck, Giddens e Lasch, 1994), à competição extremada e a um desmantelamento das garantias de estabilidade. Ou seja, à relativização do código moral e dos dispositivos concretos (segurança no trabalho, pleno emprego e seguridade social, por exemplo) que permitiram, na modernidade, o planejamento de longo prazo e um pensamento direcionado para a construção do futuro (Nardi, 2006, p.47).

Nesse sentido, a inserção de migrantes e refugiados LGBTI no mercado de trabalho brasileiro revela uma interseção complexa considerando as interseccionalidades relacionadas. O trabalho, enquanto elemento estruturante da vida social, não pode ser dissociado das relações de poder que atravessam os corpos dissidentes. No caso dos sujeitos desta pesquisa, o trabalho se torna, ao mesmo tempo, espaço de opressão, mas também de reinvenção.

A padaria que eu trabalhei ficava no bairro Lago Sul. Por ser um local de alto padrão, o pessoal me tratou muito bem. Eu estou falando no geral. Tanto funcionários quanto clientes. Eu passei por alguns constrangimentos, mas nada demais, sabe? Aí tinha uma menina que lá a gente se deu muito bem. Ela trabalhava como vendedora em uma loja de massas italianas. Aí ela falou assim: Cara, se você quiser, eu posso te arrumar um emprego lá. Aí eu falei que queria. Eu arrumei meu currículo, eu deixei ele bem bonitinho e mandei pra ela. Aí quando mandei pra ela, na primeira semana, eu estava indo pro trabalho e a dona me ligou e falou assim: olha, eu recebi seu currículo aqui, eu tenho interesse e tal. E aí combinei uma entrevista com ela e na hora ela me contratou. Eu nunca tinha trabalhado como vendedor. Foi minha primeira experiência, gostei e me desenvolvi muito bem também. Aí eu fiquei um tempo ali, acho que um ano, dois anos (Benitez, homem cisgênero, gay, venezuelano).

Em Brasília eu encontrei emprego como atendente. Depois comecei a aprender a ser barista num café aqui pertinho, na 203. Hoje encontrei emprego aí porque estava uma vaga no Instagram e eu escrevi: Oi, tudo bem? Eu preciso de emprego. [...] Eu havia trabalhado como atendente muitas vezes, porque quando ainda eu estava fazendo faculdade e eu ainda era redator também porque eu trabalhava virtual, muitas vezes tive que trabalhar também nos restaurantes, como atendente em lojas, restaurantes, lojas de comida, lojas de roupa (Juan, homem cisgênero, gay e venezuelano).

Tudo isso não sabendo muito português. Então minha chefe me acolheu e falou comigo: Tá, vou testar. Ela me falando espanhol ou às vezes me falavaportunhol, mas falava inglês que posso entender. E aí uma semana depois eles fizeram carteira. Então, esse foi o meu primeiro emprego. Meu primeiro emprego fixo no Brasil (Juan, homem cisgênero, gay e venezuelano).

Inicialmente, o que chamou minha atenção nos relatos dos migrantes e refugiados LGBTI pesquisados foi a preocupação demonstrada por eles em trabalhar para garantir a sua sobrevivência básica quando chegaram ao Brasil. A urgência em aprender a língua portuguesa, já analisada anteriormente, era

¹⁷ Ser trabalhador regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ter carteira assinada.

diretamente relacionada à necessidade de inserção laboral. Essa parecia uma preocupação comum a todos os migrantes entrevistados.

No entanto, notei também uma preocupação com a homotransfobia durante a atividade laboral, bem como, pude perceber que os postos de trabalho ocupados pelos participantes são precários. Notei nos relatos a troca frequente de postos de trabalho, essa troca frequente revela uma permanente insegurança. Nesse sentido, destacamos:

Richard Senner (1998) é um dos autores que discute as consequências do “novo capitalismo” ao demonstrar que a sensação de insegurança permanente e a impossibilidade de planejar o futuro a longo prazo (decorrentes do novo modelo produtivo) corroem o “caráter” dos trabalhadores, fazendo com que estes se sintam desorientados e inseguros em relação ao padrão moral de comportamento das futuras gerações por se sentirem incapazes de fornecer parâmetros do que é certo e errado. Nesta mesma direção, Bauman (1998^a, p.32) afirma que o sentimento dominante é a sensação de um novo tipo de incerteza, não limitada a própria sorte e aos dons de uma pessoa, mas à nova configuração do mundo. A maneira correta de viver neste mundo e os critérios para julgamento moral estariam indefinidos (Nardi, 2006, p. 47).

A sensação de insegurança permanente que atravessa o mundo do trabalho contemporâneo aparece de forma ainda mais intensa nas trajetórias de migrantes e refugiados LGBTI aqui pesquisados, com o agravante que eles não possuem família ou uma rede de apoio para o caso de desemprego. Como destacam os relatos de Benitez, Juan e Carlos, o ingresso no mercado de trabalho brasileiro ocorre em condições marcadas por informalidade, baixos salários e ausência de garantias, refletindo a precarização crescente descrita por Nardi (2006).

Para esses sujeitos, o trabalho não é apenas uma necessidade econômica, mas também um campo de disputas simbólicas, onde operam relações de poder e mecanismos de exclusão, por classe, nacionalidade, gênero e sexualidade. Além disso, há que se lembrar que a masculinidade e o trabalho estão historicamente imbricados na construção social do papel do homem como provedor. Em muitas sociedades, o trabalho remunerado é um dos principais marcadores da identidade masculina, sendo associado a valores como força, produtividade, responsabilidade e autonomia, e os homens gays e transexuais não estão imunes a isso.

No entanto, como nos ensina Foucault (2006), onde há poder, há também resistência. E é justamente nas brechas desse sistema que os sujeitos desta pesquisa encontraram modos de afirmação e reinvenção. A partir das micropolíticas do cotidiano, como a solidariedade entre colegas, o apoio de chefes dispostos a acolher e ensinar, ou mesmo os gestos de resistência ao buscar redes de apoio, essas pessoas produzem estratégias para habitar o mundo do trabalho de forma digna.

A ética do trabalho, nesse contexto, não desaparece, mas se reinventa: não mais como obediência cega a um sistema disciplinar, mas como busca por autonomia, pertencimento e reconhecimento. Ainda que submetidos à lógica da incerteza, os migrantes e refugiados LGBTI tornam-se agentes de sua própria trajetória,

redefinindo sentidos para o trabalho a partir das marcas de suas experiências dissidentes e da potência de seus afetos e alianças.

Como mencionamos, a rotatividade, os baixos salários e a ausência de proteção social são marcas recorrentes das entrevistas. Para sujeitos que já vivenciam múltiplas vulnerabilidades, por serem migrantes, racializados, trans ou homossexuais, essas condições se agravam. A interseccionalidade, neste ponto, não é apenas uma ferramenta analítica, mas uma realidade vivida que define as possibilidades (ou limitações) de acesso ao trabalho digno. Num trecho de ser depoimento um migrante revela que só conseguiu seu primeiro emprego porque a menina que fazia a seleção era lésbica:

No meu primeiro emprego eu dei sorte porque a menina que estava contratando. Ela era LGBT também, então ela queria. A gente sabia que a gente meio que reconheceu ela. Ela relevou assim, ela só focou no que realmente era pra focar, que era o currículo, as minhas habilidades, o que eu sei fazer. E foi assim que eu comece (Ernesto, homem transexual, heterossexual, colombiano).

Paradoxalmente, o trabalho também pode se apresentar como um campo de resistência. A construção de redes solidárias nos espaços laborais, o aprendizado da língua a partir da convivência com colegas e clientes, e o uso de estratégias subjetivas para lidar com o preconceito são expressões de resistência.

A migração, nesse sentido, não é apenas deslocamento territorial, mas também deslocamento subjetivo. Ao enfrentarem a dureza do mercado de trabalho brasileiro, os sujeitos desta pesquisa reconfiguram suas noções de pertencimento, identidade e resistência. Como aponta Foucault (2006), os mecanismos de poder produzem subjetividades, mas também suscitam formas criativas de resistência que escapam à norma. Trabalhar, para esses sujeitos, é também habitar um mundo que muitas vezes os rejeita e, mesmo assim, reinventar-se nele. E foi se reinventando que Carlos se achou no mercado de trabalho conforme relato a seguir:

Atualmente eu tenho meu irmão morando comigo. Porque assim, eu realmente não ia trazer ninguém ainda, né? Porque o que acontece? Eu tinha muito tempo pedindo para minha família vir. A minha situação econômica, quando eu cheguei aqui em Brasília foi muito boa, muito, muito, extremamente boa. Obrigado, Rodrigo [brasileiro que recebeu ele em Brasília], porque Rodrigo abriu muitas portas, sabe? Naquela época ele trabalhava com o Banco do Brasil e ele estava me ensinando um monte de coisas de administração, banco, coisas das leis dos bancos, sabe? E eu gosto desse tipo de temas em específico. Eu gosto. Tem tudo o que tem a ver com investimento. Tudo isso. Todas essas áreas eu gosto muito, sabe? Então eu falei para ele o Rodrigo e ele me ajudou na abertura da conta bancária no Banco do Brasil, Consegui o cartão de crédito. Na época, consegui um cartão de crédito muito bom para passar para um estrangeiro. Com pouco tempo, pouco dinheiro, eu consegui um cartão de crédito de 3.000 reais. Na verdade, não é tanta grana, mas para aquela época, para mim era (Carlos, homem cisgênero, gay e venezuelano).

Agora estou trabalhando como correspondente bancário. Eu amo trabalhar com isso, é uma área que eu gosto. Então, a gente trabalha diretamente com toda a parte creditícia, né? Tanto refinanciamento como novos empréstimos, cartões consignados. A gente também trabalha com alguns empréstimos pessoais. Mas vai depender também do tipo de banco com que a gente vai trabalhar. Mas basicamente seria isso com a população aposentada do INSS e também com as pessoas federais (Carlos, homem cisgênero, gay e venezuelano).

Além disso, é importante destacar que o trabalho não está separado da dimensão afetiva das trajetórias migratórias. A escolha de empregos, a permanência em determinadas cidades e os vínculos estabelecidos nos espaços laborais são atravessados por relações de afeto, desejo, medo e pertencimento. Isso nos obriga a pensar o trabalho não apenas como instância econômica, mas como território simbólico e político onde se jogam inúmeras questões

Portanto, compreender o trabalho na vida de migrantes e refugiados LGBTI exige atenção aos atravessamentos interseccionais que marcam essas existências. Exige, ainda, considerar o quanto essas pessoas resistem, reinventam-se e produzem novas formas de viver, mesmo quando o mundo insiste em lhes negar o direito ao reconhecimento. A luta pelo sustento, nesse contexto, é também uma luta por dignidade, por visibilidade e por pertencimento.

4.3.3. Família e rede de apoio

Embora os migrantes e refugiados tenham migrado para possivelmente escapar do controle e da vigilância familiar, como já abordamos anteriormente, depois de um tempo no Brasil, alguns deles revelaram o desejo de trazer sua família. Nesse sentido, o depoimento de Carlos deixa isso bem nítido:

Eu era um rei. Porque até quando eu recebi meu primeiro salário também eu trabalhei como garçom naquela época. E eu trabalhava com umas boas comissões, ganhava muita gorjeta. E eu acho que também foi pelo fato de ser estrangeiro e ter aquela coisa de falar com o cliente. E eu gosto de falar com pessoas nessa parte. Então, muitas coisas aconteceram. E também fez uma questão mais engraçada. E eu falei com minha família para trazer eles. Sabe porquê? Já naquela época eu tinha dinheiro para pagar passagens de avião para meus pais, pelo menos os dois eu tinha para pagar um apartamento maior. E tudo que tem a ver com a questão para se manter aqui um tempo, sabe? Eu conseguia sustentar só eu. Só que aí aconteceu que ninguém da minha família queria vir. Não pelo fato de que eu fosse gay, senão porque eles tinham medo, sabe? Eles tinha medo. (Carlos, homem cisgênero, gay e venezuelano).

Tem essa questão de que era só outro país. Era também o fato que outra língua entendeu outro idioma. Eles não sabiam, não souberam. Naquela época, tudo o que eu vivenciei, tudo o que eu passei, toda a minha jornada nesse momento. Daí depois, com o tempo, quase três anos depois, que já meu ouvido ia estourar de tanta crítica que eles fizeram comigo e eu resolvi falar a minha verdade, a minha realidade naquele momento. E daí eu contei para eles Olha, foi assim, assim, assim. Aconteceu isso. Eu passei por essa situação. Vocês acham que porque o idioma vocês não vão conseguir? Se eu consegui, eu passei toda essa situação, porque vocês não vão conseguir? Se vocês não vão chegar no abrigo, vocês não vão morar na rua, vocês não vão pedir comida, vocês não vão passar fome, vocês vão chegar diretamente num apartamento já abastecido com mercado. Eu já tenho aqui. Computador eu tenho. Eu falei para minha mãe: Olha, tenho aqui uma máquina de lavar roupas para você. Tenho uma geladeira para você. Você quer comprar roupa? Você compra roupa para você? Entendeu? Mas vocês não querem porque vocês têm medo. Aí, depois, o que aconteceu? Depois eu soube também que eles não queriam morar comigo porque eu morava com meu namorado. Entendeu? E aí eu falei Então tá. Se ninguém quer para mim. Falei assim então tá (Carlos, homem cisgênero, gay e venezuelano).

Inicialmente, Carlos afirmou que a recusa de seus familiares em aceitar o convite para virem ao Brasil não estaria relacionada à sua orientação sexual, mas sim ao medo do desconhecido, especialmente da barreira linguística e das inseguranças associadas a um novo país. Seu relato, no entanto, revelou posteriormente camadas mais profundas. Ao narrar que, naquele momento, já possuía recursos suficientes para oferecer à família uma vida digna, com moradia, alimentação e conforto, Carlos pareceu acreditar que seu sucesso

financeiro poderia, de alguma forma, facilitar uma reaproximação ou até uma maior aceitação por parte dos seus pais. No entanto, com o tempo, ele percebeu que a recusa escondia também um julgamento moral velado: a resistência em dividir o mesmo teto com seu namorado. A revelação de que a convivência com um casal gay seria um empecilho mostra que, ainda que a justificativa inicial fosse o medo da mudança e do idioma, a homofobia persistia como pano de fundo.

Assim, o relato de Carlos escancara a complexa intersecção entre autonomia econômica, sexualidade e pertencimento familiar, evidenciando que, mesmo quando há condições materiais para acolher, o afeto e a aceitação continuam sendo mediados por normas morais e preconceitos profundamente enraizados. A seguir destacamos uma fala de Carlos em que ele deixa nítido a sua complexa relação com a família antes de vir para o Brasil:

E aí também tem aquela coisa, por exemplo, voltando um pouco na questão da homofobia, né? Eu sou o segundo mais velho da minha família, dos primos e basicamente fui eu, em conjunto com o outro primo, que a gente criou, basicamente, todos nossos primos menores, sabe? De que cuidar, ficar de olho. E que fizeram meus tios depois que souberam que eu era gay? Eles não deixavam que eu pegasse meus primos, tipo abraçar ou brincar com eles. Nada. Daí eu percebi tudo isso, sabe? Eu tive que fazer um trabalho que tu não tem ideia para mexer no psicológico e não só o psicológico. Era muito, muito difícil, não é fácil se sentir afastado de tudo, até da própria família, não sentir aquele apoio. Você não sabe realmente o que vai acontecer. Tanto que eu, naquela época, tentei duas vezes suicídio. Porque eu mesmo não me aceitava, por outro lado, a minha família, era extremamente católica. Então, você sabe, catolicismo misturado com tudo isso, então... Então, a minha saída da Venezuela foi uma mistura dessas coisas. Porque a minha situação não era a mesma que as outras pessoas. Pelo fato de ser gay e que eu nunca iria ser aceito no meu país, né? E até para conseguir emprego era meio complicado, sabe? Então a gente sempre tinha que ter aquele jeito de homem, jeito sério, homem do jeito de falar tudo (Carlos, homem cisgênero, gay e venezuelano).

A difícil aceitação da orientação sexual de Carlos por parte de sua família ainda na Venezuela revela o quanto os laços familiares, embora permeados por afeto e cuidado, também podem operar como dispositivos de controle moral e disciplinamento dos corpos e das subjetividades dissidentes. Mesmo após alcançar autonomia financeira no Brasil e estar disposto a oferecer conforto e segurança à sua família, Carlos se depara com barreiras que não são apenas logísticas ou culturais, mas preconceituosas e discriminatórias.

O afastamento forçado de seus primos, a vigilância sobre suas expressões afetivas e o silenciamento de sua orientação sexual são marcas de uma homofobia internalizada no núcleo familiar e sustentada por valores religiosos e sociais conservadores. Assim, o relato de Carlos nos mostra que a migração/afastamento não foi suficientemente forte para vencer a homofobia familiar, infelizmente as feridas seguiram abertas, demonstrando que, para muitos migrantes e refugiados LGBTI, a construção de um novo lar passa não apenas pela conquista material, mas também por um processo contínuo de afirmação, resistência e reinvenção diante do abandono e da rejeição.

Ernesto, por sua vez, revela no seu relato o incômodo que sentiu ao visitar a família na Colômbia:

Ah, não sei. Mas eu posso te falar assim da minha impressão, dessa última vez que eu fui [na Colômbia]. Eu achei que não mudou absolutamente nada na minha cidade. Não porque eles ficavam me olhando,

eles ficavam assim, encarando assim, Tipo, eu não tinha feito a transição, mas eu já tinha essa leitura masculina, então as pessoas ficavam assim, tipo, estranhando. Porque essa pessoa tá assim, porque que ela se veste assim? Sim, porque que ele anda assim? Ele não segue um padrão estranho? As vezes eu não me senti bem, sabe? Depois dessa vez eu falei: ah, não, prefiro não voltar (Ernesto, homem transexual, heterossexual, colombiano).

O depoimento de Ernesto revela a decisão de romper os laços com a Colômbia diante do estranhamento que causou ao visitar a sua cidade. Ele demonstra na sua fala o quanto se sentiu hostilizado e pouco acolhido no seu próprio país. Por sua vez, revela a boa relação que tem com o irmão que mora na Flórida (EUA):

Ah, de boa, acho super, super de boa [relação com os irmãos]. Eu tenho um irmão que a gente é assim [sinaliza com os dedos que são próximos]. A gente é muito amigo, muito amigo mesmo. Ai, ele adora o Rio, ele e já considerou várias vezes a possibilidade dele de largar a Flórida pra vir morar aqui (Ernesto, homem transexual, heterossexual, colombiano).

O relato de Ernesto evidencia os impactos subjetivos da rejeição social vivenciada em seu país de origem e como isso afeta a possibilidade de pertencimento e retorno. Ao descrever o desconforto que sentiu ao visitar a Colômbia, onde foi alvo de olhares inquisidores e questionamentos silenciosos sobre sua identidade de gênero, Ernesto revela como a transição de gênero, mesmo não concluída à época, já despertava reações de estranhamento que tornaram aquele ambiente insuportável. Sua decisão de não voltar mais ao país não decorre apenas de fatores econômicos ou políticos, mas de uma percepção íntima de não reconhecimento e não acolhimento em seu próprio lugar de origem.

Ao mesmo tempo, ele contrapõe esse cenário hostil com a relação afetiva sólida com o irmão que vive na Flórida, revelando que os vínculos familiares, embora seletivos, ainda podem ser fontes de apoio e conexão. A fala de Ernesto nos convida a pensar como o pertencimento e o sentimento de "casa" não estão necessariamente atrelados à nacionalidade, mas sim à possibilidade de ser reconhecido e respeitado em sua identidade, algo que, paradoxalmente, ele parece encontrar mais facilmente no Brasil do que em sua própria cidade natal. Ele deixa isso claro no relato a seguir:

Eu ganhei uma família incrível no Rio. Antes da pandemia eu conheci uma menina e a gente está junto desde então. Essa é a minha namorada hoje em dia. Porque eu tava sozinho, Eu não tinha acabado de me mudar, então eu estava comprando as coisas da casa. Eu não tinha geladeira, não tinha um fogão, eu tava montando a casa e começou aquele negócio da pandemia que é lockdown. Eu não tinha como fazer lockdown, não tinha. E porque eu estava trabalhando, mas eu estava juntando o dinheiro pra comprar a geladeira. Eu ainda não tinha geladeira, então ela me chamou pra vir pra passar o Natal aqui. E eu nunca mais saí. A gente tá junto esse tempo todo assim. Então eu ganhei uma família incrível, porque eu tenho ela, tem os gatinhos dela e tenho meus sogros que são ótimos (Ernesto, homem transexual, heterossexual, colombiano).

O depoimento de Ernesto revela que ele não apenas ganhou um novo país, mas também ganhou uma nova família no Brasil. Ele ganhou apoio, aceitação e amor.

Benitez, por sua vez, trouxe a família para o Brasil. Ele veio ao Brasil com a ajuda de uma tia que já morava em Brasília. Depois de se instalar trouxe o restante da família, conforme relato a seguir:

Na época todo mundo estava indo pra Colômbia e também tinha várias opções, porém não era muito viável porque tinha muita xenofobia. Então, assim, era muito complicado. Aí eu pensei bastante, sabe? Aí minha família já morava na época aqui em Brasília. Aí eles moravam aqui. Então, assim, eles ofereceram para mim a oportunidade de me receber aqui. E eu decidi vir. Eu lembro que, na época, os únicos venezuelanos que eu conhecia próximo era só minha família. Agora tem vários

Minha mãe mora comigo, Eu trouxe, minha mãe e minha irmã. Minha tia, irmã dela, que são três irmãs, Uma veio primeiro, depois eu vim, veio minha mãe e depois veio minha outra tia. Quando a tua família é muito unida ela vem independentemente da situação no país (Benitez, homem cisgênero, gay, venezuelano).

Apesar de parecer ser bem resolvido com a sua orientação sexual e de sua família parecer aceitar bem a sua sexualidade, as falas de Benitez revelam uma busca por aceitação dentro de sua própria casa. Ao analisar os depoimentos dos entrevistados, notei que dos quatro migrantes ele é o que tem o discurso mais moralista e talvez isso explique a sua relação menos conflituosa com a família. Abaixo destaco algumas falas:

Eu não tenho muito contato com as pessoas venezuelanas, não. Vai ser meio esquisito, mas tudo bem. Eu tenho um amigo conhecido, na verdade, porque ele é gay venezuelano. Eu conheci ele. Eu não vou lembrar. Eu acho que alguém me apresentou a ele e a gente trocou uma ideia e tal. E como a gente é do mesmo país, a gente se deu muito bem. E aí, o que acontece? A gente fez amizade. A gente já saiu várias vezes e tal, mas não é aquela amizade de amigo, vai no final de semana pra tal local. Tipo assim, a gente se encontra nas baladas por acaso, por acaso e tal, a gente se cumprimenta e tal. Mas nada demais. Eu até comemorei, no ano passado, o aniversário dele porque os amigos dele me chamaram e tal e tudo mais.

Sabe por quê não me relaciono com outros venezuelanos? Porque eu já vi outros venezuelanos nas redes sociais. E é tipo assim quando você sabe que é venezuelano a pessoa. Eu acho isso patético. Acho ridículo. A pessoa já te olha assim, com uma cara tipo como se ele fosse. Como se ele fosse o único que tá aqui, entendeu? É muito engraçado. É, cara, é absurdo. Eu acho muito engraçado, até porque até inclusive meu amigo, esse aqui que eu tô te comentando, incluindo aquele que eu conheci no aplicativo é outro que eu conheço só de olhar, tipo, eles seguem o mesmo padrão nas redes sociais, entendeu? Ficar pelado no Instagram mesmo, sabe? Sério. Eu acho que ele foi banido, porque eu não vi mais ele. Aí o outro ele fica falando em português e fica fazendo vídeo como se fosse influencer. Ah, o outro também. O outro fica fazendo assim tipo e se tivesse um corpo sarado? Até que eu aceitaria. Mas tadinho dele. Eu acho que ninguém ainda falou pra ele. Aí gente, a gente tem que ser muito realista, tipo a verdade, sabe? É uma carência de chamar atenção simples

Amigos, amigos eu não tenho. Eu tenho amigos de balada. O meu melhor amigo brasileiro é uma exceção. Ele é o único e eu ainda fico pensando se eu coloco a minha mão no fogo por ele. Eu ainda fico meio desconfiado. Mas assim é o que mais se aproxima. Tem uma amizade sincera que eu considerei, até porque ele me ajudou muito no processo, entendeu? Então, pode ser até ingratidão (Benitez, homem cisgênero, gay, venezuelano).

Os relatos de Benitez revela uma experiência de migração marcada por um forte vínculo familiar e um relativo amparo afetivo. A decisão de trazer a mãe e a irmã, assim como a presença prévia de uma tia em Brasília, sinaliza uma dinâmica de família transnacional que atua como rede de apoio e refúgio diante da precariedade enfrentada por muitos migrantes. No entanto, apesar dessa estrutura de suporte, suas falas revelam uma certa rigidez moral, especialmente em relação a outros venezuelanos LGBTI, que ele critica duramente. Tal postura parece refletir uma tentativa de se diferenciar e se preservar dentro de um modelo de respeitabilidade, talvez como forma de manter a aceitação familiar ou de se proteger dos estigmas frequentemente atribuídos aos corpos dissidentes. A dificuldade de criar laços profundos de amizade, a

desconfiança constante e o tom moralista nas suas observações sugerem que, mesmo diante de um contexto aparentemente mais estável, Benitez carrega marcas de uma subjetividade atravessada por normas conservadoras, internalizadas ao longo de sua trajetória.

Na sua fala ele evidencia como o pertencimento, seja nacional, familiar ou comunitário, nem sempre é sinônimo de acolhimento pleno, e como, muitas vezes, a resistência se manifesta de forma ambígua: ora na reafirmação de vínculos, ora no distanciamento seletivo daqueles que refletem aspectos rejeitados de si mesmo, como já abordamos anteriormente uma homofobia internalizada revelada por uma busca por aceitação através do julgamento moral de quem vive uma homossexualidade diferente da sua. Nesse sentido, destaco:

A normalização do movimento *gay* esvazia seu potencial de crítica da ordem social e torna seus componentes reféns de formas coletivamente prescritas de comportamento. [...] O que levou esse ideal de uma vida criativa a ser colocado de lado e quase esquecido é o fato de que o horizonte de possibilidades foi estreitado pelo pânico moral diante da imagem socialmente construída do que seria o estilo de vida *gay* e as consequências de desagregação de valores e instituições que ele supostamente geraria. Esse medo gerou uma reação conservadora por parte dos grupos que se consideram socialmente ameaçados pelas transformações sociais e uma tendência conformista naqueles supostamente responsáveis pelas mudanças. [...] Frente a esse quadro desolador em que a relação entre pessoas do mesmo sexo sofre pressões de enquadramento e voluntariamente também busca se moldar aos interesses coletivos, vale recordar o que Foucault entrevia nessas relações: um experimento societário, um processo aberto à transformação, um estilo de vida que ia muito além do sexual. [...] Por trás dessas repreensões morais reside um desejo de impor o padrão social do *gay* dessexualizado, inserido em uma relação monogâmica com feições de heterossexualidade caricata e comungando dos valores hegemônicos da família, tradição e propriedade (Miskolci, 2013, p. 234 – 235).

O depoimento de Benitez revela os limites e contradições de uma inserção social mediada por valores heteronormativos. A convivência estreita com seus familiares parece lhe conferir segurança e estabilidade, mas também reforça uma performance de respeitabilidade e adequação às normas sociais que regulam o que é considerado um “bom imigrante” ou um “*gay* aceitável”. Suas críticas à expressão de outros venezuelanos LGBTI nas redes sociais, apontadas como “exageradas”, “ridículas” ou “carentes de atenção”, parecem revelar uma postura de distanciamento, que se aproxima do ideal do *gay* dessexualizado descrito por Miskolci (2013).

Em vez de se alinhar a uma ética da dissidência ou da pluralidade, Benitez parece buscar pertencimento por meio da conformidade a modelos tradicionais de comportamento, negando justamente aquilo que, segundo Foucault (2005), torna as relações entre pessoas do mesmo sexo potentes: sua capacidade de invenção, de experimentação e de abertura a outras formas de vida. Assim, sua trajetória ilumina as ambiguidades das subjetividades *queer* em trânsito, que ora desafiam, ora reproduzem os enquadramentos morais da sociedade, especialmente quando esses enquadramentos se tornam a condição (implícita ou explícita) para o afeto familiar, a aceitação social e o reconhecimento institucional.

A partir do que vimos até aqui, cumpre problematizarmos o conceito de famílias transnacionais quando falamos de migrantes e refugiados LGBTI. A literatura sobre famílias transnacionais muitas vezes parte de pressupostos heteronormativos, imaginando a família como um núcleo estável e solidário, com

vínculos afetivos e funcionais mantidos a despeito da distância física. Porém, no caso de sujeitos LGBTI, a migração pode representar não apenas uma separação geográfica, mas um rompimento simbólico com estruturas familiares marcadas pelo controle, pelo silêncio e pela rejeição. Ou seja, no caso de migrantes e refugiados dissidentes sexuais o rompimento dos laços familiares pode ser benéfico para a vivência da sexualidade e inclusive para a saúde mental.

Assim, é possível considerar que para muitos LGBTI migrantes e refugiados, a família de origem não é (e talvez nunca tenha sido) necessariamente um espaço de apoio ou proteção. Pelo contrário: pode ter sido o primeiro espaço de exclusão, marcado por violências simbólicas e até mesmo físicas. Além da família, a rede de sociabilidade desempenha um papel fundamental na experiência de migrantes e refugiados por OSIG, ela acolhe, apoia e protege uma população que muitas vezes invisibilizada. Laços de amizade, afeto, militância e apoio mútuo ajudam a atenuar os efeitos da exclusão e da solidão, proporcionando pertencimento e sentido de comunidade em territórios inicialmente hostis.

Além disso, essas redes são importantes canais de acesso a informações, oportunidades de trabalho, moradia e saúde, atuando como formas de resistência cotidiana frente às normatividades que tentam silenciar ou marginalizar os corpos dissidentes em mobilidade. A seguir veremos alguns relatos a respeito a relevância dessas redes:

Mas deu bem, graças a Deus. Eu sou extremamente agradecido ao Rodrigo, que é o nome da pessoa que recebeu a gente aqui. Ele mora em Taguatinga. Ele se portou muito, muito bem, extremamente bem. Nossa, ele foi maravilhoso. Ele se importou tanto que ele procurou o trabalho para a gente. Ele já tinha roupas para a gente. Ele não permitiu que a gente procurasse trabalho no primeiro mês, porque ele falou assim: olha, eu não quero que vocês trabalhem no primeiro mês, tá bom? Eu falei: uai, como assim? A gente precisa procurar trabalho não sei o quê e tal. E ele disse: não, você sabe por quê? Porque vocês já passaram por tanta coisa e vocês não sabem nem o que que é curtir. No primeiro dia a gente conheceu a família dele. Depois, ele levou a gente em Águas Claras. Ele falou assim: olha, Águas Claras, é bonito. Lógico, não é Plano Piloto. Não é a mesma coisa. Mas olha aqui a diferença aqui. E ele nos levou para comer *hotdog* lá na frente da estação. Aí foi tão bom, foi tão diferente. E o mês inteiro foi desse jeito. Ele falou: olha aqui perto, próximo está o Parque de Águas Claras. Conheçam, aí, depois desse mês, se importam por procurar um emprego. Mas relaxa com o emprego. Vou ajudar vocês. E realmente, o primeiro emprego foi graças a ele. Foi em Águas Claras que consegui meu primeiro emprego (Carlos, homem cisgênero, gay e venezuelano).

Hoje eu estou morando atualmente com meu namorado. Ele é brasileiro, então ele é brasileiro, ele é brasileiro aqui de Brasília. E foi por causa dele que eu trouxe meu irmão, Porque foi ele que me insistiu demais para trazer meu irmão (Carlos, homem cisgênero, gay e venezuelano).

Porque eu, como eu conheci uma menina, então eu não tava só, Eu não me sentia só e ela me ajudava, me apresentava pessoas. Ela, Ela me ajudou bastante. Eu conheci ela aqui no Rio do nada. Porque eu gostava assim de sair. Aí a gente ficou conversando. Aí conversando e conversando, foi evoluindo. Eu não me senti só. Realmente eu me sentia muito mais só na Flórida, sem dúvida (Ernesto, homem transexual, heterossexual, colombiano).

Estava pesquisando se se tinha algum lugar que eu pudesse conhecer outras pessoas migrantes. E aí apareceu essa [ONG Movimento]. Eu gostei muito assim do porque acho que ela é a única aqui no Rio que trabalha com LGBT migrante. Foi por isso aí eu fui lá, é super acolhedor, e eu já me senti em casa assim de primeira (Ernesto, homem transexual, heterossexual, colombiano).

Os relatos apresentados evidenciam que, para além do suporte institucional ou da presença familiar, a construção de redes de sociabilidade é decisiva para a sobrevivência e o bem-estar de migrantes e refugiados LGBTI. Essas redes, muitas vezes invisíveis, não apenas oferecem suporte material, como moradia e emprego, mas também são fontes fundamentais de afeto, reconhecimento e reconstrução da autoestima. Aqui destaco o que segue:

Quando perguntamos o que torna possível o reconhecimento, descobrimos que não pode ser simplesmente o outro capaz de me conhecer e me reconhecer como dotada de um talento ou uma capacidade especial, pois esse outro também terá de se basear em certos critérios, ainda que apenas implicitamente, para estabelecer o que será e não será reconhecível sobre o si-mesmo para todos, um quadro de referência também para me ver e julgar quem sou. Nesse sentido, o outro confere reconhecimento – e resta-nos saber precisamente no que isso consiste – primariamente em virtude de capacidades internas especiais para discernir quem eu posso ser, para ler meu rosto. [...] Por exemplo, se tivermos de responder eticamente a um rosto humano, primeiro tem de haver um quadro de referências para o humano que possa incluir qualquer número de variações como instâncias disponíveis. Mas, tendo em vista o quanto a representação visual do “humano” é discutida, talvez pareça que nossa capacidade de responder a um rosto como rosto humano seja condicionada e mediada por quadros de referência variavelmente humanizadores e desumanizadores (Butler, 2017, p. 42- 43).

A generosidade de pessoas como Rodrigo, o apoio de parceiros afetivos, amizades inesperadas e o acolhimento de organizações da sociedade civil formam um tecido de cuidado que resiste às múltiplas formas de exclusão.

Neste sentido, Butler (2017) nos convida a refletir sobre os quadros de referência que tornam possível o reconhecimento do outro como humano. Em contextos marcados por migração, sexualidade dissidente e deslocamentos forçados, esse reconhecimento torna-se ainda mais precário e disputado. As conexões formadas pelos migrantes demonstram que o acolhimento real se concretiza nas relações cotidianas, onde empatia e solidariedade transformam experiências de dor e deslocamento em possibilidades de pertencimento e reinvenção. Essas redes de sociabilidade não apenas funcionam como estratégias de sobrevivência, mas operam também como práticas micropolíticas de humanidade, mediando formas de reconhecimento e ampliando os limites do que é considerado uma “vida digna de ser vivida” no novo território.

Como aponta Butler (2017), o reconhecimento não é um dado, mas um processo relacional, sustentado por olhares, gestos, afetos e pela disposição ética de ver no outro a possibilidade de uma vida que importa. Assim, cada laço construído se torna um ato político de resistência e afirmação diante de um mundo que, tantas vezes, nega a esses sujeitos o direito de simplesmente existir.

4.4. Resistências e Reexistências

Conforme nos ensinou Foucault (2006), o poder não é uma entidade fixa e centralizada, mas um conjunto dinâmico de relações que atravessam todos os níveis sociais e se manifestam nos encontros cotidianos. Ele não é apenas repressivo, mas também produtivo, fabricando subjetividades, saberes e práticas.

No contexto da migração e do refúgio da população LGBTI, essa dinâmica torna-se particularmente evidente: desde a chegada ao país de destino, passando pelo acolhimento inicial, os processos de triagem e interiorização, até as interações com os compatriotas e os nacionais, cada relação está permeada por jogos de poder, disputas silenciosas, negociações explícitas, violências simbólicas e corporais, e possibilidades de resistência.

Para Foucault (2006) as relações de poder estão disseminadas na sociedade assim como os pequenos enfrentamentos e as microlutas decorrentes dessas relações. Muitas vezes, esses conflitos envolvem grandes poderes de Estado, contudo, em sentido inverso a dominação de classe e as estruturas estatais só podem funcionar se há na base pequenas relações de Poder.

Nesse sentido, nos relatos dos migrantes e refugiados LGBTI identifiquei táticas de resistência utilizadas no decorrer das suas trajetórias que reforçam esse argumento de Foucault (2006). Alguns migrantes e refugiados LGBTI entrevistados recorreram ao silêncio, como proteção; outros, à militância e ao ativismo. Há quem encontre na afetividade e na construção de novas redes uma forma de reexistência. A formação de coletivos dentro dos abrigos, o casamento com o companheiro para ter acesso a mais direitos, e o engajamento com movimentos sociais locais mostram que, mesmo diante da precariedade extrema, os sujeitos produzem modos de habitar o mundo de maneira afirmativa. Como relata Carlos:

Perto da rodoviária estava o posto de triagem dos militares. Em frente dos militares estava um restaurante. Ai de noite ficava um monte de gente dormindo ali. O que a gente fazia? Meu namorado não podia ficar muito tempo dormindo na rua. Só que assim, ele fez amizade com algumas pessoas lá dentro do abrigo. Então ele fingia que dormia no abrigo para ele não perder a vaga e conseguiu emprestado com outras pessoas que ele conheceu, uma barraca pequenininha e um banquinho, um colchão, colchonete, um colchonete bem pequenininho. E a gente dormia era dentro dessa barraquinha, nesse ponto, com esse montão de pessoas ali dormindo (Carlos, homem cisgênero, gay e venezuelano).

Mais adiante ele relata um episódio de enfrentamento dentro do abrigo:

Então a mulher que eu falei perdeu a vaga no abrigo para nós. Porque estávamos sendo ameaçados. Mas o ressentimento ficou centrado nela. Então, quando ela conseguiu entrar, ela só olhava para a gente, ficava com uma cara, um ódio que era principalmente para meu ex-namorado, porque meu ex-namorado, como já falei, ele era extremamente grosso naquela época e ele não se importava com a cara dela. E ele te fala as coisas assim porque atualmente a gente tem uma amizade meio que, né? Meio longa assim, tu para lá e eu aqui. Mas tem essa questão que ele não se importava. Tanto que ele um dia, porque a gente soube que ela estava falando coisas sobre nós, estava falando merda da gente. Desculpa os palavrões, mas aí ela estava falando um monte de coisas da gente. E aí ele soube e ele foi diretamente nela e disse: olha, para de ficar falando coisas da gente que a gente não está se intrometendo no teu relacionamento. A gente não está procurando ter problemas contigo nem nada. E outra, tu não percebeu, mas teu marido é viado, viu? Então se teu marido escorregar eu vou comer ele, tá bom desse jeito? Ele falou para ela, entendeu? E claro, ele me falou que ele tinha falado isso. Aí ela parou de falar. Entendeu? Porque ela descobriu depois que realmente o cara era bissexual (Carlos, homem cisgênero, gay e venezuelano).

Também relata alianças:

Não, não tinha abrigo exclusivo só para LGBTI. O abrigo onde eu estava morando naquela época tinha casais gays, héteros, pessoas sozinhas e solteiros. Tinha de tudo. Até tinha pessoas de terceira idade. Tinha pessoas da Colômbia. Conheci ali um cara que era do Trinidad e Tobago também. Morava ali também no abrigo. Ele, tadinho, nem falava nem português, nem espanhol. Ele falava inglês. E aí era

essa mistura, Entendeu? Mas assim, dentro desse abrigo, a gente fez uma comunidade de LGBT. A gente se defendia, estudava português, procurava leis para se defender tanto xenofobia, homofobia e tudo isso (Carlos, homem cisgênero, gay e venezuelano).

O casamento com o namorado para ter mais acesso a benefícios:

Casamos dentro do abrigo porque a gente teve que mostrar quando a gente ia para a viagem (interiorização). Tudo para a viagem, para fazer qualquer tipo de procedimento legal e algum benefício. Até, inclusive para receber benefícios como roupas e outras coisas mais. Produtos de higiene. Sempre quando era casal, a quantidade era maior. São duas pessoas. Então, na primeira vez a gente recebeu por separado. Era bem poucas as coisas que a gente recebia. A gente foi e falou olha a gente, casal que acontece, tá? Vocês são um casal de boca, entendeu? Vocês precisam mostrar em documento, em documentação que vocês são casados, que vocês são um casal, entendeu? Vocês são um casal homoafetivo. Tem que mostrar. Foi por isso que a gente acelerou todo o procedimento, porque a gente não tinha previsão de se casar (Carlos, homem cisgênero, gay e venezuelano).

Já Juan, revela que no abrigo era proibido tomar banho, mas que os imigrantes tinham suas estratégias:

Em Boa Vista o abrigo já era um pouco mais restrito, porque você não tem cama. Você pode sair umas 08h00, fazer a fila da alimentação, depois ficar por aí, depois a fila do almoço. Se você precisava lavar roupa. Tem agente de Cáritas. Tem um centro comunitário de Cáritas na Boa Vista. E tem algumas igrejas também. Aí você podia tomar banho, você pode lavar roupa. No abrigo a gente tomava banho, mas muito escondido, porque não permitia tomar banho. Só para fazer necessidades e fazer xixi. Mas você precisava ir a outros lugares para fazer esse tipo de coisa. Sabe o que é engraçado? Que é a primeira vez que eu estou contando todo esse negócio para alguém (Juan, homem cisgênero, gay e venezuelano).

Ernesto destaca a importância do movimento social:

Esse foi bem interessante porque eu passei muitos anos sem interagir com outros migrantes. Muitos anos mesmo. Eu já devia ter uns de dois anos pra cá que eu tô começando assim, a interagir e fazer parte mesmo da ONG [Movimento]. Mas antes. Antes era eu. Não, realmente eu não conhecia. Eu não sabia onde. Agora eu vou. Eu estou tentando ir toda semana, porque têm atividades. Tem teatro. Ah, tem reuniões para tomar decisões assim, tem passeios, tem comemoração. Isso é muito importante. Se eu soubesse que tinha ONGs como essa, nossa, não teria sofrido nem metade do que passei (Ernesto, homem transexual, heterossexual, colombiano).

A partir dos relatos trazidos acima, percebi que os processos de migração e refúgio dos entrevistados não são apenas trajetórias de deslocamento territorial, mas experiências profundamente marcadas por relações de poder e por práticas de resistência.

Assim, como Foucault (2006) diz que, não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável, percebi que os migrantes e refugiados LGBTI entrevistados acionaram múltiplas táticas, para enfrentar as imposições normativas e as exclusões a que foram submetidos. Se por um lado, se veem atravessados por dinâmicas de dominação, sejam elas institucionais, sociais ou interpessoais, por outro, essas experiências também evidenciam formas criativas e afirmativas de resistência: a criação de coletivos nos abrigos, os casamentos estratégicos para acessar direitos, as redes de apoio espontâneas, as pequenas alianças que possibilitam a sobrevivência e o florescimento. Sobre essas formas criativas de resistência destacamos:

No livro *A invenção do cotidiano*, de Certeau, procura observar como o espaço, apesar de ser um ambiente geometricamente racionalizado por forças reguladoras, pode ser utilizado, ressignificado e atualizado pelo caminhante. Segundo ele, o ato de caminharmos por ruas, fazermos escolhas enquanto percorremos trechos e usarmos atalhos para encurtar percursos ou ganharmos tempo pode ser pensado como uma resistência criativa vivida no cotidiano urbano. Afinal, estaríamos reapropriando, subjetivamente, o espaço urbano sem, todavia, destituir o seu domínio cartográfico. Mobilidade, portanto, seria uma microrresistência criativa que permite ao sujeito habitual fugir da disciplina racional e das proibições que imperam sobre o espaço social (Dias, 2017, p. 667 – 668).

Essas práticas encarnam o que Foucault concebe como a dimensão produtiva do poder capaz de engendrar sujeitos, modos de vida e saberes próprios e ilustram a potência dos deslocamentos como espaços de reconfiguração subjetiva e social. Ao mesmo tempo, revelam que o enfrentamento à LGBTfobia, ao racismo, à xenofobia e à precarização não se dá apenas por meio de grandes movimentos, mas também nos gestos discretos, nos laços afetivos e na insistência cotidiana de afirmar a existência. O atalho as vezes é o melhor caminho.

4.5. “Eu já tenho aquele poder”

O processo migratório, ao mesmo tempo em que impõe rupturas e desafios, também pode inaugurar novas possibilidades de existência. Para muitos migrantes e refugiados LGBTI, a chegada ao Brasil marca o início de uma etapa de reconstrução de si, na qual o passado, atravessado por violências e silenciamentos, dá lugar à busca por autonomia, expressão e pertencimento.

Nesta seção final, quis trazer a narrativa de Carlos, ela permite compreender como a migração se transforma em um ponto de virada na trajetória desses migrantes e refugiados, onde dor da travessia se converte, pouco a pouco, em potência de reinvenção e afirmação da própria identidade.

Olha esse Carlos que atualmente que tá falando contigo, assim, eu ainda tenho muitas inseguranças, existe muita insegurança, existe muitas dúvidas e medos. Mas eu posso dizer com certeza que atualmente sou extremamente forte. Eu percebi que eu sou extremamente foda também demais e também percebi que também sou muito corajoso, sabe? Porque esse Carlos que atualmente está falando contigo, pelo menos não teria ideia que iria passar por todas as situações que ele passou. Acho que sou uma pessoa totalmente diferente. Não sei se renovado. Muito mais livre e mais leve de tudo. Já não fico com aquela questão de me guardar o que estou sentindo, as raivas e tudo demais, sabe? Eu já posso me expressar, posso dizer com certeza. E mais ainda se alguém vem com algum preconceito comigo, eu já tenho aquele poder para poder responder com educação, com delicadeza, sim. E se vem com aquela questão de homofobia, eu falo: ué, mas não é teu problema, entendeu? Então, acho que sou mais forte atualmente (Carlos, homem cisgênero, gay e venezuelano).

A fala de Carlos não deve ser lida como uma romantização do sofrimento vivido, mas como a expressão de uma transformação subjetiva marcada pela travessia migratória e pelos enfrentamentos cotidianos que ela impôs.

Seu relato revela o modo como a experiência do deslocamento, embora atravessada por violências e privações, também operou como um processo de reelaboração de si, permitindo-lhe construir novas formas de existência e de posicionamento no mundo.

Ao dizer que se sente “mais forte”, “mais corajoso” e capaz de responder a atos de homofobia com firmeza e delicadeza, Carlos reconhece que sua trajetória migratória foi também um caminho de reinvenção pessoal. Aquele menino intimidado pela violência e pela discriminação ficou no passado.

Nesse sentido, Carlos confirma o que já anunciávamos: que as trajetórias de migrantes e refugiados LGBTI entrevistados são também trajetórias de subjetivação, nas quais o desejo, o afeto e a identidade se reorganizam frente às violências estruturais e às oportunidades de novos começos. A migração, longe de ser um fim, torna-se, para muitos, um ponto de inflexão em que o passado e o futuro se tocam e se ressignificam.

Assim, a “nova vida” de Carlos simboliza mais do que a adaptação a um novo país: representa a conquista de um espaço de liberdade, ainda que permeado por incertezas e contradições. Sua trajetória revela que o deslocamento não apaga as marcas da violência, mas pode trazer um novo sentido, transformando-as em força e autoconhecimento. Nesse processo, o ato de migrar se revela como um exercício contínuo de resistência e criação de novos modos de existir, um recomeço que, mais do que geográfico, é profundamente subjetivo e político.

CAPÍTULO 5 - CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo compreender as trajetórias de violências e resistências de quatro migrantes e refugiados LGBTI, três venezuelanos e um colombiano, que chegaram ao Brasil entre 2020 e 2022 e atualmente residem nas cidades de Brasília e do Rio de Janeiro. A partir de entrevistas, buscou-se investigar como esses sujeitos vivenciaram sua sexualidade e identidade de gênero em seus países de origem, como enfrentaram a homotransfobia, de que modo se (re)configuraram no contexto brasileiro e quais foram suas estratégias de adaptação, especialmente nas dimensões do trabalho, da linguagem, das redes de apoio e da vida familiar. Esses objetivos orientaram a pesquisa no sentido de iluminar experiências singulares e, ao mesmo tempo, estruturalmente atravessadas pelas dinâmicas de exclusão e resistência que marcam a migração LGBTI.

As análises revelaram que a homotransfobia constitui um elemento transversal e determinante nas trajetórias investigadas. A rejeição familiar, a vigilância comunitária, o medo de agressões e o controle moral e religioso foram fatores que impulsionaram a decisão de migrar, transformando o deslocamento em uma fuga da violência e, simultaneamente, em uma busca por reconhecimento e liberdade. No entanto, a chegada ao Brasil não significou o fim dessas tensões: a precariedade laboral, a informalidade e a falta de oportunidades reproduzem, sob novas formas, antigas estruturas de exclusão. Ainda assim, os relatos demonstraram que é justamente no trabalho que muitos constroem espaços de resistência e dignidade, aprendendo a língua, tecendo vínculos e exercitando uma nova forma de pertencimento social e cultural.

Outro aspecto central identificado foi a importância da linguagem e dos elementos simbólicos no processo de integração. A língua portuguesa, inicialmente percebida como barreira, revelou-se também um instrumento de reconstrução identitária e de inserção no país de acolhida. Pequenos gestos e sinais, como o uso do broche de arco-íris por agentes de acolhimento, mostraram-se potentes no reconhecimento e na aproximação com os migrantes LGBTI.

Por outro lado, constatou-se o desconhecimento sobre o direito ao refúgio com base na orientação sexual e identidade de gênero, o que expõe a fragilidade das políticas públicas e a ausência de informação adequada. Essa invisibilidade institucional reforça a marginalização dessa população e evidencia a necessidade de maior articulação entre o campo acadêmico, o Estado e a sociedade civil.

As relações familiares e comunitárias também se mostraram complexas e ambíguas. Para alguns, a família de origem é fonte de rejeição e ruptura; para outros, permanece como espaço de afeto e apoio. Tal ambivalência exige repensar o conceito de “família transnacional” quando aplicado à população LGBTI migrante e refugiada, reconhecendo que, muitas vezes, é na rede de amigos, parceiros afetivos, organizações

da sociedade civil e coletivos LGBTI que se constroem as novas formas de cuidado e pertencimento. Essas redes, ainda que frágeis, configuram espaços de resistência, fundamentais à reconstrução da vida no Brasil.

Em síntese, a dissertação respondeu à pergunta que a originou: compreender as trajetórias de violências e resistências de migrantes e refugiados LGBTI no Brasil implica reconhecer o deslocamento não apenas como movimento geográfico, mas como um processo de subjetivação e reinvenção de si. As narrativas apresentadas mostram que, embora marcadas por dor e exclusão, elas são também testemunhos de coragem, criatividade e esperança. O Brasil surge, assim, como território ambíguo, simultaneamente de opressão e de liberdade, onde o desejo de existir plenamente desafia as estruturas normativas e produz novas formas de pertencimento e cidadania sexual.

Entretanto, esta pesquisa possui limitações que merecem ser destacadas. O número reduzido de entrevistados, concentrado em duas capitais, impede generalizações e revela a necessidade de ampliar o estudo para outras regiões e nacionalidades, bem como de incluir mulheres lésbicas, bissexuais e pessoas trans e não binárias para uma compreensão mais diversa das experiências migratórias. Além disso, o recorte temporal, entre 2020 e 2025, delimita um contexto específico, marcado pela pandemia e por tensões políticas que influenciaram os fluxos migratórios. Futuras investigações poderiam aprofundar o diálogo entre políticas migratórias e políticas LGBTI, explorando como o Estado brasileiro e os organismos internacionais respondem às demandas dessa população e de que maneira a sociedade civil pode fortalecer as redes de acolhimento e proteção.

Por fim, o que esta pesquisa demonstra é que, apesar das violências persistentes, migrantes e refugiados LGBTI insistem em existir, recriam suas subjetividades e afirmam-se como sujeitos históricos e políticos. Suas trajetórias, longe de se resumirem à fuga, são também projetos de vida que afirmam o direito de amar, trabalhar, falar e viver sem medo. Ouvi-los é reconhecer que a migração LGBTI não é apenas um tema marginal, mas um espelho das contradições e potências do nosso tempo.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Agência da ONU para refugiados. **Dados: refugiados no Brasil e no mundo**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/dados-refugiados-no-brasil-e-no-mundo>. Acesso em 15 ago. 2025.

ADELMAN, Miriam. Viajantes e migrantes: pessoas e teorias num mundo pós-colonial. In: MISKOLCI, Richard. (Org.) PELÚCIO, Larissa (Org.). **Discursos fora da ordem: Sexualidades, Saberes e Direitos**. São Paulo: Editora Annablume, Fapesp, 2012. p. 29 - 58.

ANDRADE, Vítor Lopes. *The British and South African Approaches to Asylum Based on Sexual Orientation and Gender Identity*. REMHU, **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 28, n. 59, p. 79-94, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005906>. Acesso em: 17 nov. 2024.

APPADURAI, Arjun. *Modernity at Large: The Cultural Consequences of Globalization*. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 1996.

_____. **O Medo ao Pequeno Número: Ensaio sobre a geografia da raiva**. São Paulo. Editora Iluminuras Limitada, 2009.

ARANGO, L. Família, trabajo e identidad de género. Analogias y contrastes entre dos categorías socio-profesionales en América Latina. In: ABRAMO, L.; ABREU, A. **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo, Rio de Janeiro, ALAST, 1998. (Série II Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho).

AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: EDUFAL e editora da UNESP. 2010.

BALBI, Henrique. Atlas da Violência: com quase um caso por hora, agressões contra população LGBTQIA+ aumentam 39,4% em um ano. O Globo. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/06/18/atlas-da-violencia-com-quase-um-caso-por-hora-agressoes-contra-populacao-lgbtqia-aumentam-394percent-em-um-ano.ghtml?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 02 mar. 2025.

BALDASSAR, Loretta. **Famílias transnacionais**. In: CAVALCANTI, Leonardo, BOTEGA, Tuíla, TONHATI, Tânia, ARAÚJO, Dina (Org.). **Dicionário Crítico de Migrações Internacionais**. Brasília: Editora da UnB. 2017, p. 317 – 325.

BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; SÃO BERNARDO, Mirelle Amaral de. **Língua de Acolhimento**. In: CAVALCANTI, Leonardo, BOTEGA, Tuíla, TONHATI, Tânia, ARAÚJO, Dina (Org.). **Dicionário Crítico de Migrações Internacionais**. Brasília: Editora da UnB. 2017, p. 434 – 437.

BENJAMIN, Walter. **O Contador de Histórias e Outros Textos**, Tradução: Georg Otte, Marcelo Backes e Patrícia Lavelle, São Paulo. Editora Hedra Ltda, 2009.

BENTO, Berenice. **Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação?** *Cadernos Pagu*, n. 53, e185305, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201800530005>. Acesso em: 26 set.2025

BILGE, Sirma. (2009), **Théorisations féministes de l'intersectionnalité**. *Diogenes*, 1 (225): 70-88.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia – história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 20ª edição – São Paulo. Companhia das Letras, 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério das Relações Exteriores. **Portaria Interministerial MJSP/MRE nº 51, de 27 de dezembro de 2024**.

BRYCESON, Deborah; VUORELA, Ulla (org.). **The Transnational Family: New European Frontiers and Global Networks**. Oxford: Berg, 2002.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"**. São Paulo: Crocodilo Edições: Edição do Kindle, 2019.

_____. **Vida Precária: Os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Edição Kindle, 2019.

_____. **A Vida Psíquica do Poder: teorias da sujeição**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

_____. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, S. L. **Relatório Anual OBMigra 2024**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2024. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2024/Relat%C3%B3rio_Anual/RELATORIO_ANUAL_24.pdf. Acesso em: 17 set. 2024.

CAVALCANTI, Leonardo; BOTEGA, Tuíla; TONHATI, Tânia; ARAÚJO, Dina (orgs). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. 2017. Editora UnB.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2023**. Brasília: Ipea; FBSP, 2023. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023> Acesso em: 17 set. 2024.

CRENSHAW, Kimberle. Desmarginalizando a interseção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina jurídica de antidiscriminação. In: *Feminist theory and antiracist politics*. *University of Chicago Legal Forum*. 2002. p. 139-167.

DIAS, Gustavo. Táticas de Mobilidade Fronteiriça In: CAVALCANTI, Leonardo; BOTEGA, Tuíla; TONHATI, Tânia; ARAÚJO, Dina. **Dicionário crítico de migrações internacionais** (pp. 665-670). 2017. Editora UnB.

DIAS, Tiago. ‘Eu Estava Em Perigo’: Brasil Vira Destino De Refugiados Lgbt+. UOL, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2023/09/16/minha-vida-estava-em-perigo-refugiados-lgbt-fazem-do-brasil-novo-lar.htm>. Acesso em 25 set. 2024.

FARAH, Paulo Daniel. Sobre desnudamentos humanos, xenofobia, apagamento de narrativas e saberes e desconstruções discursivas. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (organização). **Discursos de Ódio: o racismo reciclado nos séculos XX e XXI**. São Paulo: Perspectiva, 2024, p. 268 – 302.

FERREIRA, Vitor Sérgio. **Artes e Manhas da Entrevista Compreensiva**. Revista Saúde e Sociedade, v.23, n. 3, p. 979-992, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/9DHBWGDTP74bgMWcPpk3KPd/?lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2025.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A Vontade de Saber**. Tradução de Maria Thereza Albuquerque e J.A. Albuquerque. 13a. edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

_____. **Repensar a política**. Tradução de Ana Lúcia Paranhos Pessoa. 11ª edição. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2010.

_____. **Uma entrevista com Michel Foucault**. Verve – Revista do Nu-Sol. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, n. 5, maio de 2004, p. 240 – 259.

_____. **Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber**. Organização de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977 – 1978)**. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2023.

FRANÇA, Isadora Lins; FONTGALAND, Arthur. Gênero, sexualidades e deslocamentos: notas etnográficas sobre imigrantes e "refugiados LGBTI" no Norte do Brasil. REMHU, **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 28, n. 59, p. 49-68, ago. 2020. DOI: [10.1590/1980-85852503880005904](https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005904). Acesso em: 20 mar. 2025.

GLICK SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; BLANC, Cristina Szanton. *Towards a Transnational Perspective on Migration: Race, Class, Ethnicity, and Nationalism Reconsidered*. New York: New York Academy of Sciences, 1992.

GOMES, Nathan. **Aumento da violência contra a população LGBTQIA+ no Brasil reflete cenário alarmante**. CONFETAM. São Paulo, 2025. Disponível em: https://confetam.org.br/noticias/aumento-da-violencia-contra-a-populacao-lgbtqia-no-brasil-reflete-cenario-alarma-051a?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 02 mar. 2025.

GREEN, James N.; **Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**; São Paulo, Editora Unesp, 2019.

ILGA. *Asociación Internacional de Lesbianas, Gays, Bisexuales*, Trans e Intersex. Genebra, 2025. Disponível em: <https://ilga.org/es/pagina-principal/>. Acesso em 20 mar 2025.

LARROSA, Jorge. **Tremores: Escritos sobre a Experiência**. Tradução: Cristina Antunes e João Wanderley Giraldi, Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2022.

MACHADO, Igor José de Renó; KEBBE, Victor Hugo; SILVA, Cristina Rodrigues da. Notas sobre a família transnacional. REMHU – *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, ano XVI, n. 30, p. 79-94, 2008

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**; traduzido por Renata Santini. - São Paulo : n-1 edições, 2018 *Edição do Kindle*.

MENNITTI, Danieli. Os 70 países que criminalizam a homossexualidade. **IEF**. São Paulo, 2023. Disponível em: https://ief.com.br/mundo/os-70-paises-que-criminalizam-a-homossexualidade/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 29 mar. 2025.

MISKOLCI, Richard. Estética da Existência e Pânico Moral. In: RAGO, Margareth, VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2013. p. 227 – 238.

MISKOLCI, Richard. Saúde LGBT: práticas de cuidado e produção de vulnerabilidades. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 5, p. 1223-1232, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024295.14492023>. Acesso em: 17 ago. 2025.

MURRAY, David. "Liberation Nation? Queer Refugees, Homonationalism and the Canadian Necropolitical State." **REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, vol. 28, no. 59, 2020, pp. 69-78. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005905>. Acesso em: 17 mai. 2025.

NARDI, Henrique C. **Ética, Trabalho e Subjetividade**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2006.

NASCIMENTO, Daniel Braga. **Refúgio LGBTI, Panorama Nacional e Internacional**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

OBST, Marcel. **Queer**. In: CAVALCANTI, Leonardo, BOTEGA, Tuíla, TONHATI, Tânia, ARAÚJO, Dina (Org.). **Dicionário Crítico de Migrações Internacionais**. Brasília: Editora da UnB. 2017, p. 581 – 587.

OLIVEIRA, Tibério Lima. **O Homonacionalismo na Sociedade do Consumo de Lazer LGBTI+ - Fortaleza/CE**; 2022. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2022.

ORGANIZATION FOR REFUGEE, ASYLUM & MIGRATION (ORAM). *Blind Alleys: The Unseen Struggles of Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender and Intersex Urban Refugees in Mexico, Uganda and South Africa. Parte II: Resultados do país: África do Sul*. São Francisco,. 2013. Disponível em: <https://www.refworld.org/reference/countryrep/oram/2013/en/97379>. Acesso em: 02 maio 2025.

PAIVA, Antonio Cristian Saraiva. Amizade e Modos de Vida Gay: por uma vida não fascista. In: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio de. (organizadores). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008. p. 53 - 67.

PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima. **Hospitalidade e Reconhecimento da Diferença na Transnacionalização dos Direitos Humanos: a crise da alteridade na questão dos apátridas e refugiados**.

2009. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2009.

RAMIREZ, Andrés; MORAES, Thaís Guedes A. de. Refúgio/Refugiado (a) In: CAVALCANTI, Leonardo; BOTEGA, Tuíla; TONHATI, Tânia; ARAÚJO, Dina. **Dicionário crítico de migrações internacionais** (pp. 617-620). 2017. Editora UnB.

SANJURJO, Liliana. **Identidade** In: CAVALCANTI, Leonardo; BOTEGA, Tuíla; TONHATI, TÂNIA; ARAÚJO, Dina. **Dicionário crítico de migrações internacionais** (pp. 385-395). 2017. Editora UnB.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty, **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STATEMENT OF ICC PROSECUTOR KARIM A.A. KHAN KC: APPLICATIONS FOR ARREST WARRANTS IN THE SITUATION IN AFGHANISTAN. **ICC-CPI**. Haia, 2025. Disponível em: <https://www.icc-cpi.int/news/statement-icc-prosecutor-karim-aa-khan-kc-applications-arrest-warrants-situation-afghanistan>. Acesso em: 01 fev. 2023.

THEODORO, Handriel. **Dinâmicas de (in)visibilidade e a Imigração LGBTQIA+**. 1ª Edição. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2023 - (Teses; v.1).

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 5. ed. São Paulo: Martin Claret, 2004.

YAMAMOTO, Lúcia E. Famílias brasileiras no contexto transnacional: famílias reconstituídas. *REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, ano XVI, n. 30, p. 53-77, 2008.

YARWOOD, Vanessa., Checchi, F., Lau, K., & Zimmerman, C. 2022. LGBTQI+ Migrants: A Systematic Review and Conceptual Framework of Health, Safety and Wellbeing during Migration. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(2), 869. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph19020869>. Acesso em: 03 mar. 2025.

YOGYAKARTA PRINCIPLES. **Yogyakarta Principles**. 2025. Disponível em: <https://yogyakartaprinciples.org/>. Acesso em: 01 fev. 2023.

APÊNDICE

Roteiro para Entrevista Migrante/Refugiado

1. Qual sua nacionalidade?
2. Qual seu sexo/gênero/identidade de gênero?
3. Qual sua orientação sexual?
4. Como você vivenciava a sua sexualidade no seu país de origem? Você sofria algum tipo de discriminação ou violência no seu país de origem?
5. Quais foram as principais dificuldades e desafios que você enfrentou como pessoa LGBTI em seu país de origem?
6. Quais foram os principais motivos que o(a) levaram imigrar ou a buscar refúgio no Brasil? Como foi o processo de decisão de deixar seu país de origem?
7. Como foi o processo de solicitação de residência, asilo ou refúgio no Brasil?
8. Como foi a sua experiência ao lidar com as autoridades brasileiras durante o processo?
9. Houve algum desafio específico relacionado à sua identidade de gênero ou orientação sexual durante esse processo? Notou algum preconceito (gênero, orientação sexual, identidade de gênero, racial ou religioso)?
10. Como foi o processo para integração na sociedade brasileira? Você considera que foi bem acolhido? Sentiu que a sua orientação sexual ou identidade de gênero influenciou nesse processo de integração?
11. Como foi a sua experiência ao procurar emprego, moradia e acesso a serviços públicos no Brasil? Você teve acesso a recursos ou programas específicos destinados a imigrantes ou refugiados LGBTI?
12. Você recebeu apoio de organizações locais ou grupos comunitários voltados para imigrantes ou refugiados LGBTI? Como esse apoio foi útil para você? Houve alguma experiência positiva particular com indivíduos ou grupos brasileiros que foram solidários durante seu processo de integração?
13. Como a experiência de ser um imigrante ou refugiado LGBTI afetou o seu emocional? Você recebeu algum tratamento para depressão ou ansiedade? Tem episódios frequentes de tristeza, desânimo? Como tem lidado com isso? Você teve acesso a serviços de saúde mental ou psicossocial no Brasil? Como foi sua experiência com esses serviços?
14. Quais tipos de preconceitos ou discriminações você enfrentou no Brasil devido à sua raça, religião, identidade de gênero ou orientação sexual? Como essas experiências afetaram sua vida cotidiana, segurança e bem-estar emocional?
15. Você precisou buscar o sistema de justiça no Brasil para lidar com casos de discriminação ou violência baseada na orientação sexual ou identidade de gênero? Como foi essa experiência?

16. Quais são as principais diferenças culturais e sociais que você percebe entre a situação LGBTI no Brasil e em seu país de origem?
17. Existem aspectos da sociedade brasileira que são mais acolhedores ou menos acolhedores para pessoas LGBTI em comparação com seu país de origem?
18. Como você vê seu futuro no Brasil? Quais são suas esperanças e preocupações para os próximos anos? Que tipos de mudanças ou apoios você acredita que seriam mais benéficos para a comunidade LGBTI imigrante ou refugiada no Brasil?